



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

LAÍS LUPIM SANTOS GOMES

**SALA DE LEITURA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA: Práxis bibliotecária
em Cachoeiro de Itapemirim-ES**

**VITÓRIA (ES)
2024**

LAÍS LUPIM SANTOS GOMES

**SALA DE LEITURA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA: Práxis bibliotecária
em Cachoeiro de Itapemirim-ES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof.^a Dra. Gleice Pereira

Linha de pesquisa: Cultura, Mediação e Uso da Informação.

**VITÓRIA (ES)
2024**

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas -
SIBI/UFES e elaborada pela autora

G633s Gomes, Laís Lupim Santos,
Sala de leitura como espaço de resistência : práxis
bibliotecária em Cachoeiro de Itapemirim-ES / Laís Lupim Santos
Gomes. - 2024.
114 f. : il.

Orientadora: Gleice Pereira.
Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas
e Econômicas.

1. Práxis Bibliotecária. 2. Sala de Leitura. 3. Cachoeiro de
Itapemirim. I. Pereira, Gleice. II. Universidade Federal do Espírito
Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDD 027.8
CDU 027.8

LAÍS LUPIM SANTOS GOMES

SALA DE LEITURA COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA: Práxis bibliotecária e em Cachoeiro de Itapemirim/ES.

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGCI/UFES) como requisito para a obtenção do título de Mestra em Ciência da Informação.

Linha de pesquisa 1: Cultura, Mediação e Uso da informação

Aprovada em 07 de junho de 2024.

Comissão examinadora:

[assinatura digital]

Profa. Dra. Gleice Pereira
Orientadora (PPGCI/UFES)

[assinatura digital]

Profa. Dra. Margarete Farias de Moraes
PPGCI/UFES

[assinatura digital]

Profa. Dra. Sueli Bortolin
Universidade Estadual de Londrina (UEL)





Folha de aprovação - Laís

Data e Hora de Criação: 10/06/2024 às 18:08:01

Documentos que originaram esse envelope:

- Folha de aprovação - Laís.pdf (Arquivo PDF) - 1 página(s)



Hashs únicas referente à esse envelope de documentos

[SHA256]: 117b29ca46acae8a07449708725eab1425af3157c11324abc67d650097976e5b

[SHA512]: 66ce1288e6771f0818fb42f028debb1fe2c0145543801a180ab623ebf8982b14c19a795ad60920d31804e511a3339ddf5b4272daddffe688a979c4e731c84d8

Lista de assinaturas solicitadas e associadas à esse envelope



ASSINADO - Gleice Pereira (gleiceufes@gmail.com)

Data/Hora: 12/06/2024 - 07:07:41, IP: 187.113.183.93, Geolocalização: [-20.288364, -40.295874]

[SHA256]: 5d48421264b81cbb0509f436a9f41d7571b9038f6252cb67c09ef86ac51f2ea8



ASSINADO - Margarete Farias de Moraes (margarete.moraes@ufes.br)

Data/Hora: 12/06/2024 - 07:34:42, IP: 177.133.167.119, Geolocalização: [-20.278886, -40.297401]

[SHA256]: 6726a836f76ad37d5b3c6a7f9b9ea2e60b0c84de9a79a5423b33d2df1fae5b20



ASSINADO - Sueli Bortolin (bortolin@uel.br)

Data/Hora: 12/06/2024 - 12:18:36, IP: 189.14.28.94, Geolocalização: [-23.304546, -51.169660]

[SHA256]: ad56855776a271fd693db5ea4fb6d4be288cb755349b2732e31a275746c9c6c6

Histórico de eventos registrados neste envelope

12/06/2024 12:18:36 - Envelope finalizado por bortolin@uel.br, IP 189.14.28.94

12/06/2024 12:18:36 - Assinatura realizada por bortolin@uel.br, IP 189.14.28.94

12/06/2024 12:18:26 - Envelope visualizado por bortolin@uel.br, IP 189.14.28.94

12/06/2024 07:34:42 - Assinatura realizada por margarete.moraes@ufes.br, IP 177.133.167.119

12/06/2024 07:34:33 - Envelope visualizado por margarete.moraes@ufes.br, IP 177.133.167.119

12/06/2024 07:07:41 - Assinatura realizada por gleiceufes@gmail.com, IP 187.113.183.93

11/06/2024 08:07:56 - Envelope visualizado por gleiceufes@gmail.com, IP 200.137.65.103

10/06/2024 18:09:46 - Envelope registrado na Blockchain por edma.jantorno@ufes.br, IP 200.137.65.107

10/06/2024 18:09:46 - Envelope encaminhado para assinaturas por edma.jantorno@ufes.br, IP 200.137.65.107

10/06/2024 18:08:01 - Envelope criado por edma.jantorno@ufes.br, IP 200.137.65.107

À minha família, fonte inesgotável de amor, apoio e inspiração.
À minha orientadora, pelo seu incentivo incansável e sabedoria compartilhada.
Aos amigos e colegas que caminharam ao meu lado nesta jornada.
Este trabalho é dedicado a todos vocês,
que tornaram possível a realização deste sonho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço sinceramente a todos que contribuíram para a realização deste estudo e para a conclusão desta dissertação.

Primeiramente, expresso minha profunda gratidão à minha orientadora Professora Dra. Gleice Pereira, cuja orientação, apoio e *insights* foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Seu comprometimento e dedicação foram inspiradores em cada etapa deste processo.

Agradeço grandemente às professoras presentes nas bancas de qualificação e defesa: Prof. Dra. Sueli Bortolin, Prof. Dra. Lucileide Andrade de Lima do Nascimento, Prof. Dra. Margarete Farias de Moraes, Prof. Dra. Andréa Pereira dos Santos e Prof. Dra. Juliane Francischeti Martins. Através do tempo disponibilizado e pelas ricas contribuições dadas, as quais mostraram ricas para o desenvolvimento desta pesquisa.

À minha família e amigos, expresso minha eterna gratidão. Seu amor incondicional, encorajamento constante e compreensão durante os momentos de ausência foram a âncora que me sustentou durante esta jornada acadêmica.

Não posso deixar de mencionar a contribuição dos participantes da pesquisa, cuja disposição em compartilhar suas experiências e perspectivas foi essencial para enriquecer os dados e as análises apresentadas, em especial a Msc. Jaqueline Machado Silva, de quem a contribuição foi fundamental para a existência desse estudo.

A todos vocês, meu mais sincero obrigada. Este trabalho não seria possível sem o apoio e contribuição de cada um de vocês.

Ser radical é entender as coisas pela raiz.
Karl Marx

RESUMO

Compreende-se que as bibliotecas escolares não são meros complementos, mas sim elementos fundamentais do ambiente pedagógico, cuja presença é vital no cotidiano das escolas. No entanto, a concretização da universalização desses espaços enfrenta uma série de desafios práticos, sendo a escassez de bibliotecários devidamente qualificados um dos principais obstáculos em todo o país. Essas dificuldades comprometem a efetividade das políticas de universalização das bibliotecas escolares, tornando crucial a busca por soluções que possam superar tais entraves. Nesse contexto, este estudo investiga o papel socioeducativo das salas de leitura nas escolas municipais de Cachoeiro de Itapemirim-ES, bem como explora como o bibliotecário pode contribuir para a gestão desses espaços, utilizando a práxis bibliotecária como abordagem central. O estudo diagnostica a situação atual das salas de leitura, analisa as ações desenvolvidas, os profissionais envolvidos, o ambiente físico, a gestão e as políticas existentes. Também examina a inserção e participação do bibliotecário nessas salas, estabelecendo uma comparação entre salas de leitura e bibliotecas escolares, e discute como a práxis bibliotecária pode ser um diferencial na gestão desses espaços. Para alcançar esses objetivos, é adotada uma abordagem metodológica mista, que combina elementos exploratórios e descritivos. A pesquisa compreende uma revisão bibliográfica e documental inicial, seguida por um levantamento de dados misto para compreender a dinâmica das salas de leitura em Cachoeiro de Itapemirim. Por fim, é utilizado o método de Estudo de Caso para analisar os dados obtidos e formular recomendações. Com base nesse conhecimento, são sugeridos projetos de salas de leitura geridos por bibliotecários como uma alternativa viável para suprir a falta de profissionais qualificados. Os resultados destacam a sala de leitura como um dispositivo sociocultural e centro de informação, ressalta a importância da gestão desses espaços por bibliotecários qualificados. Além disso, evidencia o valor da práxis bibliotecária para o desenvolvimento das salas de leitura, com ênfase em sua dimensão sociocultural e crítica.

Palavras Chave: práxis bibliotecária; sala de leitura; Cachoeiro de Itapemirim.

ABSTRACT

It is understood that school libraries are not mere complements, but fundamental elements of the pedagogical environment, whose presence is vital in the daily life of schools. However, achieving the universalization of these spaces has faced a series of practical challenges, with the shortage of properly qualified librarians being one of the main obstacles nationwide. These difficulties compromise the effectiveness of policies aiming to universalize school libraries, making it crucial to seek solutions to overcome these barriers. In this context, this study investigates the socio-educational role of reading rooms in municipal schools of Cachoeiro de Itapemirim/ES, as well as explores how librarians can contribute to managing these spaces, using librarian praxis as a central approach. The study diagnoses the current situation of the reading rooms, analyzes the actions taken, the professionals involved, the physical environment, management, and existing policies. It also examines the integration and participation of librarians in these rooms, comparing them with school libraries, and discusses how librarian praxis can be a differential in managing these spaces. To achieve these objectives, a mixed methodological approach is adopted, combining exploratory and descriptive elements. The research includes an initial literature and document review, followed by a mixed data collection to understand the dynamics of reading rooms in Cachoeiro de Itapemirim. Finally, a Case Study method is used to analyze the data obtained and formulate recommendations. Based on this knowledge, projects for reading rooms managed by librarians are suggested as a viable alternative to address the lack of qualified professionals. The results highlight the reading room as a sociocultural device and information center, emphasizing the importance of their management by qualified librarians. Furthermore, it underscores the value of librarian praxis for the development of reading rooms, with an emphasis on their sociocultural and critical dimensions.

Keywords: librarian praxis; reading room; Cachoeiro de Itapemirim.

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1	Mapa do Espírito Santo.....	42
Imagem 2	Casa de Cultura “Roberto Carlos”	44
Imagem 3	Conto “A casa das janelas de ouro e diamante” criada por aluno, em projeto realizado na sala de leitura.....	87
Imagem 4	Poesia “A menina e as balas” criada por aluno, em projeto realizado na sala de leitura.....	88
Imagem 5	Poesia “O luar e a borboleta” criada por aluno, em projeto realizado na sala de leitura.....	88

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Demanda atendida da educação infantil e fundamental de Cachoeiro de Itapemirim.....	45
Gráfico 2	IDEB observado e meta projetada para os anos iniciais no município de Cachoeiro de Itapemirim.....	47
Gráfico 3	IDEB observado e meta projetada para os anos finais no município de Cachoeiro de Itapemirim.....	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BRAPCI – Base de Dados em Ciência da Informação

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CBBD - Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação

CDD – Classificação Decimal de Dewey

CFB – Conselho Federal de Biblioteconomia

CRB 6 – Conselho Regional de Biblioteconomia da 6ª Região

DT – Designação Temporária

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IFLA - Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

MEC – Ministério da Educação do Brasil

PMCI – Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim

PNBE – Programa Nacional Biblioteca na Escola

PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático

SEME – Secretaria de Educação de Cachoeiro de Itapemirim

SL – Sala de Leitura

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quantitativo de bibliotecas e salas de leitura.....	6
----------	---	---

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	16
2. PRÁXIS MARXISTA NO FAZER BIBLIOTECÁRIO	23
2.1 Filosofia da práxis	24
2.2 A práxis na ciência da informação	29
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	34
4. EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES	41
4.1 Caracterização do município	41
4.1.1 Breve formação histórica	41
4.2 Educação em Cachoeiro de Itapemirim-ES	44
4.1.2 Índice de desenvolvimento da educação básica no município	46
5 BIBLIOTECAS ESCOLARES X SALAS DE LEITURA	49
5.1 Biblioteca escolar	49
5.2 Sala de leitura sob a perspectiva brasileira	53
6 SALAS DE LEITURA EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	57
6.1 Os profissionais das salas de leitura de Cachoeiro de Itapemirim-ES	60
6.2 Salas de leitura	66
6.3 O espaço físico da sala de leitura	70
6.4 O acervo	73
6.5 O caso dos livros didáticos	75
7 PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS E A PRÁXIS BIBLIOTECÁRIA	77
7.1 Projetos socioeducativos em Cachoeiro de Itapemirim-ES	79
7.1.1 Maleta Viajante	81
7.1.2 Contação de histórias à fantasia	82
7.1.3 Soletrando	83
7.2 Práxis bibliotecária nas salas de leitura	84
7.3 A criação de poesia e a práxis bibliotecária	86
8 SALAS DE LEITURA NAS ESCOLAS: UM CAMPO POSSÍVEL	91
8.1 Implementação das salas de leitura	95
9 CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	103
ANEXO I	108
ANEXO II	114

1. INTRODUÇÃO

As temáticas relacionadas às bibliotecas escolares têm sido objeto de amplo estudo ao longo dos anos, particularmente após a promulgação da Lei 12.244/2010, que estabelece diretrizes para a universalização desses espaços educacionais nas instituições de ensino. Nesse sentido, compreende-se que as bibliotecas escolares não são apenas um complemento, mas, sim, um elemento fundamental do ambiente pedagógico, cuja incorporação eficaz se mostra imprescindível no cotidiano das escolas.

No entanto, a efetivação da universalização das bibliotecas escolares enfrenta uma série de desafios práticos que dificultam sua implementação. Dentre esses desafios, destaca-se a escassez de profissionais bibliotecários devidamente formados em quantidade suficiente para atender à demanda das escolas, uma realidade presente em todo o país. Além disso, a limitada oferta de oportunidades de concursos e processos seletivos nos estados e municípios, especialmente os de menor porte, contribui para a dificuldade na contratação desses profissionais qualificados. Ademais, os baixos salários oferecidos para o cargo de bibliotecário também representam um obstáculo significativo, tornando pouco atrativa a ocupação dessas posições por parte dos profissionais.

Essas problemáticas comprometem a concretização das políticas de universalização das bibliotecas escolares, evidenciando a necessidade premente de se buscar soluções viáveis e sustentáveis para superar tais obstáculos. A escassez de profissionais qualificados, as limitações nos processos de seleção, os baixos salários e as restrições orçamentárias exigem uma abordagem estratégica e colaborativa, com vistas a encontrar alternativas que assegurem o acesso dos estudantes a esses espaços fundamentais para a promoção da leitura e do conhecimento.

Diante desse panorama, a integração das salas de leitura (SL) nas escolas municipais não apenas se torna uma necessidade, mas também uma oportunidade de impactar positivamente um grande contingente de alunos. Além disso, a integração da SL assume uma relevância ainda maior ao considerar o contexto das escolas públicas municipais. Pois, conforme os dados do censo

escolar conduzido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) em 2022, constata-se que quase metade dos alunos matriculados nas escolas, o equivalente a 49%, são atendidos pela rede municipal.

No Estado do Espírito Santo, essa proporção é ainda mais significativa, alcançando 59,6% dos alunos matriculados na rede municipal. Esses números destacam a abrangência e a importância das escolas municipais como agentes fundamentais na educação de uma parcela significativa da população estudantil.

Ao considerar que a sala de leitura não é apenas um espaço físico para armazenamento de livros, mas, sim, um ambiente propício ao estímulo à leitura, ao pensamento crítico e à busca pelo conhecimento, sua inserção no ambiente pedagógico das escolas municipais adquire uma relevância estratégica. Essa integração não apenas enriquece o ambiente de aprendizado, assim como contribui para o desenvolvimento cognitivo, social e cultural dos alunos.

Ao incorporar a SL ao ambiente pedagógico, as escolas municipais podem aproveitar a oportunidade para promover a leitura como uma prática essencial em todas as áreas do conhecimento, não se limitando apenas às disciplinas de língua portuguesa e literatura. Dessa forma, a SL se torna um espaço transversal, que dialoga com diferentes áreas do currículo escolar e enriquece o processo de ensino e aprendizagem de forma integral.

Por conseguinte, ao analisar o amplo alcance das escolas municipais na educação dos estudantes, fica evidente a importância estratégica de se priorizar a integração das SL nessas instituições. Essa abordagem não apenas fortalece o acesso à leitura e ao conhecimento, mas reafirma o compromisso com uma educação de qualidade e inclusiva para todos os alunos.

Nesse contexto, reconhece-se que a função da SL transcende a mera promoção do hábito de leitura; quando adequadamente administrada, esse espaço pode propiciar o desenvolvimento crítico dos alunos, contribuindo assim para o aprimoramento do seu senso de cidadania. Para alcançar tal objetivo, o profissional responsável pela SL pode orientar suas atividades considerando o contexto social em que esse ambiente está inserido, priorizando o seu papel como agente socioeducativo.

Quando gerida eficazmente, essa sala se torna um espaço de interação, diálogo e construção de conhecimento, onde os estudantes são incentivados a questionar, analisar e refletir sobre os conteúdos abordados. Ao integrar esses aspectos sociais e educativos, a SL se torna um espaço dinâmico e enriquecedor, capaz de proporcionar não apenas o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, bem como o fortalecimento do senso crítico e da consciência cidadã dos alunos. Dessa forma, a SL não apenas subsidia o currículo escolar, mas desempenha um papel essencial na formação integral dos estudantes, preparando-os para se tornarem cidadãos ativos e participativos na sociedade.

Essa formação direcionada ao aprimoramento do pensamento crítico pode ser integrada de forma orgânica em todos os ambientes escolares, com particular destaque para as bibliotecas e SL, objeto central deste estudo, bem como para os profissionais que nela atuam. Além disso, é importante ressaltar que esses espaços também desempenham um papel significativo na promoção da sociabilidade entre os alunos, considerando que as crianças têm a oportunidade de interagir com colegas de outras salas e séries, uma vez que são ambientes de circulação livre.

Para os propósitos desta pesquisa, o município de Cachoeiro de Itapemirim-ES foi selecionado como campo de estudo. Essa escolha se fundamenta na experiência prévia da pesquisadora, que integrou o quadro de funcionários da Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim (PMCI), em regime de designação temporária (DT) durante o ano de 2021. Nessa função, a pesquisadora desempenhou o papel de bibliotecária responsável pelas salas de leitura das escolas municipais.

Durante sua atuação cotidiana, a pesquisadora pôde observar a ausência de uma padronização nos procedimentos realizados nas SL. Especificamente, notou-se que nos locais onde havia agentes de apoio educacional com mais tempo de serviço, geralmente profissionais efetivos, o trabalho apresentava uma maior consistência. Isso se deve, em parte, à gestão anterior de um bibliotecário que ocupou a posição entre os anos de 2008 e 2016, garantindo uma abordagem mais uniforme e estruturada nas atividades desenvolvidas.

A situação das salas de leitura na Rede Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES é heterogênea. Em algumas escolas, essas salas são consideradas fundamentais por gestores, pedagogos e professores, desfrutando de localização privilegiada e com o trabalho dos agentes valorizado. No entanto, em contraste com essa realidade, há escolas nas quais a situação é mais precária, e o trabalho é realizado em meio a uma série de desafios.

Nesse contexto, esta pesquisa visa investigar o papel socioeducativo desempenhado pelas SL no ambiente escolar da rede municipal de ensino de Cachoeiro de Itapemirim-ES. Assim como, explorar de que maneira o bibliotecário pode agregar valor à gestão desses espaços, por meio do viés da práxis bibliotecária, que será discutido no decorrer desta pesquisa.

Com o propósito de compreendermos a relevância educacional das salas de leitura nas escolas municipais de Cachoeiro de Itapemirim, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos para guiar esta pesquisa:

1. Diagnosticar a situação atual das salas de leitura da rede municipal de ensino de Cachoeiro de Itapemirim-ES quanto aos seguintes aspectos: ações desenvolvidas, profissionais envolvidos, ambiente e arquitetura, público alvo, gestão e políticas.
2. Descrever como ocorreu a inserção/participação do bibliotecário nas salas de leitura de Cachoeiro de Itapemirim-ES.
3. Estabelecer uma comparação entre salas de leitura e bibliotecas escolares, elucidando as diferenças fundamentais entre esses espaços.
4. Discutir à luz da literatura no campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, como a práxis bibliotecária pode se constituir como um diferencial para a gestão das salas de leitura de Cachoeiro de Itapemirim/ES.
5. Arrolar as ações socioeducativas realizadas pelos agentes de apoio educacional.

Para viabilizar a execução deste estudo, adotou-se uma abordagem metodológica de natureza mista, caracterizada por seu caráter exploratório-descritivo. Os procedimentos metodológicos compreendem uma fase inicial de revisão bibliográfica e documental, seguida por um levantamento de dados de

caráter misto, visando compreender a dinâmica das SL na rede municipal de ensino de Cachoeiro de Itapemirim. Por último, o Estudo de Caso será utilizado como a metodologia primordial para a análise dos dados obtidos e para a elaboração de possíveis recomendações finais.

Conseqüentemente, esta pesquisa sobre a situação das salas de leitura no município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, reveste-se de importância fundamental, com o intuito de embasar a implementação de iniciativas de aprimoramento, tanto no tocante às condições físicas desses ambientes quanto ao suporte profissional necessário para seu pleno funcionamento.

A presente pesquisa inicia com a análise da práxis sob a ótica de pensadores como Marx, Engels e outros importantes estudiosos das áreas de Sociologia e Filosofia. Além disso, foi realizado um exame da práxis bibliotecária sob a perspectiva desses autores, estendendo-se também à contribuição de estudiosos da Ciência da Informação, estabelecendo assim uma abordagem interdisciplinar. Por meio dessa análise, foi possível enriquecer o entendimento sobre as dinâmicas e desafios enfrentados pela práxis bibliotecária, mas também identificar possíveis interfaces entre teorias sociais e conceitos da Ciência da Informação que subsidiem a reflexão e aprimoramento das práticas profissionais.

Posteriormente, apresenta-se a descrição da metodologia adotada para a condução da pesquisa. Essa etapa é caracterizada por sua objetividade, embora com uma abordagem detalhada e minuciosa, visando proporcionar uma compreensão abrangente dos procedimentos empregados na coleta e análise dos dados apresentados neste trabalho.

Nesse contexto, são explicitados os passos seguidos para a obtenção dos dados, bem como as estratégias adotadas para sua análise e interpretação. Além disso, são delineadas todas as etapas do processo de pesquisa, desde a definição do problema até a elaboração das conclusões finais, com o intuito de oferecer transparência e rigor metodológico e científico, na condução do estudo. Essa abordagem detalhada da metodologia visa não apenas fornecer uma compreensão clara do caminho percorrido durante a realização da pesquisa, outrossim possibilitar a replicabilidade do estudo por outros pesquisadores interessados no tema. Ademais, ao destacar os métodos e técnicas

empregados, assegura-se a confiabilidade e a validade dos resultados obtidos, contribuindo assim para a robustez e credibilidade do trabalho acadêmico.

Na sequência, uma seção que oferece uma breve abordagem sobre o município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, explorando sua formação histórica e seu contexto econômico, visando proporcionar uma compreensão mais profunda da realidade local. Além disso, foi realizada uma breve análise do desenvolvimento educacional do município, utilizando dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), e outros indicadores relevantes, a fim de avaliar a posição educacional da região e compreender seus desafios e potenciais em relação ao progresso educacional.

A análise abrangente sobre bibliotecas e SL visa, primordialmente, esclarecer de forma precisa e clara as distinções fundamentais entre esses dois tipos de espaços destinados à promoção da leitura e disseminação do conhecimento. Para tanto, são exploradas suas características estruturais, funcionais e educacionais, destacando as particularidades de cada um e evidenciando suas respectivas contribuições para o contexto educacional e cultural. Por meio dessa análise, foi possível não apenas fornecer uma compreensão ampla e fundamentada sobre as características e funções das bibliotecas e salas de leitura, mas também situar esses espaços em um contexto mais amplo, contextualizando sua importância e contribuição para o desenvolvimento educacional, cultural e social do país.

Abordou-se a situação das salas de leitura no município de Cachoeiro de Itapemirim, apresentando dados detalhados acerca das salas, incluindo informações sobre suas instalações físicas, acervo disponível, profissionais envolvidos e outras informações relevantes para a compreensão de sua estrutura e funcionamento.

O último capítulo aborda sucintamente a viabilidade da implementação de salas de leitura em escolas municipais, oferecendo algumas sugestões concisas que poderiam ser consideradas para a formulação e implementação de políticas públicas direcionadas a esses espaços.

A pesquisa sobre a práxis bibliotecária e a implementação de salas de

leitura oferece uma oportunidade para explorar novas abordagens na criação de espaços sob a gestão de bibliotecários. Este estudo se destaca pela sua originalidade ao integrar teoria e prática articuladamente. Ora, ao examinar a práxis bibliotecária, que engloba a reflexão crítica sobre a ação e a prática profissional, os bibliotecários avaliam, adaptam e aprimoram suas habilidades para melhor atender às necessidades dos usuários.

A inserção das salas de leitura como parte dessa práxis apresenta um potencial significativo para inovação na concepção desses espaços, considerando os diversos aspectos discutidos ao longo da pesquisa. Dessa maneira, este estudo não apenas contribui para o avanço do conhecimento no campo da Biblioteconomia, bem como oferece *insights* valiosos para a criação de ambientes informacionais mais dinâmicos e inclusivos, a qual promovam efetivamente o acesso ao conhecimento e o desenvolvimento das habilidades de leitura e reflexão crítica entre os usuários.

Assim, compreende-se que esta pesquisa assume uma importância fundamental, proporcionando subsídios para a implementação de melhorias tanto nos aspectos físicos das salas de leitura quanto no suporte profissional necessário para sua efetivação. Para além da esfera física desses ambientes, a realização deste estudo possibilitará uma compreensão mais ampla dos projetos socioeducativos conduzidos pelos agentes de apoio educacional nas salas de leitura. Isso visa não apenas evidenciar para as autoridades municipais competentes, mas também para os pesquisadores da área, as atividades que podem ser desenvolvidas por esses profissionais, com o suporte e a orientação de um bibliotecário.

2. PRÁXIS MARXISTA NO FAZER BIBLIOTECÁRIO

O fazer bibliotecário vem mudando ao longo dos anos, e tomando novas roupagens para se adequar às mudanças sociais. Ele envolve uma série de competências e responsabilidades que têm um impacto direto na forma como as pessoas interagem com o conhecimento. Logo, seu objetivo principal é facilitar o acesso e o uso eficaz da informação para a sociedade em geral. No entanto, a Biblioteconomia não é apenas sobre administrar livros e documentos; é uma área multidisciplinar que abrange aspectos tecnológicos, sociais, políticos, culturais e educacionais.

Buscar-se-á neste capítulo, por meio de um levantamento bibliográfico, esclarecer acerca da práxis profissional do bibliotecário, o objetivo de alcançar o entendimento proposto como um dos objetivos específicos, ao discutir à luz da literatura de Biblioteconomia e Ciência da Informação, como a práxis bibliotecária pode ser um diferencial para a gestão das salas de leitura, recorrendo a práxis marxista.

Portanto, avançou-se no entendimento da práxis marxista enquanto uma práxis também bibliotecária, visto que um dos objetivos da Biblioteconomia é sempre buscar garantir que as informações sejam acessíveis a todos, promovendo a inclusão e a igualdade de acesso à cultura, educação e ao conhecimento. Salientamos que, ao abraçar uma práxis social consciente, os profissionais da Biblioteconomia desempenham um papel crucial na promoção da democracia, da diversidade cultural e na mitigação das desigualdades de acesso à informação.

Através da colaboração com outras disciplinas e da adaptação constante às necessidades em evolução da sociedade, a Biblioteconomia e a Ciência da Informação desempenham um papel vital na construção de comunidades informadas, engajadas e capacitadas. Conseqüentemente, acreditando no poder da interdisciplinaridade, utilizou-se não apenas autores e especialistas na área de Ciência da Informação, mas também da Filosofia, Sociologia e Pedagogia, para a construção desta etapa.

2.1 Filosofia da práxis¹

Quando se fala de práxis, é necessário analisar não apenas a etimologia da palavra, mas também seu sentido filosófico. Segundo o Dicionário online Oxford, sua origem vem do grego *prâksis*, *eōs* que significa “ação, conduta”. Ainda conforme o Dicionário, práxis é a parte do conhecimento voltada para as relações sociais e as reflexões políticas, econômicas e morais.

A práxis, sob a perspectiva de Karl Marx (1845), é um conceito central que representa a interação dinâmica entre teoria e ação transformadora na busca pela mudança social. Para Marx (1845), ao realizar suas críticas, defendia que a filosofia tradicional tendia a se concentrar apenas na interpretação do mundo, enquanto o objetivo da práxis era transformá-lo.

Para entender a práxis marxista, é fundamental compreender a visão materialista da história e a análise crítica da sociedade capitalista. Marx argumentava que as ideias e as instituições sociais emergem das condições materiais da vida humana. As relações de produção, em especial, desempenham um papel crucial na determinação do modo como a sociedade se organiza e das ideologias que a sustentam (Marx; Engels, 2009).

A teoria marxista é construída sobre uma base materialista e dialética. A dialética representa a contradição e a mudança como elementos centrais da evolução da história e da sociedade (Gadotti, 2001). Dessa forma, a sociedade capitalista, por exemplo, é caracterizada por contradições inerentes entre as classes sociais, como a burguesia e o proletariado. Essas contradições, por sua vez, criam tensões e conflitos que impulsionam a mudança social.

No entanto, a mudança social não acontece espontaneamente; ela requer a ação consciente e organizada. Aqui é onde a práxis desempenha um papel fundamental, que implica em agir conforme a compreensão das leis e contradições da sociedade, a fim de promover a transformação revolucionária.

Em *A Ideologia Alemã*, Marx e Engels (2009) estabelecem sua base teórica para a práxis, argumentando que a atividade prática dos indivíduos na produção e na interação social molda as ideias, crenças e instituições de uma sociedade. Ele afirma que a vida é a base de todas as formas de atividade social e de todas as representações teóricas. Isso significa como as pessoas produzem e trocam bens materiais influencia profundamente a organização da sociedade

e a mentalidade das pessoas.

Em *O Capital* (2003), Marx elabora uma comparação entre arquitetos e abelhas, onde o diferencial entre as espécies é que a abelha tem a colmeia em sua mente, de forma idealizada, antes de construí-la. Para a abelha, este é um ato instintivo, de sua natureza, mas para o homem, esta é uma característica realizada conscientemente. O homem possui características objetivas para realizar suas atividades, e essas práticas possuem um final de transformação objetiva, real, do mundo social.

Marx (2011) enfatiza que a práxis não se limita a uma ação imediata, mas deve estar enraizada em uma análise crítica profunda da realidade social. Isso significa que a teoria não pode ser dissociada da prática; elas são intrinsecamente interligadas. Através da análise teórica, os indivíduos podem compreender sua posição no sistema capitalista, identificar as forças que os oprimem e vislumbrar um futuro emancipado.

Marx e Engels (2017) argumentam que a práxis revolucionária é fundamental para a transformação da sociedade. Enfatizam a importância da luta de classes e da ação coletiva do proletariado para derrubar o sistema capitalista. Os autores afirmam que

[...] Os comunistas rejeitam dissimular as suas perspectivas e propósitos. Declaram abertamente que os seus fins só podem ser alcançados pelo derrube violento de toda a ordem social até aqui. Podem as classes dominantes tremer ante uma revolução comunista! Nela os proletários nada têm a perder a não ser as suas cadeias. Têm um mundo a ganhar. (Marx; Engels, 2017, p. 56)

Entretanto, a práxis marxista não se resume apenas a protestos e manifestações, bem como à construção de um movimento consciente que busca a transformação radical das estruturas sociais. Para Marx, a práxis revolucionária é um ato coletivo que visa abolir a exploração do homem pelo homem e construir uma sociedade socialista baseada na igualdade, solidariedade e justiça.

Desta maneira, podemos compreender que uma das características da práxis, é a interação constante entre teoria e ação prática na busca pela transformação social. As obras de Marx fornecem *insights* valiosos sobre como a atividade prática das massas trabalhadoras pode ser um motor para a mudança revolucionária em direção a uma sociedade mais igualitária e justa. A

relevância da práxis marxista permanece como um ponto crucial para compreender e refletir sobre as lutas e aspirações por mudanças sociais em diferentes contextos históricos.

Para Vasquéz (2011, p. 35) o conhecimento comum da práxis, como mera atividade prática, “[...] tem de ser abandonada e superada para que o homem possa transformar de forma criadora, isto é, revolucionariamente, a realidade”. Logo, é necessário que o indivíduo compreenda que suas atividades não são neutras, nem isentas de intenções, nem da própria política.

Ainda de acordo com Vasquéz (2011), o entendimento comum de prática coincide com o pensamento da produção capitalista e economistas burgueses, onde a prática precisa ser produtiva, e como produtiva entende-se a produção de valor ou mais-valia. Destarte, a ideia geral de práxis enquanto prática é meramente a realização de uma atividade que gere lucro para a burguesia.

Tendo como objetivo exclusivo a produção de valor, o sistema social vigente desenvolve formas de trabalho onde o indivíduo é desumanizado e os trabalhadores tratados como mercadoria, explorados visando a maximização dos lucros. Além disso, atividades onde o objetivo final não é o lucro, mas principalmente o desenvolvimento social, são vistas como desinteressantes, sem valor prático.

Um exemplo dessa desvalorização é o próprio espaço das bibliotecas, onde esta é vista como um “[...] espaço não produtivo, que não gera riquezas, ao contrário, consome parte do orçamento, visando apenas ao entretenimento de setores alfabetizados da sociedade e relegado a um plano secundário na divisão social do trabalho” (Almeida Junior, 2013, p. 73).

Vasquéz (2011, p. 36) afirma que, para haver o desenvolvimento das aspirações práticas do indivíduo comum, desenvolve-se “[...] um trabalho destinado à deformação, à castração ou ao esvaziamento de sua consciência política”, visto que não se torna interessante haver sujeitos conscientes de sua real situação na sociedade, pois isso poderia acarretar um desmantelamento de sua política exclusivamente voltada para a produção de capital financeiro.

Em concordância a este fato, Konder (1992, p. 102) afirma que, enquanto a burguesia passa a dominar os instrumentos que são fundamentais para desenvolver e estruturar o seu modo de produção capitalista, o saber voltado exclusivamente para a produção material vai ganhando destaque. A proporção

que os saberes intelectuais e políticos são vistos como improdutivos e economicamente injustificáveis.

Logo, entende-se que a biblioteca, por ser um espaço voltado para o desenvolvimento intelectual, educativo e social, é vista apenas como um gasto nas instituições, existindo apenas quando há a obrigatoriedade em legislação vigente, ou, o que é mais comum, nem isso. Incentivar o desenvolvimento da consciência política e social dos indivíduos, poderia acarretar no questionamento da existência do *status quo* social.

Deste modo, rejeita-se aqui a teoria puramente isolada da prática, pois se acredita que esta seria apenas palavras vazias. Utilizaremos, assim, de acordo com Vasquez (2011) o reconhecimento de que a união de teoria e prática nos leva a práxis ao mais elevado nível, sendo da transformação social.

Na educação, encontra-se o termo “Pedagogia da Práxis”. Cunhado por Gadotti (2001), o autor diz que esta é uma teoria de uma práxis pedagógica que busca não esconder os conflitos, a contradição social, visto que estas são inerentes à existência humana. Para o autor, a pedagogia da práxis aspira ser uma pedagogia para a educação transformadora, ao considerar o homem um ser incompleto, e por isso um ser criador, que se transforma enquanto transforma também o mundo.

Inspirado pela Pedagogia do Diálogo, a qual aborda a autogestão social da educação como ponto de chegada primordial, e o trabalho do educador enquanto estratégia político-pedagógica de transformação social. Gadotti (2001) afirma que as tentativas de sistematização da prática educativa são frustrantes, pois esta não é sistematizado, visto que ela se caracteriza como “[...] um complexo de atos e de conhecimentos, de decisões e de atenção que ultrapassam as possibilidades de uma teorização global” (Gadotti, 2001, p. 29).

Segundo o autor, a pedagogia da práxis não existe sem o conflito, porquanto quando entendemos que o papel do educador é transformar, entende-se também que não há transformação pacífica, sendo esta sempre conflituosa. Nem sempre estamos dispostos a enfrentar o fardo gerado por estes conflitos, quiçá de assumir os riscos existentes. Contudo, é preciso assumir esses riscos, porque o educador é o indivíduo que não permanece indiferente diante da realidade social (Gadotti, 2001). Desse modo, entende-se que o conflito é a base

¹
dessa pedagogia.

A educação é uma arma essencial para a mudança social e emancipação do indivíduo, embora tornou-se um instrumento do capital, ao visar em apenas fornecer o conhecimento e mão de obra necessárias ao desenvolvimento produtivo do sistema capitalista, garantindo a manutenção e legitimação dos interesses dominantes, e perpetuação do sistema de classes (Mészáros, 2008, p. 32).

De acordo com Shulgin (2022, p. 54), para alterar o futuro devemos mudar o presente, principalmente em relação às crianças, sendo para elas mais fácil entender esse conceito, pois já vivem no presente, porque em suas brincadeiras, canções, avaliações, declaração, comportamento, a atualidade está claramente exposta. Destarte, a fundamentalidade que o educador, ou o bibliotecário, como é o foco desta pesquisa, consiga trazer à tona a realidade da criança, sem perder o seu conhecimento teórico-científico, visto que assim ele poderá tornar seu trabalho socialmente necessário.

Portando em mente que práxis busca a união da teoria e da prática, tendo a função social das atividades como lócus. Há necessidade de entender acerca da função social da pessoa bibliotecária, e seu posicionamento na sociedade e na comunidade em que atua.

A função social da Biblioteconomia tem sido um tema amplamente debatido. Jesse Shera já explorava esse tema nos anos 1970, argumentando que independentemente do propósito da biblioteca e do bibliotecário, ambos devem atender às necessidades da sociedade (SHERA, 1976). O autor defendia o diálogo com a Epistemologia Social, com objetivo de que os serviços e funções da biblioteca tivessem o foco na sociedade, ao ser necessário que “[...] o homem possa alcançar melhor compreensão do universo no qual se encontra” (Shera, 1977, p. 11), e isso precisa ser o principal interesse do profissional da informação.

Até mesmo a tarefa técnica de classificação e organização da informação deve estar intrinsecamente ligada à função social e educativa que esse profissional desempenha. É imperativo que ele mantenha sensibilidade em relação ao contexto social, econômico, cultural e político que envolve sua instituição de ensino e seus alunos. Ao compreender essa realidade, o profissional consegue ajustar seus conhecimentos técnicos para melhor atender

às necessidades de seu público de maneira direcionada. Sendo assim, faz-se mister para o bibliotecário escolar transcender a abordagem meramente técnica e se identificar também como um educador, reconhecendo que todas as fases de seu trabalho têm um propósito social e educacional.

Sob essa perspectiva, Lindemann, Spudeit e Corrêa (2016) acreditam que

É necessário captar as intenções e necessidades dos usuários dos serviços de informação. O profissional precisa compreender que o serviço que realiza é uma prática rica de intenções, sejam elas buscadas e entendidas pelo profissional, sejam elas ditas pelo sistema como uma percepção clara do bibliotecário, mas com seu inconsciente aceito. A informação não é uma atividade neutra como o que o credo do bibliotecário dita: [...] bibliotecário ser o guardião do conhecimento, 'sem política, sem religião, sem moral (Lindemann; Spudeit; Corrêa, 2016, p. 81).

Conseqüentemente, para que seja possível a compreensão da maneira como o profissional da informação alcança seu usuário, por uma conduta socioeducativa, compreendendo que esta é rica em intenções e não neutra. A qual precisamos conhecer e entender o conceito de Práxis Profissional, e como ela atinge este profissional; pode ser um diferencial social.

2.2 A práxis na ciência da informação

No âmbito da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, Targino (1997) trata da práxis bibliotecária, definindo o termo como um conjunto de atividades realizadas pelo indivíduo, com o propósito de estabelecer as bases fundamentais para a sobrevivência da sociedade. Em termos mais concretos, a práxis bibliotecária compreende a formulação e execução de estratégias por parte dos profissionais, voltadas para o progresso humano e sua relevância no contexto social.

Para a autora (Targino,1997), práxis é uma ação de todo indivíduo, independente de grupo e classe social, pois estes, através de sua ação, geram transformações no contexto coletivo. Dessa forma, entende-se a práxis bibliotecária como uma expressão de práxis, uma vez que este profissional está inserido em um contexto social, e tem a chance de promover mudanças sociais por meio de suas atividades.

Para que esse agir transformador seja possível, o profissional da

informação precisa estar em um processo constante de construção e desconstrução do seu ser, e conseqüentemente de sua própria práxis, pois este precisa agir de forma objetiva, consciente e prática. Este processo de autorreconstrução é constante, ao lidar com uma sociedade que se transforma continuamente.

Quando se fala de práxis, é necessário compreender que esta só se torna uma práxis real quando entende sua função social. O homem possui a capacidade de transformar e criar seu próprio mundo, conscientemente, e isso o diferencia dos demais seres. Ora, entende-se que a práxis somente existe quando entende seu papel revolucionário, onde uma classe pode lutar pela emancipação social de outras classes (Targino, 1997).

Há necessidade de compreender a biblioteca enquanto uma instituição viva, a qual desempenha um papel crucial na promoção do aprendizado. Quando falamos sobre biblioteca enquanto “estrutura viva”, falamos sobre a dinâmica, a adaptabilidade, a constante interação que os bibliotecários possuem com seus usuários. Desta maneira, mostra como este ambiente possui um poder para transformar o indivíduo, visto que possui uma riqueza incontável de informação e conhecimento.

À vista disso, faz-se prioridade que o bibliotecário entenda sua posição enquanto agente transformador, assim ele pode ser um importante instrumento de democratização da informação, por conseguinte, sua práxis envolve educação, desenvolvimento cultural, além da possibilidade de desenvolvimento da comunidade em que se insere.

Cysne (1993) defende que toda práxis é uma atividade, mas nem toda atividade é uma práxis, pois a atividade que envolve práxis é específica, que enriquece não só o próprio trabalho e a teoria, quanto o próprio sujeito que as elabora e executa.

Os serviços de informação para a sociedade através de instituições formais consagradas – as bibliotecas – ou do próprio indivíduo que os executa – o bibliotecário – podem então ser aceitos como práxis, por que constituem atividades em que se impõe a relação humana e por isso revelam a existência social do seu sujeito que é o bibliotecário” (Cysne, 1993, p. 77)

Dessa maneira, é possível entender que o bibliotecário, através de sua ação prática, revela sua função social em sua manifestação mais essencial, uma vez que sua função está direcionada de modo específico ao progresso da

sociedade e ao desenvolvimento do indivíduo dentro dela. Sem essa ênfase no indivíduo, o propósito do bibliotecário perde seu significado e acaba por se dissolver em meio à burocracia dominante.

Não podemos falar de práxis bibliotecária sem considerar sua função social. Falamos aqui em relação à práxis bibliotecária, visto que a presente pesquisa realizar-se-á no ambiente de bibliotecas escolares/salas de leitura. Todavia, essa práxis aliada a função social do profissional não se atém apenas ao bibliotecário, mas todo profissional que lida com informação.

Consoante com Le Coadic (1996, p. 27), a Ciência da Informação “[...] tornou-se, portanto, uma ciência social rigorosa, que se apoia em uma tecnologia também rigorosa”. O autor entende a informação como um “fluido precioso”, sendo produzido de forma contínua e constantemente renovado, a qual só interessa quando circula livremente.

É preciso que se questione a importância do papel da informação na construção da cidadania, como aborda Varela (2007). Especialmente quando se almeja que o indivíduo desfrute da plenitude de ser um cidadão ativo, forjando sua identidade e estabelecendo-se como um ser habilitado à autodeterminação, uma expressão singular surgida da comunidade.

Ainda em consonância com a autora, o nível de desenvolvimento de uma sociedade é latente, por meio da qualidade da informação disponível para sua comunidade. Portanto, é possível afirmar que o aprimoramento da qualidade de vida em uma sociedade está intrinsecamente ligado à habilidade de produzir novo conhecimento, além de aproveitar os conhecimentos já disponíveis, com o propósito de fomentar o progresso científico e social. Além disso, tal avanço pressupõe a capacidade coletiva da sociedade de tirar proveito dos produtos e serviços resultantes desse desenvolvimento (Varela, 2007).

Na sociedade da informação, a informação já é utilizada como um recurso econômico de aumento da eficiência, competitividade e melhoria nos serviços e produtos. Logo,

[...] fornecer informações relevantes às pessoas certas, no tempo certo e com o objetivo expresso de resolver problemas sociais e científicos, bem como construir conhecimento, deveria ser a meta dos serviços de informação, principalmente no setor da educação que vem sendo reconhecido como uma variável importante no desenvolvimento

econômico e social, seja na formação de recursos humanos, seja na construção de uma sociedade moderna (Varela, 2007, p. 32).

Destarte, a função primordial do cientista da informação, é fazer com que seja possível a livre circulação de informação, sempre considerando os mais variados fatores, desde faixa etária até a realidade social, política e econômica do usuário que este atenda.

Shera (1977) aborda a questão da ligação entre o profissional bibliotecário e sua função social, quando afirma que o objetivo da biblioteconomia é a valorização dos registros gráficos, desde a criança sendo alfabetizada até o intelectual absorvido em suas indagações. Assim, a fim de desempenhar um papel abrangente na sociedade, é necessário que se reconheça como uma entidade de gestão do conhecimento, independentemente dos meios que opte por empregar. Isso se deve ao fato de que a gestão do conhecimento é uma das áreas mais interdisciplinares, já que engloba a organização, conexão e estruturação do conhecimento.

Nesse sentido, compreende-se que toda prática profissional somente se torna uma práxis profissional quando essa assume sua função social. Por meio da práxis, o homem cria, reproduz, transforma seu mundo e a si (Targino, 1997). Portanto, cabe à biblioteca, por meio do bibliotecário, revelar sua função social, deixando claro sua posição enquanto um centro de informação organizado, e a serviço da comunidade.

Além disso, fornecer informação de qualidade é um pilar essencial para a liberdade do indivíduo, e para o funcionamento de uma sociedade realmente democrática. Ela não só capacita as pessoas para tomarem decisões conscientemente, como também desempenha um papel fundamental na formação de opiniões e no engajamento cívico.

Em concordância a isto, Varela (2007) afirma que liberdade não é apenas uma questão de escolha entre várias opções, mas “[...] a capacidade de autodeterminação para pensar, querer, sentir e agir. [...] ser sujeito é construir-se como um ser capaz de autonomia, numa relação tal que as coisas e os demais não se ofereçam como determinadoras” (Varela, 2007, p. 73).

Logo, o acesso à informação é um direito que envolve comunicação,

participação, direito à construção de pensamentos e opiniões individuais, exercendo sua cidadania plenamente, sem que um indivíduo ou uma instituição seja resolutivo para seu pensamento final. A cidadania plena implica em requisitos essenciais, tais como possuir uma consciência crítica, responsabilidade tanto individual quanto coletiva, aptidões para tomar decisões e agir proativamente, assim como conseguir acolher e conviver harmoniosamente com diversas opiniões e perspectivas, e de desenvolver alternativas criativas para solucionar desafios. Em resumo, estar preparado para exercer autonomia, assumir responsabilidades e se engajar de maneira efetiva nas mudanças necessárias para o avanço do país, rejeitando, assim, qualquer forma de alienação, dependência ou cultura consumista (Varela, 2007).

Por consequência, o fazer bibliotecário voltado para a práxis, permite com que a SL possa ser vista também como um equipamento cultural, além de uma instituição social, se adequando às realidades sociais, culturais, educativas e tecnológicas da sociedade. A práxis bibliotecária é um elemento diferenciador também para o trabalho diário da SL. Por mais que este seja um ambiente onde não há a obrigatoriedade da presença do profissional bibliotecário, acreditamos que este, por meio de sua práxis voltada para a sociedade e inserido diretamente nestas salas, pode ser um grande diferencial para o desenvolvimento educacional dos alunos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo se configurou como uma investigação de natureza aplicada, empregando uma abordagem mista de caráter exploratório-descritivo. Os procedimentos adotados compreenderam, inicialmente, a revisão bibliográfica e documental, seguida por um levantamento de dados mistos - qualitativos e quantitativos - visando compreender a realidade das salas de leitura na de Cachoeiro de Itapemirim. Por último, o Estudo de Caso foi empregado como metodologia preponderante para a análise dos dados coletados e para a formulação de eventuais sugestões finais.

O estudo de caso representa uma metodologia amplamente empregada na investigação social, tendo sua aplicação disseminada em campos tão diversos quanto a Administração, Antropologia, Bioquímica, Educação, entre outras áreas acadêmicas e profissionais. Essa abordagem oferece uma ferramenta valiosa para a análise aprofundada de fenômenos complexos e contextuais, permitindo uma compreensão detalhada das interações entre variáveis e contextos específicos. Por meio de uma combinação de técnicas qualitativas e quantitativas, o estudo de caso possibilita uma exploração minuciosa de casos individuais, contribuindo significativamente para o avanço do conhecimento em diversas disciplinas.

O caso é visto por Stake (1994) como uma entidade complexa, sendo trabalhada dentro de vários contextos, sejam eles estéticos, físicos, econômicos, políticos, dentre outros. Logo, “[...] o caso é singular, mas tem subseções [...], grupos (alunos, professores, pais, etc.), ocasiões (trabalho, férias, feriados), uma série de domínios [...]. O estudo de caso convida para o exame dessas complexidades” (Stake, 1994).

Ainda em concordância com André (2005), o conhecimento oriundo do Estudo de Caso é

Mais concreto – configura-se como um conhecimento que encontra eco em nossa experiência porque é mais vivo, concreto e sensório do que o abstrato.

Mais contextualizado – nossas experiências estão enraizadas num contexto, assim também o conhecimento nos estudos de caso. Esse conhecimento de destingue do conhecimento abstrato e formal derivado de outros tipos de pesquisa.

Mais voltado para a interpretação do leitor – os leitores trazem para os estudos de caso as suas experiências e compreensões, as quais levam a generalizações quando novos dados do caso são adicionados

aos velhos.

Baseado em populações de referência determinadas pelo leitor – ao generalizar, os leitores tem certa população em mente. Assim, diferente da pesquisa tradicional o leitor participa ao estender a generalização para populações de referência. (André, 2005, p. 17)

A área de Ciência da Informação emprega frequentemente o método do Estudo de Caso em suas investigações relacionadas a bibliotecas e sistemas de informação. Para Costa *et al.* (2021, p. 68)

Se analisarmos os fenômenos sociais complexos e contemporâneos abordados pela Ciência da Informação, o estudo de caso poderá trazer estratégias para compreender esses fenômenos e ajudar a ampliar a pesquisa na Ciência da Informação praticada e teorizada no Brasil.

Para fundamentar esta pesquisa, recorreu-se à definição do Estudo de Caso conforme apresentado por Calazans (2007), que o caracteriza como uma metodologia de investigação empírica que explora fenômenos dentro de seus contextos reais, nos quais o pesquisador não exerce controle sobre as variáveis e eventos envolvidos. O propósito principal é compreender e interpretar a complexidade dos casos concretos. Ainda em consonância com a autora,

Essa estratégia permite ao pesquisador estudar um aspecto ou situação específica e identificar, ou tentar identificar, os diversos processos que interagem no contexto estudado. É uma estratégia mais receptiva a informações não previstas pelo pesquisador, diferente de outros métodos estruturados que respondem somente aos aspectos questionados. O pesquisador tem a possibilidade de explorar os processos sociais à medida que estes ocorrem, permitindo sua análise em profundidade e das relações entre eles. (Calazans, 2007, p. 41)

Adicionalmente, a autora introduz a concepção de estudo de caso para além da mera narração de eventos, destacando sua aplicabilidade em testar hipóteses, conduzir análises estatísticas, mediante a apresentação de conjuntos de dados quantitativamente coletados e inter-relacionados, ou relatar investigações institucionais (Calazans, 2007).

Conforme abordado anteriormente, a pesquisa empregou dados tanto qualitativos quanto quantitativos sobre as salas de leitura na de Cachoeiro de Itapemirim. Por meio disto, conduziu uma análise estatística referente ao número de salas de leitura, ao material disponível e ao estabelecer uma correlação entre a quantidade de salas de leitura e a quantidade de escolas da rede.

Visto à intenção de aprimorar a delineação da pesquisa proposta, foram

empregadas as fases da estratégia de estudo de caso delineadas por Calazans (2007), adaptadas de Yin (2001), as quais serão definidas a seguir.

1. *Etapa de Definição e planejamento*

Esta etapa foi iniciada com a elaboração da indagação formulada para este estudo: *Qual é a função socioeducativa das salas de leitura no contexto escolar de Cachoeiro de Itapemirim-ES e como a práxis do profissional bibliotecário pode contribuir para a gestão e dinamização dessas salas?*.

Para que esta pesquisa fosse possível, foi imprescindível que o pesquisador se mantivesse receptivo às possíveis adversidades inerentes a este tipo de pesquisa, especialmente ao adotar o estudo de caso. Além disso, a diversidade de fontes de evidência também contribuiu para a construção de uma base de dados robusta para a pesquisa de caso. Considerando isso, este estudo se vale desse recurso não apenas para abordar sua questão central, mas também para alcançar conclusões relativas a seus objetivos específicos.

O método do estudo de caso foi utilizado para interpretação dos dados que foram coletados durante o período de pesquisa de campo, a fim de responder os questionamentos da pesquisa.

2. *Etapa de preparação, coleta e análise*

Onde o pesquisador precisou se atentar aos procedimentos formais com objetivo de garantir o controle de qualidade na coleta de dados.

A confiabilidade de um estudo de caso está vinculada á utilização de várias fontes de evidências e várias técnicas, proporcionando a possibilidade de triangulação; a documentação, organização e armazenamento das informações da coleta, diários de campo em uma base de dados para consulta; e a construção de um encadeamento de evidências (Calazans, p. 51)

3. *Etapa de análise e conclusão*

Nesta fase, ocorreu a categorização dos dados e das informações previamente coletadas. A partir das proposições estabelecidas, da teoria preliminar adotada e dos resultados obtidos, foi elaborada uma teoria que

contribuiu para a compreensão e explicação do fenômeno em estudo.

A adoção da abordagem mista se fundamentou na presença de procedimentos de coleta de dados que abrangeram tanto aspectos qualitativos quanto quantitativos. Essa escolha se justificou pela necessidade de coletar e analisar dados numéricos durante o processo de investigação, o que, neste caso, se deu pela análise do quantitativo de salas de leitura existentes; em contraposição ao número de escolas e agentes exercendo suas funções nestes ambientes.

A utilização de um método misto de coleta de dados se justifica pela limitação que a pesquisa sofreria, caso houvesse a obrigatoriedade de escolha de utilização de apenas um método, seja qualitativo ou quantitativo. Para Creswell (2013, p. 24),

[...] as limitações de um métodos podem ser compensadas pelas potencialidades de outro método, e a combinação de dados quantitativos e qualitativos proporciona um entendimento mais completo do problema da pesquisa do que cada uma das abordagens isoladamente

O início desta pesquisa foi marcado por uma análise da literatura especializada no campo da Ciência da Informação e da Biblioteconomia, visando explorar o que é a práxis bibliotecária, e como esta teoria se embasa. Esta fase foi caracterizada por um método exploratório, a qual incluiu um levantamento bibliográfico realizado nas principais bases de dados da CI, tais como: base de dados em Ciência da Informação (Brapci), a Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), o portal de Periódicos da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), os Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD). Além de obras de autores reconhecidos nas áreas de Filosofia e Ciências Sociais, dada a natureza multidisciplinar deste estágio inicial.

Posteriormente, procedeu-se a um sucinto levantamento dos dados educacionais no município de Cachoeiro de Itapemirim, acompanhado de um breve histórico sobre a localidade, visando contextualizar o ambiente no qual está inserido o objeto de pesquisa selecionado. Nesta etapa, houve a utilização do método de pesquisa bibliográfica, para conhecer o histórico da cidade, bem como, posteriormente, uma pesquisa dos dados obtidos por meio do censo escolar realizado pelo Ministério da Educação (MEC), acerca do

desenvolvimento educacional do município.

A pesquisa documental se define pelo emprego de documentos que representam fontes primárias de dados, os quais são produzidos no momento dos eventos ou posteriormente (Marconi, Lakatos, 2017). Nesse contexto, os dados provenientes do censo escolar, conduzido anualmente, são exemplares de tais fontes primárias de informação.

Por sua vez, a pesquisa bibliográfica, conforme definem os autores, deriva de fontes secundárias de informação, abarcando a literatura especializada disponível sobre o tema em consideração (Marconi, Lakatos, 2017). Assim, foram consultadas publicações de renomados estudiosos da história do Estado do Espírito Santo e do Município de Cachoeiro de Itapemirim.

Em seguida, empreendeu-se uma análise detalhada sobre bibliotecas e salas de leitura, com o propósito principal de esclarecer de maneira precisa e clara as distinções essenciais entre esses dois tipos de ambientes voltados para a promoção da leitura e difusão do conhecimento. Para alcançar esse objetivo, foram investigadas, por meio de uma pesquisa bibliográfica, suas características estruturais, funcionais e educacionais, enfatizando as especificidades de cada uma e evidenciando suas respectivas contribuições para o cenário educacional e cultural.

Além disso, foram realizadas pesquisas nas bases de dados da Ciência da Informação (Brapci), a Biblioteca Eletrônica Científica Online (SciELO), o portal de Periódicos da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), os Anais do Congresso Brasileiro de Biblioteconomia e Documentação (CBBDD) e o Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos de Acesso Aberto (OASIS).

Após essa fase, procedeu-se ao diagnóstico da atual situação das salas de leitura da de Cachoeiro de Itapemirim-ES, abordando aspectos relacionados às atividades desenvolvidas, profissionais envolvidos, ambiente e arquitetura. Esta etapa foi possível por meio de um relatório elaborado pelas bibliotecárias responsáveis pela gestão das salas de leitura.

O propósito inicial da pesquisadora consistia em conduzir uma série de entrevistas com os profissionais de apoio educacional designados às salas de leitura nas escolas municipais. Contudo, a referida solicitação foi negada pela administração municipal, sendo permitido apenas o uso de informações

disponíveis publicamente, obtidas a partir de fontes online e dos sites oficiais da PMCI.

Apesar da restrição à divulgação de determinadas informações relacionadas às salas de leitura, a pesquisa não foi adversamente impactada e prosseguiu conforme planejado. Baseou-se em informações disponíveis em domínio público, obtidas por meio de sites oficiais da PMCI e publicações locais de ampla circulação, bem como de relatório produzido em conjunto pelas bibliotecárias que exerceram suas funções na Rede.

No que diz respeito ao documento em questão, este é caracterizado como um Relato de Experiência, redigido pela Bibliotecária 1, responsável pela gestão e implementação das salas de leitura nas escolas no período de 2008 a 2016, e pela Bibliotecária 2 – e responsável por esta pesquisa - encarregada da administração das salas de leitura entre 2021 e 2022. O Relato de Experiência, conforme conceituado por Mussi, Flores e Almeida (2019), é reconhecido como uma contribuição para a construção do conhecimento científico, sendo considerado uma forma de escrita acadêmica valiosa para aprimorar tanto as práticas acadêmicas quanto profissionais.

Além disso, o Relato de Experiência oferece uma oportunidade única para compartilhar *insights* práticos, reflexões e lições aprendidas durante a gestão das salas de leitura ao longo desses períodos distintos. Essa modalidade de escrita enriquece o corpo de conhecimento da área, além de servir como um recurso valioso para informar e inspirar futuras práticas profissionais e intervenções e educacionais.

Por fim, procedeu-se uma investigação sobre o papel das salas de leitura no contexto das escolas municipais de Cachoeiro de Itapemirim, bem como sobre as atividades socioeducativas empreendidas pelos agentes de apoio. Para tanto, foi utilizado o relatório elaborado pelas bibliotecárias como fonte primária de dados, além de consultar artigos de revistas locais publicados durante a realização dos projetos. Essa abordagem visou compreender o funcionamento prático das salas de leitura, além de analisar o impacto das iniciativas socioeducativas promovidas nesses espaços no contexto escolar. A utilização do relatório das bibliotecárias como fonte de dados confere uma perspectiva interna e detalhada sobre a gestão e as atividades desenvolvidas.

Uma das características predominantes em um estudo de caso é a

flexibilidade em relação à sequência de execução de cada etapa da pesquisa. Para Costa *et al.* (2013, p. 54) “[...] um passo posterior pode ser iniciado antes que a etapa anterior seja finalizada, e passos iniciais podem, algumas vezes, ser completados apenas depois que etapas finais já estejam em progresso”. Logo, para esta pesquisa, não se tentou impor uma ordem de realização de cada etapa, porque as informações obtidas em um determinado passo, está intrinsecamente conectada a outro, podendo alterar a análise final.

Dessa forma, considerando os objetivos deste estudo, é possível compreender o impacto positivo causado pela presença do profissional bibliotecário na rede municipal de educação de Cachoeiro de Itapemirim, desde a organização das salas de leitura, até no desenvolvimento do trabalho dos agentes de apoio educacional nelas inseridas, no que diz respeito ao seu papel socioeducativo.

Compreendeu-se a visão do poder público municipal em relação às salas de leitura e a importância do bibliotecário para esta instituição, através de suas políticas públicas. Com isso, visou-se apresentar ao município as fragilidades das salas de leitura, através dos resultados desta pesquisa, bem como salientar o trabalho que vem sendo desenvolvido pelos agentes de apoio educacional, com a base oferecida pela presença prévia de um profissional bibliotecário.

Além disso, contribuiu para o progresso científico da área de Ciência da Informação e Biblioteconomia, e disponibilizou-se estudo em questão para futuras pesquisas nessa área. Além de contribuir para o desenvolvimento e valorização da Biblioteconomia no interior do Estado do Espírito Santo.

4. EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM/ES

4.1 Caracterização do município

Cachoeiro de Itapemirim é uma cidade situada no sul do Estado do Espírito Santo. Sua história é rica e diversificada, marcada por diversos períodos de desenvolvimento e significativas transformações nos âmbitos econômico, cultural, político e social. Neste capítulo, será abordado um breve histórico do município, assim como sua economia e a situação atual da educação pública local. Para esse fim, empregou-se uma pesquisa de âmbito bibliográfico e documental.

A pesquisa documental guarda semelhanças notáveis com a pesquisa bibliográfica, porém, a distinção fundamental entre ambas reside na origem das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica baseia-se principalmente nas contribuições de vários autores em relação a um tópico específico, a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não passaram por um exame analítico ou que podem ser reformulados segundo os objetivos da pesquisa (Gil, 2010).

Na etapa referente ao histórico do município, empregou-se uma pesquisa bibliográfica, recorrendo a autores reconhecidos na área de história do Espírito Santo. Em seguida, efetuou-se uma análise dos dados oficiais obtidos por meio de pesquisas realizadas pelo governo federal e disponibilizadas pela Secretaria de Educação do município de Cachoeiro de Itapemirim (Seme).

É relevante ressaltar que o objetivo deste capítulo não se destina a realizar uma investigação minuciosa sobre a história do município, tampouco configura-se como uma análise exaustiva dos dados associados ao seu desenvolvimento educacional. Ao invés disso, busca abordar de forma sucinta a origem e evolução do município, além de enfatizar sua relação com a educação de seus alunos, com o objetivo de conhecer o município.

4.1.1 Breve formação histórica

O município de Cachoeiro de Itapemirim está situado na região central da Macrorregião Sul do Estado do Espírito Santo. Destaca-se como o núcleo urbano mais significativo da área, caracterizando-se como um polo econômico, político, de saúde e educação, visto que abriga uma maior população entre os municípios

1 42
da região, totalizando 185.784 habitantes, conforme o último censo (IBGE, 2022), o que o coloca como o 5º município mais populoso do Estado. Além disso, o município encontra-se a aproximadamente 133 km da capital, Vitória.

Imagem 1: Mapa do Espírito Santo



Fonte: Wikipedia, 2023.

Antes da chegada dos colonizadores europeus, a localidade hoje conhecida como Cachoeiro de Itapemirim era habitada pelos povos indígenas puris e botocudos (Maciel, 1992). Com a chegada do Donatário da capitania do Estado, Francisco Alberto Rubim, a região foi explorada e integrada ao sistema colonial, em virtude da descoberta de ouro na área (Bittencourt, 1989).

O desenvolvimento substancial de Cachoeiro de Itapemirim iniciou-se no século XIX. A economia local fundamentava-se, primordialmente, na cultura e produção de café, bem como no comércio, sendo a atividade cafeicultora crucial para o crescimento urbano e regional (Bittencourt, 1989). Tal feito impulsionou a expansão das atividades e o aumento demográfico na localidade.

Em razão da importância significativa que o município adquiriu para a economia regional, passou a atrair uma extensa infraestrutura de transportes. A partir de 1876, o rio que atravessa a cidade, o rio Itapemirim, possibilitou o acesso das embarcações a vapor do Capitão Deslandes e desempenhou um papel crucial no escoamento da produção de café do Espírito Santo com destino

¹
ao Rio de Janeiro (Bittencourt, 1989).

Além disso, Cachoeiro de Itapemirim foi a pioneira no Estado do Espírito Santo e a quinta no país a implementar um serviço público de energia elétrica (Bittencourt, 1989). Em 1903, foi inaugurada uma usina hidrelétrica na Ilha da Boa Esperança, popularmente conhecida como *Ilha da Luz*.

No início do século XX, a economia do município experimentou transformações de grande magnitude. Diante da crise do café e da diversificação na produção agrícola, a cidade testemunhou o florescimento de outras atividades econômicas, notadamente a indústria e o comércio (Maciel, 1993). O setor de rochas ornamentais, em especial, emergiu como destaque, consolidando Cachoeiro como um polo relevante na remoção e beneficiamento de mármore e granito, e assim permanece até os dias de hoje.

Para além da indústria de rochas ornamentais, Cachoeiro de Itapemirim abriga uma variedade de setores industriais, englobando a produção de alimentos, móveis, metalurgia, plásticos e outros manufaturados. Esta diversificação industrial concorre para a estabilidade econômica local, oferecendo oportunidades substanciais tanto para o emprego quanto para o crescimento econômico.

Nas décadas mais recentes, o município manteve a ampliação de sua infraestrutura e diversificou sua base econômica. O setor de comércio e serviços assume relevância significativa em Cachoeiro de Itapemirim, atuando como um centro comercial para a área circunvizinha, provendo uma diversidade de estabelecimentos, tais como lojas, restaurantes e serviços financeiros. Este setor desempenha um papel crucial na criação de empregos e na dinâmica econômica local.

No âmbito cultural, Cachoeiro de Itapemirim é reconhecida como o berço de várias personalidades de destaque, incluindo o renomado cantor “Rei” Roberto Carlos, figura amplamente aclamada no cenário artístico brasileiro e internacional. Além disso, o músico Sérgio Sampaio, os poetas e irmãos Rubem e Newton Braga, e a atriz e dançarina Luz Del Fuego, também são naturais do município. Essa influência cultural envolvida constitui um componente integral da identidade da cidade.

O município também possui um rico patrimônio histórico, que reflete sua importância ao longo dos anos. Dentre eles, destacam-se:

- **Catedral de São Pedro:** Erguida no século XIX, a construção representa um notável referencial religioso e moderno para a cidade, caracterizando-se por apresentar elementos neogóticos em sua estrutura.
- **Casa de Cultura *Roberto Carlos*:** Residência ocupada pelo cantor e sua família até meados da década de 1950, originalmente destinada a um espaço cultural que promove exposições de arte, música e eventos literários. Além disso, abriga um acervo relativo à vida e à carreira do cantor.

Imagem 2: Casa de Cultura “Roberto Carlos”



Fonte: Pinterest, 2023.

- **Casa dos Braga:** O casarão, construído no estilo colonial português em 1906, serviu como residência da proeminente família Braga. Dois de seus membros mais notáveis são os irmãos Newton e Rubem Braga, jornalistas e escritores de renome nacional. Atualmente, a edificação abriga um museu dedicado à memória da família.

4.2 Educação em Cachoeiro de Itapemirim-ES

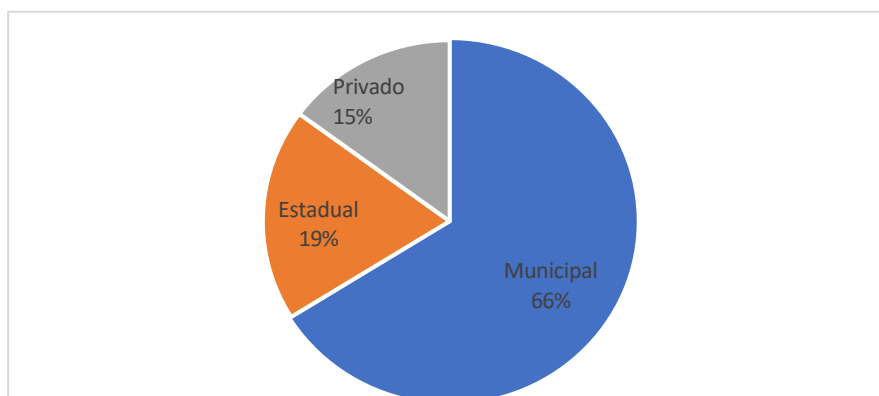
O progresso educacional de uma localidade está intrinsecamente correlacionado ao seu comprometimento com a renovação social, econômica e cultural por meio do instrumento educativo. A educação, embora seja essencial para o avanço de uma comunidade, desempenha uma função crucial na

capacitação das gerações vindouras. Nesse contexto, avaliar o desenvolvimento educacional de um município transcende a mera análise de dados e indicadores, exigindo uma compreensão profunda da intrincada interação entre políticas públicas, apoio financeiro, envolvimento comunitário e adaptação às vicissitudes sociais e tecnológicas.

Sendo assim, é indispensável traçar uma estrutura do sistema de ensino fundamental no âmbito municipal da cidade de Cachoeiro de Itapemirim, a fim de adquirir uma compreensão da realidade educacional local. Tal caracterização desempenhará um papel crucial no aprimoramento da compreensão das fases subsequentes da pesquisa.

Consoante com os dados do Censo Escolar conduzido pelo Inep em 2022, aproximadamente 49% dos estudantes matriculados nas instituições educacionais do país recebem atendimento por meio da rede municipal de ensino. No Estado do Espírito Santo, esse índice é ainda mais expressivo, alcançando 59,6% dos alunos matriculados nessa rede.

Gráfico 1: Demanda atendida da educação infantil e fundamental de Cachoeiro de Itapemirim-ES



Fonte: Produzido pela pesquisadora, durante a elaboração da pesquisa.

No contexto do município de Cachoeiro de Itapemirim, observa-se uma conformidade notável com os dados nacionais. Consoante à pesquisa do Censo da Educação Básica conduzida em 2022, constata-se que, dentre os estudantes regularmente matriculados, 66% pertencem às escolas municipais, conforme evidenciado no gráfico a seguir.

Conforme o Relatório "Nossas Escolas", divulgado pela Seme, o

município administra 81 instituições de ensino, abrangendo desde unidades de creche até o 9º ano do ensino fundamental (Cachoeiro de Itapemirim, 2023). Essas escolas estão distribuídas tanto na área urbana quanto na área rural do município.

4.1.2 Índice de desenvolvimento da educação básica no município

A Secretaria Municipal de Educação de Cachoeiro de Itapemirim (Seme) disponibiliza em sua página oficial os dados relativos ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Essas informações abrangem tanto os dados oficialmente obtidos quanto às metas projetadas para o ano de análise em questão.

O Ideb, uma ferramenta de avaliação da qualidade da educação no Brasil, foi instituída em 2007 pelo Inep, entidade vinculada ao MEC. Ele é calculado a partir de dois elementos preponderantes: as taxas de aprovação dos estudantes e as médias de desempenho nas avaliações padronizadas, tais como a Prova Brasil para o ensino fundamental e o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). A partir desses dados, torna-se viável mensurar o avanço do sistema educacional ao longo do período considerado.

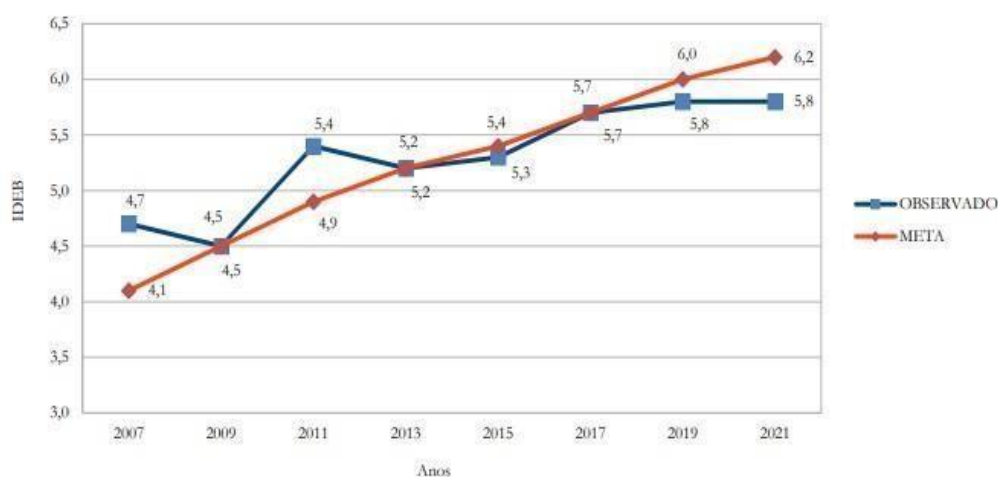
O índice varia numa escala de 0 a 10, sendo utilizada para avaliar o desempenho tanto de escolas quanto de sistemas educacionais na totalidade. Este índice considera tanto a proporção de alunos que atingem os níveis de aprendizagem adequados para suas séries, quanto a trajetória desses resultados ao longo dos anos. O Ideb desempenha um papel significativo como métrica para avaliar a qualidade da educação fornecida nas instituições de ensino brasileiras e como guia para políticas educacionais voltadas para o aprimoramento do sistema educativo.

Cumprе ressaltar que a presente pesquisa não tem como um de seus objetivos a realização de uma análise detalhada dos dados concernentes ao desenvolvimento educacional do município. Contudo, esta informação revela-se importante para a compreensão e caracterização da realidade da educação básica da região, particularmente no que tange às escolas sob a

responsabilidade do município.

Conforme informações oficiais da Seme, os resultados do Ideb de 2022, referentes aos anos iniciais, aproximaram-se da meta estipulada pela Secretaria, conforme ilustrado no gráfico abaixo. Em consonância com o Inep, é essencial analisar os resultados de 2021 considerando a influência da pandemia da Covid-19, que impactou o desempenho dos alunos devido ao afastamento decorrente das medidas de bloqueio adotadas nas cidades.

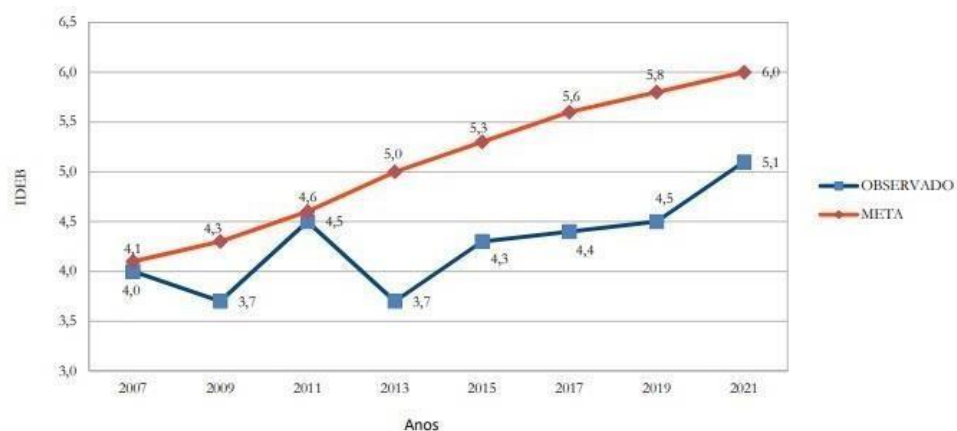
Gráfico 2: IDEB observado e meta projetada para os anos iniciais no município de Cachoeiro de Itapemirim-ES



Fonte: PMCI/SEME/SAE – Gerência de Captação de Recursos, Programas e Projetos

Conforme evidenciado no gráfico, os resultados do Ideb no município de Cachoeiro de Itapemirim, especificamente para os Anos Iniciais, apresentam uma trajetória ascendente ao longo dos anos, alinhada com a meta estabelecida pela Seme. A disparidade mais significativa entre os resultados oficiais e a meta projetada foi notada no ano de 2021, devido à crise ocasionada pela pandemia da Covid-19. Embora, mesmo diante das adversidades enfrentadas durante esse período, o patamar de desenvolvimento da educação no município permaneceu estável para os Anos Iniciais.

Gráfico 3: IDEB observado e meta projetada para os anos finais no município de Cachoeiro de Itapemirim-ES



Fonte: PMCI/SEME/SAE – Gerência de Captação de Recursos, Programas e Projetos

No entanto, essa tendência não se verifica nos resultados correspondentes aos Anos Finais. Percebe-se uma progressão mais moderada ao longo do tempo, contrastando com o ímpeto observado nos Anos Iniciais. Importa salientar que, não obstante o contexto pandêmico, o crescimento apurado registrou um atraso em relação às pesquisas realizadas nos anos anteriores. Este aumento, mesmo no meio de um período desafiador, revela-se como um avanço notável em comparação aos padrões previamente identificados.

5 ¹ BIBLIOTECAS ESCOLARES X SALAS DE LEITURA

No intrincado tecido do sistema educacional, as bibliotecas escolares e as salas de leitura figuram como pilares fundamentais, moldando o cenário para onde convergem a aprendizagem e a descoberta. Esta seção propõe uma incursão analítica sobre a definição e a importância destes dois espaços cruciais, enraizando-se, na verdade, de que uma compreensão aprofundada é essencial para orientar políticas educacionais e práticas pedagógicas.

Em um momento em que o panorama educacional é permeado por mudanças dinâmicas, torna-se premente delinear com precisão o propósito e as distinções intrínsecas entre bibliotecas escolares e salas de leitura. Ao fazer isso, não apenas lançamos luz sobre sua função individual, mas também discernimos as sinergias que podem potencializar seu impacto coletivo na formação dos estudantes.

O presente capítulo teve o objetivo de responder a um dos objetivos específicos estabelecidos para esta pesquisa, comparando salas de leitura e bibliotecas escolares, elucidando as diferenças fundamentais entre esses espaços, expondo as camadas mais profundas desses espaços educacionais, destacando não apenas o que os definem, mas também explorando as diferenças que os tornam entidades distintas. A análise dessas nuances não apenas enriquece nosso entendimento sobre a evolução desses ambientes, mas também sinaliza para algumas promessas no desenvolvimento de estratégias pedagógicas e políticas eficazes e centradas no aluno.

À medida que mergulhamos na investigação, abrimos uma janela para a compreensão das nuances educacionais que esses espaços abrangem. Ao desvendar as sutilezas que se escondem por trás das salas de leitura, aspiramos contribuir para a construção de um arcabouço educacional mais robusto e compassivo, onde o acesso à informação se entrelaça com a paixão pela leitura, orientando os estudantes em suas jornadas de descoberta intelectual.

5.1 Biblioteca escolar

Compreende-se que discutir a respeito da biblioteca escolar é abordar uma das principais lacunas do sistema educacional brasileiro, de acordo com

50

¹
Silva (2003). No entanto, sua trajetória incorpora uma narrativa que pode ser interpretada por meio de ações de perseverança, fortalecimento e validação, evidenciando sua importância constante, consolidação e merecido reconhecimento. A compreensão desses espaços exige a obtenção de entendimento sobre sua constituição. Nesse sentido, conduziu-se uma análise preliminar, sob o prisma literário, acerca da estruturação das bibliotecas.

A Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (Ifla) entende que a biblioteca escolar possibilita a habilitação dos estudantes para a aprendizagem ao longo da vida, desenvolvendo a imaginação e formando cidadãos responsáveis (Ifla, 1999).

Segundo o *Caderno de Conceitos e Orientações do Censo Escolar 2020*, disponibilizado pelo Inep, a biblioteca é o

Local que dispõe de coleções de livros, materiais videográficos e documentos registrados em qualquer suporte (papel, filme, CD, DVD, entre outras mídias), destinados à consulta, pesquisa, estudo ou leitura. Geralmente, a biblioteca escolar é organizada e administrada por um profissional especializado – o bibliotecário (2020, p. 24).

Considerável atenção é dedicada à promoção da valorização desses ambientes, especialmente a partir da promulgação da Lei de Universalização das Bibliotecas Escolares, a Lei 12.244/2010, que

[...] determina que todas as instituições de ensino do país, públicas e privadas, deverão desenvolver esforços progressivos para constituírem bibliotecas com acervo mínimo de um título para cada aluno matriculado ampliando este acervo conforme sua realidade, bem como divulgar orientações de guarda, preservação, organização e funcionamento das bibliotecas escolares (Brasil, 2010).

Além disso, conforme expresso pelo Manifesto da Ifla, ligada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), publicado em 2016, a biblioteca escolar desempenha a função de disponibilizar serviços que respaldam a aprendizagem, bem como o acesso aos livros para os membros da comunidade escolar. Dessa forma, ela oferece a oportunidade de desenvolver habilidades que propiciem o pensamento crítico e a utilização eficaz da informação em diversos formatos e meios.

Conforme os *Parâmetros para Biblioteca Escolar* estabelecidos pelo Conselho Federal de Biblioteconomia (CFB),

As bibliotecas escolares devem: a) contar com espaço físico exclusivo, suficiente e adequado para o acervo, o atendimento e a oferta de serviços, bem como para a realização dos serviços técnicos e administrativos; b) possuir acervo atualizado e diversificado que atenda às necessidades da comunidade escolar; c) adotar normas e padrões biblioteconômicos na organização de seu acervo, visando facilidade e eficiência na busca e atendimento; d) promover o acesso a informações digitais; e) funcionar como espaço inovador e convidativo que propicie aprendizagem e criatividade; f) ser administradas por bacharéis em Biblioteconomia registrados em seu órgão de classe, auxiliados por equipes em quantidade e qualidade adequadas; g) adotar horário de atendimento que atenda às necessidades de toda a comunidade escolar (2020, p. 1)

Assim sendo, considerando as definições anteriormente mencionadas, possibilita-se compreender a biblioteca como um ambiente essencial para o progresso educacional. Nesse contexto, a biblioteca pode fornecer o aprimoramento dos estudantes, por meio da leitura, além de oferecer acesso ao conhecimento de diversas realidades por meio de seu acervo, seja ele físico ou digital. Diante disso, torna-se indispensável que tais espaços adotem uma padronização básica em relação à sua estrutura física, destacando a importância fundamental da presença do bibliotecário. É por meio desse profissional que as atividades externas para o desenvolvimento de competências podem existir e progredir.

Contudo, constata-se que a realidade se distancia dessa finalidade. De modo geral, evidencia-se uma problemática significativa relacionada à escassez de investimentos e à ausência de políticas públicas direcionadas especificamente para bibliotecas, e esta é uma questão que afeta todo o país.

Barbosa e Pereira (2020) sustentam que as bibliotecas escolares devem ser dotadas de uma estrutura básica padronizada. Além disso, é imperativo que essas instituições adotem condições mínimas de funcionamento em estrita observância às legislações vigentes, todavia, o descaso ainda é evidente.

A biblioteca escolar, que atua de forma independente, encontra muitos obstáculos e entraves para avançar e conquistar os objetivos planejados pelos bibliotecários. Muitas vezes, é um trabalho solitário, sem apoio da própria equipe da escola (Barbosa; Pereira, 2020, p. 35).

Pereira e Campello (2018) sustentam que a prática educativa constitui uma responsabilidade partilhada por todos os envolvidos na educação. O contexto que poderia conferir às práticas educativas do bibliotecário no ambiente

escolar, consistiria em uma participação mais ativa deste na instituição, a qual teria impacto no desempenho dos alunos e nas abordagens pedagógicas dos professores.

Em concordância a essa ideia, Camilo e Castro Filho abordam que

[...] a atividade pedagógica para com os alunos pode ser feita em parceria com os demais atores escolares, sobretudo os professores, para viabilizar soluções pedagógicas que munam o alunado de conhecimentos aplicáveis ao seu contexto de vida com o objetivo de transformá-lo positivamente (2021, p. 12)

Conquanto é imperativo salientar que a discussão sobre práticas educativas e projetos implementados se torna inviável quando confrontada com a presença de bibliotecas precárias e improvisadas. Nessa conjuntura, a carência de uma estrutura adequada compromete a eficácia das iniciativas educacionais, uma vez que restringe as capacidades de criar um ambiente propício para o desenvolvimento educativo e cultural. Portanto, investimentos e esforços direcionados à melhoria desses espaços revelam-se cruciais para a promoção de um ambiente educacional enriquecedor e eficaz. Em concordância a esta ideia, Silva e Bortolin (2018, p. 37), afirma que, quando a escola possui biblioteca,

[...] nem sempre essa denominação se faz jus ao seu conceito, pois está localizada no pior espaço, a iluminação é precária, o mobiliário é composto de tudo aquilo que sobrou de outras repartições. Enfim, uma verdadeira improvisação que pode refletir no atendimento e no desejo de permanecer nesse ambiente

Ademais, é relevante ressaltar outras questões presentes na realidade das bibliotecas escolares que exigem atenção. Entre elas, destaca-se a escassez de profissionais especializados para administrar o espaço, muitas vezes delegados a professores ou profissionais realocados de outros setores. Além disso, há a partilha do espaço das bibliotecas com outros setores da instituição, a organização do acervo realizado amadoramente, devido à falta de profissionais capacitados, e a oferta restrita a serviços básicos, como empréstimos, entre outros, são alguns dos desafios enfrentados por esses ambientes educativos.

A biblioteca e o bibliotecário são agentes democratizadores do conhecimento, segundo Vieira (2020), sendo o bibliotecário um facilitador do

acesso às informações e aos materiais necessários à comunidade, e a biblioteca por proporcionar tanto esse acesso aos materiais quanto à cultura, leitura e conhecimento. Para tanto, é fundamental a conexão entre equipe da biblioteca, professores, pedagogos e gestores escolares.

5.2 Sala de leitura sob a perspectiva brasileira

Abordar o tema das salas de leitura implica lidar com uma questão extremamente sensível. Desde a promulgação da Lei 12.244/2010, o enfoque das pesquisas e esforços no âmbito da Biblioteconomia direciona-se à criação de bibliotecas escolares. No entanto, os dados oficiais observados contradizem esse desejo.

Quando se leva em consideração dados do Censo Escolar, analisados a partir de 2010, há um crescimento exíguo na proporção de escolas públicas com bibliotecas e um aumento maior no número de salas de leitura. Essa situação tende a ser mais crítica nas redes municipais.

De acordo com Santos (2018), a expansão das salas de leitura em escolas públicas pode indicar uma opção preferida pelas redes de ensino em vez da criação de bibliotecas, refletindo a escolha de estados e municípios por uma abordagem mais econômica, já que este espaço não possui diretrizes que o regulamentam. Isso denota um descompasso entre a norma legal e ações efetivas e comprometidas com a Lei de implantação das bibliotecas escolares e deixa ver as incoerências dos discursos em favor da melhoria do ensino no país.

Motoyama e Souza (2020) vão ao encontro a essa ideia, quando abordam que o termo “sala de leitura” surgiu, no âmbito do estudo realizado pelas pesquisadoras, de uma resolução do governo do Estado de São Paulo, possivelmente, ancorada na ideia da não obrigatoriedade do bibliotecário.

Ao focar na realidade das salas de leitura, explora-se não apenas a infraestrutura física desses locais, mas também os desafios e oportunidades que eles apresentam para o desenvolvimento intelectual e social da comunidade local. Nesse contexto, é crucial analisar não apenas a disponibilidade de recursos, como livros e tecnologia, mas também os programas educacionais, a participação da comunidade e as políticas públicas que impactam diretamente a

¹
eficácia desses espaços na formação de cidadãos críticos e engajados.

A abordagem das salas de leitura requer uma compreensão holística, que vai além da estrutura física, considerando aspectos socioeconômicos, culturais e educacionais que moldam a experiência dos usuários desses espaços. Logo, no âmbito desta pesquisa, entendemos a SL como um espaço fundamental no contexto educacional, contribuindo significativamente para o desenvolvimento socioeducacional dos alunos. Entende-se que este espaço também pode ser concebido para promover o acesso à informação, aprimorar as habilidades de leitura e escrita, além de incentivar gosto pela literatura e cultura.

Além disso, a SL pode desempenhar um papel crucial no desenvolvimento integral dos alunos, influenciando não apenas seu desempenho acadêmico, não só na sua formação como cidadãos críticos, criativos e conscientes. Embora, é necessário compreender o que de fato são as salas de leitura, e como elas são vistas, na literatura especializada, bem como para o poder público. Ao que se refere a literatura da Biblioteconomia e Ciência da Informação, a SL é um tema pouco explorado, por isso houve uma certa dificuldade em averiguar a definição exata deste espaço.

No livro intitulado *Biblioteca Escolar: estrutura e funcionamento*, um capítulo redigido por Lopes (1989) aborda a organização e o funcionamento de salas de leitura. Nesse capítulo específico, a autora discorre sobre diversas características do espaço físico dessas salas, incluindo, entre outros aspectos, a localização, o mobiliário, o acervo, bem como a organização e o funcionamento.

Em consonância com a visão da autora, é imperativo que as salas de leitura disponham de dimensões mínimas capazes de acomodar confortavelmente tanto o acervo quanto uma turma escolar. Bem como ela recomenda que esses espaços sejam equipados com mobília, como mesas e cadeiras, recursos como lousas, roupas e fantasias, almofadas e outros objetos que possam ser utilizados de maneira lúdica por alunos e professores (Lopes, 1989).

No que diz respeito ao acervo, a autora observa que a aquisição de materiais é geralmente realizada por instituições mantenedoras de salas de

leitura, frequentemente representadas por municípios e estados. Entretanto, muitas vezes essas entidades não mantêm a renovação desse acervo. Como alternativa, ela sugere a adoção de outras atividades, como a doação de livros pelos próprios alunos e a captação de recursos por meio de eventos temáticos, como festas juninas e feiras de livros. A seleção desse material deve ser criteriosa, adequando-se ao perfil do público atendido pela SL.

A que se refere a organização desse acervo, a autora, que foi coordenadora da implantação de salas de leitura no município do Rio de Janeiro em 1989, afirma que esta não é realizada conforme normas biblioteconômicas, pois o município não possuía, à época, bibliotecários em seu quadro de colaboradores. Portanto, este trabalho era indicado ser feito de maneira simples, apenas com o registro do material em livro tomo e cartão de empréstimo.

Com relação à organização dos livros nas estantes, também é indicado que seja conduzido de maneira simplificada, segmentando-se em uma área fixa destinada aos livros de referência e dicionários, e uma área circulante designada para os materiais disponíveis para empréstimo. A disponibilização dos livros de literatura deve ser realizada considerando a faixa etária, com o intuito de facilitar o acesso dos alunos a esses recursos.

Assim, constata-se a inexistência de uma definição clara para o conceito de SL, assim como a falta de critérios distintivos em relação a uma biblioteca, salvo pela explícita ausência de bibliotecários. Nesse contexto, destaca-se a orientação para uma abordagem mais eficaz na padronização desse ambiente, evidenciando a necessidade de diretrizes mais precisas e abrangentes que possam nortear sua estrutura e funcionalidade de maneira consistente.

O *Caderno de Conceitos e Orientações do Censo Escolar 2020*, disponibilizado pelo Inep, possui uma definição bastante superficial acerca da sala de leitura, sendo definido como “[...] espaço reservado aos alunos para consultas, leituras e estudos” (2020). Essa definição superficial pode ser considerada problemática, visto que este é um caderno seguido pelas escolas, para preenchimento do Censo Escolar. Logo, a equipe gestora da escola pode interpretar que a SL pode ser qualquer lugar que possua o mínimo de mobiliário e livros, sem qualquer preocupação com a qualidade dos materiais e o conforto

proporcionado aos alunos.

Em estudo realizado por Motoyama e Souza (2020), é possível constatar que não há uma diferenciação clara entre as salas de leitura e as bibliotecas, muitas vezes sendo utilizadas como sinônimos. Entretanto, a principal diferença entre esses espaços são os profissionais que nela atuam, visto que a presença do bibliotecário é obrigatória apenas nas BEs, já a SL pode ser gerida por outro profissional, muitas vezes readaptado de outros setores.

Na presente pesquisa, defende-se que a importância da SL para a formação do leitor é inquestionável, e o bibliotecário é uma figura essencial para o bom funcionamento desses espaços. Quando bem utilizada, a SL se torna um recurso muito valioso, ao ser um espaço onde a leitura pode acontecer de maneira fluida e lúdica.

Para além da definição do espaço físico das salas de leitura, compreendemos este espaço de acordo com Carmo, Lima e Ferreira (2016, p. 03), quando estas afirmam que a SL

[...] apresenta uma função educativa, mas deve extrapolá-la para o eixo cultural, igualmente importante para a formação de leitores autônomos. Isso significa realizar atividades que desenvolvam a oralidade dos alunos, como a discussão de temas e livros, argumentar sobre as características dos personagens, rodas de leituras. Nessa perspectiva, a sala de leitura é a ponte entre o conhecimento escolar e o mundo da cultura e informação.

Compreende-se não haver uma definição exata do que seria a SL em relação ao espaço físico, no que se refere a quais materiais ela deva possuir, o quantitativo desses materiais e outros instrumentos educativos que precisam existir e possam ser utilizados pelos profissionais que nelas atuam. Entretanto, todos os conceitos vistos nesta pesquisa, em relação às bibliotecas escolares, também podem – e devem – ser atreladas às salas de leitura. À medida que a SL passa a ser considerada um elemento do fazer educativo, ela começa a tomar um lugar central na escola: o de dinamização do conhecimento.

É imprescindível que ela seja compreendida como um recurso pedagógico e usada em sua totalidade, portanto a presença do bibliotecário é indispensável para que esse trabalho seja realizado. Desde a padronização desses espaços, a capacitação dos profissionais que atuam diretamente nas salas e o

desenvolvimento do papel de educador do bibliotecário.

Para que essas salas de leitura cumpram seu papel social não é suficiente apenas a presença do bibliotecário qualificado, mas também uma equipe que trabalhe em conjunto, com foco no aluno, prestando serviços que auxiliem no seu desenvolvimento educacional, em um ambiente bem estruturado e organizado; onde os usuários sejam bem recebidos.

A colaboração entre a SL e o bibliotecário detém a capacidade de se transformarem em agentes que promovem a democratização do saber. O bibliotecário atua como um facilitador na obtenção de informações e recursos essenciais para a comunidade, enquanto a SL desempenha um papel crucial ao viabilizar o acesso à cultura, à leitura e ao conhecimento. Essa missão requer uma conexão sólida entre a equipe da biblioteca, professores, pedagogos e gestores escolares.

Dessa forma, defende-se nesta pesquisa, que SL também seja entendida como uma unidade de informação, bem como bibliotecas, arquivos, centros de documentação. Conforme Macedo e Ortega (2019) as unidades de informação são entidades cujo objetivo primordial consiste em fornecer produtos e serviços que possibilitem aos seus usuários o acesso a fontes de informação, atendendo às suas necessidades informacionais específicas.

Conseqüentemente, pretende-se demonstrar por meio desta pesquisa, que as salas de leitura possuem capacidade de suprir as necessidades informacionais de seus usuários, desde que vinculada e gerida por um profissional qualificado, o bibliotecário. A SL, ao se configurar como um ambiente informacional, desempenha um papel crucial na promoção do acesso à informação, no desenvolvimento da alfabetização informacional e na formação de indivíduos capazes de lidar eficazmente com a avalanche de dados e conhecimentos na sociedade contemporânea.

6 SALAS DE LEITURA EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Abordar as salas de leitura no contexto do município de Cachoeiro de Itapemirim é lidar com uma temática sensível. Conforme se objetiva evidenciar neste estudo, esses locais desempenham um papel crucial na promoção do acesso à educação, cultura e informação, graças ao trabalho em conjunto de bibliotecários e equipe escolar.

Para isso, é crucial analisar não apenas a disponibilidade de recursos, como livros e tecnologia, mas também os programas educacionais e as políticas públicas que impactam diretamente a eficácia desses espaços na formação de cidadãos críticos e engajados. A abordagem das salas de leitura em Cachoeiro de Itapemirim-ES requer uma compreensão holística, que vai além da estrutura física, mas considerados aspectos socioeconômicos, culturais e educacionais que moldam a experiência dos usuários desses espaços.

Este capítulo não apenas apresentará os resultados brutos da pesquisa, mas também buscará interpretar suas implicações mais profundas, conectando-os com as teorias pertinentes e delineando possíveis áreas para aprimoramento e desenvolvimento futuro. Por meio dessa análise, também contribuimos significativamente para a compreensão do papel das salas de leitura no contexto educacional local, fornecendo subsídios valiosos para formuladores de políticas, processos educativos e demais questões na promoção do acesso à leitura e ao conhecimento em Cachoeiro de Itapemirim-ES.

É válido introduzir a exposição dos resultados da pesquisa, trazendo uma informação dada no capítulo de metodologia. O intuito primário da pesquisadora era realizar uma série de entrevistas com os profissionais de apoio educacional designados às salas de leitura nas escolas municipais. Entretanto, a referida solicitação foi rejeitada pela administração municipal, que indicou apenas o uso de informações disponíveis publicamente, adquiridas por meio de fontes online e dos sites oficiais da PMCI.

Adicionalmente, é digno de nota que, ao tentar estabelecer um contato com os agentes de apoio e equipe escolar, foi informado à pesquisadora que a direção da Seme impôs uma proibição para os membros e a equipe escolar de disponibilizarem quaisquer formas de informações consideradas "internas" a qualquer pesquisador. Esta medida foi justificada alegando que tais informações internas não devem ser compartilhadas além dos limites do ambiente escolar.

Essa prática é incongruente com a Lei Federal nº 12.527/2011, mais

conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI). Esta legislação regula o acesso às informações de caráter público conforme previsto na Constituição Federal, priorizando a divulgação de informações de interesse público. A Lei de Acesso à informação estipula que, em determinadas circunstâncias, é admissível a manutenção do sigilo sobre informações públicas, visando resguardar a segurança da sociedade e do Estado. Os cenários de sigilo elencados pela legislação compreendem:

- I - pôr em risco a defesa e a soberania nacionais ou a integridade do território nacional;
- II - prejudicar ou pôr em risco a condução de negociações ou as relações internacionais do País, ou as que tenham sido fornecidas em caráter sigiloso por outros Estados e organismos internacionais;
- III - pôr em risco a vida, a segurança ou a saúde da população;
- IV - oferecer elevado risco à estabilidade financeira, econômica ou monetária do País;
- V - prejudicar ou causar risco a planos ou operações estratégicas das Forças Armadas;
- VI - prejudicar ou causar risco a projetos de pesquisa e desenvolvimento científico ou tecnológico, assim como a sistemas, bens, instalações ou áreas de interesse estratégico nacional;
- VII - pôr em risco a segurança de instituições ou de altas autoridades nacionais ou estrangeiras e seus familiares; ou
- VIII - comprometer atividades de inteligência, bem como de investigação ou fiscalização em andamento, relacionadas com a prevenção ou repressão de infrações (Brasil, 2011).

Considerando os propósitos e procedimentos delineados na metodologia desta pesquisa, constata-se que nenhuma das informações a serem coletadas apresenta potencial para prejudicar a segurança pública, as instituições, a saúde da população, ou para comprometer a soberania nacional, tampouco interfere em qualquer investigação ou atividade de fiscalização. É imperativo ressaltar que o escopo da pesquisa concentra-se na compreensão dos projetos socioeducativos planejados e implementados pelos agentes de apoio educacional, com o objetivo unicamente de expor as boas práticas que vêm sendo realizadas nas salas de leitura.

Durante a condução da pesquisa, foi divulgado pelo Conselho Regional de Biblioteconomia da 6ª Região (CRB 6), cuja jurisdição abrange Minas Gerais e Espírito Santo, a realização de uma fiscalização em escolas públicas, escolas privadas e instituições de ensino superior no município de Cachoeiro de Itapemirim-ES, no mês de setembro de 2023. Na referida averiguação, foram visitadas quatro escolas da Rede Municipal, sendo que em uma delas não foi autorizada a entrada dos fiscais. Não obstante, foi possível constatar que todas

1 60
as instituições encontravam-se em situação irregular (Conselho Regional de Biblioteconomia, 2023).

Esta informação adquire maior relevância ao considerarmos que a diretriz de não divulgação de informações "internas" emanou da Seme após a inspeção conduzida pelo CRB 6. Portanto, compreende-se que, em virtude de sua condição irregular, a Secretaria de Educação optou por restringir a realização da presente pesquisa *in loco*, possivelmente por receio de que os dados obtidos pudessem agravar sua situação perante o mencionado Conselho. Contudo, é saliente notar que as informações relacionadas à ausência de bibliotecários na Rede podem ser prontamente acessadas no portal da transparência da PMCI.

Apesar das restrições impostas à divulgação de determinadas informações vinculadas às salas de leitura, a pesquisa não foi prejudicada e seguiu conforme o planejado. Dessa forma, a coleta de dados para este estudo, que serve como base para este capítulo, fundamenta-se em informações disponíveis em domínio público, obtidas através do Portal da Transparência da PMCI, publicações de revistas locais de ampla circulação, e, principalmente, no Relatório elaborado em conjunto, para esta pesquisa, pelas bibliotecárias que desempenharam suas funções na Rede. O referido Relatório encontra-se, na íntegra, como Anexo desta pesquisa.

No âmbito desta pesquisa, advogamos pela formulação de políticas públicas direcionadas à regulamentação das salas de leitura, iniciando pelo desenvolvimento de um regimento geral específico para esses espaços. Tal iniciativa visa subsidiar não apenas a estrutura física das salas, mas também os projetos e os serviços prestados aos alunos e à equipe escolar.

Para viabilizar esse objetivo, é imprescindível obter uma compreensão aprofundada das salas de leitura, tanto em termos de sua estrutura física quanto de seu funcionamento na atualidade. Assim, apresentar-se-á um panorama abrangente sobre esses espaços, a existência ou não de políticas públicas que os envolvem, bem como os profissionais que estão inseridos nesses ambientes.

6.1 Os profissionais das salas de leitura de Cachoeiro de Itapemirim-ES

Para iniciar a compreensão adequada da forma como as salas de leitura

são operadas, torna-se fundamental familiarizar-se com os profissionais encarregados de desempenhar as funções nesses estabelecimentos, sendo estes responsáveis por gerir e coordenar eficazmente o setor nas escolas. A atuação desses profissionais não se limita apenas à organização do acervo, mas também engloba a promoção de atividades que incentivem o uso da SL como um recurso educacional integral. Dessa forma, a contribuição desses especialistas é vital para o pleno funcionamento e a eficácia do ambiente bibliotecário no contexto escolar.

Em novembro de 2019, a PMCI promulgou a Lei nº 7756/19, que aborda a reestruturação dos cargos e salários na administração direta do município. Esta legislação promoveu alterações no Decreto Municipal nº 17.910/07, promovendo a modificação da denominação de determinados cargos, assim como de suas funções, características e correspondentes remunerações. Entre os cargos mencionados na referida Lei, destacam-se três que guardam relação com as bibliotecas: bibliotecário, agente de apoio educacional e assistente administrativo.

Consoante com as disposições estabelecidas pela Lei nº 7756/19, a PMCI disponibiliza um total de cinco vagas para o cargo de bibliotecário. O exercício dessa função demanda, como requisito mínimo para a investidura, a conclusão do ensino superior em Biblioteconomia, juntamente com o devido registro no conselho profissional correspondente. Não foram delineadas na legislação mencionada as secretarias ou órgãos específicos aos quais essas cinco vagas estão vinculadas.

Ao efetuar uma análise no Portal da Transparência da PMCI, verificou-se a presença de apenas três bibliotecários no quadro de colaboradores da instituição, ao longo dos anos. Destes, dois eram de natureza efetiva, enquanto um atuou em regime de contrato temporário. Dentre esses profissionais, o "bibliotecário 1" foi designado para a Secretaria de Cultura e Turismo, encontrando-se atualmente aposentado. O "bibliotecário 2" exercia suas funções na Seme, sendo registrado como "exonerado" conforme as informações disponíveis no portal. Por sua vez, o "bibliotecário 3" esteve vinculado à Secretaria de Educação, tendo seu vínculo encerrado após o término do contrato

1 62
de trabalho. Até o momento da finalização da coleta de dados, em março de 2024, a PMCI não conta com nenhum bibliotecário em sua equipe de colaboradores ativos.

No âmbito da Seme, a instituição contou com a atuação de dois profissionais na função de bibliotecário: a bibliotecária 1, que ocupou o cargo de 2008 a 2016, e a bibliotecária 2, que desempenhou suas funções de 2021 a 2022, sendo esta última a pesquisadora. Após a saída da bibliotecária 1, a Seme promoveu processos seletivos para a contratação temporária de bibliotecários, nos anos de 2017, 2018, 2020 e 2022. Entretanto, não se verificou, nessas datas, a presença de profissionais devidamente habilitados para preencher a vaga (Cachoeiro de Itapemirim, 2017; 2018; 2020; 2022)

Após a saída do bibliotecário 2, a SEME conduziu um novo processo seletivo com oferta de vaga para bibliotecário exclusivamente no ano de 2023, porém não houve candidatos aptos a assumir o referido cargo. No corrente ano, 2024, um processo seletivo foi conduzido para contratação temporária, todavia não foram disponibilizadas vagas para a função de bibliotecário, no âmbito da Seme. Um processo seletivo foi aberto pela Secretaria de Recursos Humanos, apenas para cadastro de reserva, e não é indicado em qual secretaria o profissional será alocado.

A ausência de processos seletivos e/ou vagas para o cargo de bibliotecário no ano de 2024, pode ser justificada com a atual realização de um concurso público para a PMCI, que conta com uma vaga para o referido cargo, e mais 4 vagas em cadastros de reserva (Cachoeiro de Itapemirim, 2024).

Para o poder público do município, o bibliotecário possui as seguintes atribuições

- Atribuições típicas:** - analisar, registrar, classificar e catalogar, livros, manuscritos, publicações, documentos e outros materiais bibliográficos de interesse da Administração Municipal;
- observar as normas técnicas existentes para a execução de suas funções;
 - atender e orientar os usuários;
 - realizar a identificação dos usuários nas bibliotecas públicas pertinentes;
 - registrar a entrada e saída de todos os documentos sob sua guarda;
 - providenciar a seleção de livros e publicações diversas para aquisições;
 - manter intercâmbio com outras bibliotecas;

- realizar estudos e pesquisas, bem como desenvolver ações educativas, atinentes a sua área de atuação;
- zelar pela conservação e guarda de todo o acervo bibliográfico de interesse da Administração Municipal;
- elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação;
- participar das atividades administrativas, de controle e de apoio referentes à sua área de atuação;
- participar das atividades de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal técnico e auxiliar, realizando-as em serviço ou ministrando aulas e palestras, a fim de contribuir para o desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos em sua área de atuação;
- participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com unidades da Prefeitura e outras entidades públicas e particulares, realizando estudos, emitindo pareceres ou fazendo exposições sobre situações e/ou problemas identificados, opinando, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município;
- realizar outras atribuições afins (Cachoeiro de Itapemirim, 2019).

Segundo a lei nº 7756/19, destaca-se a presença do profissional designado como agente de apoio educacional. A criação desse cargo remonta à modificação da nomenclatura de um cargo preexistente, o qual era conhecido como agente de biblioteca escolar. Esses são os profissionais que desempenham suas atribuições nas salas de leitura das escolas municipais, estando sujeitos a requisitos que demandam a conclusão do ensino médio para a investidura no referido cargo.

As responsabilidades inerentes ao cargo de agente de apoio educacional estão divididas em duas esferas distintas: a área de apoio administrativo e a área de biblioteca e arquivo. No contexto desta pesquisa, o enfoque será direcionado exclusivamente às funções pertinentes à biblioteca e ao arquivo, desconsiderando, assim, as atribuições de apoio administrativo, pois se configuram como atividades no âmbito das secretarias escolares.

[...] quando na área de biblioteca e arquivo:

- anotar dados referentes a livros e periódicos, atribuindo lhes número de registro em livro próprio (tombo);
- carimbar livros, revistas e periódicos, identificando a procedência dos mesmos;
- organizar prateleiras, verificando a manutenção da ordem para facilitar o acesso aos livros e periódicos;
- efetuar pequenos reparos em livros e revistas danificados visando a conservação do material;

- organizar as carteiras de sócios da Biblioteca, separando as que contenham multas e atrasos;
- elaborar estatísticas mensais de empréstimos de livros e periódicos;
- auxiliar na informatização do acervo, separando os livros a serem digitalizados e colocando etiquetas geradas pelo sistema;
- atender os leitores, orientando-os no manuseio de fichários e localização de livros, periódicos, publicações e demais documentos;
- auxiliar na elaboração e execução de projetos de incentivo à leitura, desenvolvendo programas, oficinas de leitura de histórias, teatro de fantoches, vídeos, dentre outros recursos, incentivando os frequentadores da biblioteca à adquirir o hábito de ler;
- executar outras atribuições afins. (Cachoeiro de Itapemirim, 2019)

Quanto ao cargo de auxiliar administrativo, as atribuições delineadas abrangem tarefas de rotina inerentes aos setores administrativos, englobando a organização de almoxarifados e o atendimento ao público. Adicionalmente, algumas atividades designadas a esse cargo incluem aspectos relacionados às bibliotecas municipais. São elas:

- executar, sob supervisão, a manutenção da classificação e catalogação dos livros e obras das bibliotecas municipais;
- execução das atividades administrativas ou operacionais, transmitidas pela chefia imediata, cumprindo prazos, roteiros e horários, de modo a auxiliar na realização das atividades finalísticas do órgão;
- cuidar da conservação dos livros e do mobiliário da biblioteca;
- zelar pela manutenção da ordem nas bibliotecas municipais;
- atender aos usuários, orientando-os quanto ao uso e manuseio adequado das obras disponíveis na biblioteca (Cachoeiro de Itapemirim, 2019)

Ao analisar as atribuições inerentes aos cargos mencionados, constata-se que a função do auxiliar administrativo é especificamente direcionada para prestar suporte às bibliotecas públicas do município, por outro lado, o cargo do agente de apoio educacional concentra-se na assistência e nas atividades cotidianas das escolas municipais.

Com base nas informações acessíveis no Portal da Transparência da PMCI, observa-se a presença de 15 agentes de apoio educacional em regime efetivo, ou seja, profissionais que foram contratados por meio de concurso público. Entre esses colaboradores, dois estão designados para a Seme, enquanto os demais, totalizando 13, exercem suas atividades nas escolas pertencentes à rede municipal.

Adicionalmente, com base nos dados disponibilizados pelo portal, constata-se que a PMCI mantém 112 agentes de apoio educacional em caráter temporário, os quais estão designados para as escolas pertencentes à Rede Municipal. O portal da transparência não especifica em quais setores esses agentes estão exercendo suas atividades, fornecendo apenas o nome das escolas. Portanto, por essa via, não é possível determinar quantos agentes estão desempenhando suas funções nas salas de leitura, uma vez que esse cargo também permite a alocação nas secretarias das escolas.

Por outro lado, a maioria das escolas conta com profissionais contratados por designação temporária (DT), cujos contratos têm a duração de apenas um ano, limitando a continuidade das atividades, e, muitos desses profissionais são recém-chegados à Rede e não tiveram a oportunidade de receber orientações específicas em relação à SL. Isso resulta em uma execução do trabalho de maneira amadora, com abordagens individuais distintas.

No período em que a pesquisadora realizava suas funções como bibliotecária da Seme, pode constatar a dificuldade existente para a realização de certas atividades nas salas de leitura, principalmente nas que envolviam a padronização dos acervos. Foi observado, pela pesquisadora, que havia a necessidade de realizar capacitações com os agentes, para que estes pudessem conhecer e compreender como funcionam as normas de organização dos acervos, pois apenas 2 dos agentes DT conheciam as padronizações.

A capacitação foi realizada, entretanto, a alta rotatividade de agentes DT se tornou um agravante. Visto que esses profissionais que recebiam o treinamento no início do período letivo, não permaneciam até o fim do ano, o que obrigava a realizar novas capacitações, isso demanda tempo e gastos a mais para os cofres públicos. Já entre os agentes de apoio efetivos, que estavam nas salas de leitura a um período maior de tempo, pode ser constatado uma linearidade nas atividades que realizavam, porquanto estes haviam recebido diversas capacitações, como relatado pelas bibliotecárias, no relatório constante no anexo desta pesquisa.

Entre essas capacitações, além do treinamento para organização bibliográfica do acervo, estavam treinamentos para a realização de atividades

lúdicas e pedagógicas, como a contação de histórias. Uma das atividades realizadas foi por meio do Projeto *Letras de Luz* da Fundação Victor Civita e EDP, empresa de distribuição de energia. O objetivo deste Projeto era promover oficinas de leitura para os multiplicadores dos municípios. Em Cachoeiro, os multiplicadores incluíram professores e profissionais vinculados às bibliotecas locais, os quais foram incumbidos de elaborar iniciativas culturais destinadas a fomentar a leitura. Estas iniciativas englobavam atividades como contação de histórias, realização de saraus, distribuição de sacolas de leitura, entre outras ações.

Por conseguinte, observa-se que a continuidade das capacitações e a manutenção do conhecimento adquirido entre os agentes de apoio efetivos destacaram a importância de investimentos contínuos em desenvolvimento profissional. Esta constatação ressalta a necessidade de políticas e estratégias que abordem não apenas a capacitação inicial. Além da sustentação e aprofundamento do conhecimento ao longo do tempo, tendo como horizonte não apenas a eficácia imediata e, sim, a consistência e a qualidade a longo prazo das atividades realizadas nas salas de leitura.

É essencial que as capacitações sejam realizadas regularmente, garantindo a manutenção da coerência nas atividades e na organização dos espaços. Esta continuidade no trabalho sociopedagógico é fundamental para assegurar que os usuários das salas de leitura possam ser efetivamente beneficiados, consolidando não apenas a oferta de serviços, mas também promovendo uma experiência consistente e enriquecedora para todos os envolvidos. Através da constância na formação e no aprimoramento das práticas, é possível fortalecer o papel desses ambientes como catalisadores do desenvolvimento educacional e cultural da comunidade.

6.2 Salas de leitura

Durante o exercício de suas atividades como bibliotecária na Seme, a pesquisadora recebeu orientações para referir-se aos espaços exclusivamente

como "salas de leitura". Essa diretriz foi estabelecida pela então administração, que alega que as escolas municipais não contam com bibliotecas. Do ponto de vista documental, constata-se a inexistência de legislação municipal que regulamente a presença de salas de leitura.

O município possui um documento denominado *Regimento Comum das Unidades de Ensino do Município de Cachoeiro de Itapemirim*, que padroniza as atividades desenvolvidas nas escolas do município. Neste documento, amplamente utilizado pela Seme, não há referências à existência de salas de leitura na rede de ensino, sendo mencionadas unicamente as bibliotecas escolares.

Neste documento, a biblioteca é citada nos arts. 90 a 96.

Art. 90. Cada unidade de ensino terá uma biblioteca, com denominação própria, para atender alunos e professores no desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, na pesquisa bibliográfica, na ampliação dos conhecimentos e no incentivo à leitura.

Art. 91. A biblioteca deverá dar atendimento em todos os turnos de funcionamento da unidade de ensino, sempre sob a responsabilidade de um servidor capacitado, encarregado de sua organização e do controle de suas atividades.

Parágrafo único. Cabe à unidade de ensino elaborar as normas de funcionamento de sua biblioteca em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 92. É livre a consulta ao acervo da biblioteca, facultado o empréstimo de exemplares, por prazo determinado e mediante registro específico.

Parágrafo único. A falta de atendimento ao prazo estabelecido para devolução dos livros implica suspensão de novo empréstimo por período igual ao do atraso, além de aplicação de penalidade prevista pela unidade de ensino.

Art. 93. Livros raros, periódicos e/ou obras de referência (atlas, dicionários, enciclopédias, guias e coletâneas e congêneres) não circulam e sua consulta deve ser realizada na biblioteca.

Art. 94. As publicações perdidas ou danificadas devem ser repostas pelo leitor e/ou responsável, se menor.

Art. 95. O agente de biblioteca é responsável por todas as ações relacionadas aos trabalhos realizados nas bibliotecas das unidades de ensino.

Art. 96. As atribuições do agente de biblioteca devem ser direta e exclusivamente relacionadas ao seu cargo e estão previstas no Decreto Municipal nº 17.910, de 18 de outubro de 2007. (Cachoeiro de Itapemirim, 2014)

Como é possível notar, a Seme oferece apenas uma breve menção às suas bibliotecas escolares, oferecendo diretrizes gerais e superficiais, ficando a cargo da gestão escolar, a responsabilidade de desenvolver normas específicas que atendam às necessidades individuais de cada instituição. No entanto, é

crucial que o próprio poder público municipal se encarregue dessa função, elaborando políticas públicas voltadas para o desenvolvimento dessas salas. Incluindo não apenas a estruturação física e organizacional da SL, mas também a promoção de programas e atividades que incentivem o uso e a valorização desse espaço como centro de aprendizado e pesquisa. Infelizmente, a falta de orientação específica resulta em salas de leitura subutilizadas e subdesenvolvidas, privando os alunos de um recurso valioso para seu desenvolvimento acadêmico e cultural. Por isso, é imperativo que haja programas de capacitação não só para os agentes de apoio escolar, mas também para os educadores, bem como para a equipe de gestão pedagógica das escolas, a fim de fortalecer o papel das salas de leitura como catalisadores do aprendizado e da criatividade dentro das comunidades educacionais.

Conforme o Documento *Nossas Escolas*, uma lista das escolas do município, com endereços e contatos, divulgado pela Seme, o município abriga um total de 81 escolas, oferecendo vagas desde a creche até o 9º ano do ensino fundamental (Cachoeiro de Itapemirim, 2023). Segundo informações obtidas por meio do Censo Escolar realizado em 2022, e divulgada em 2023, algumas instituições de ensino municipais em Cachoeiro de Itapemirim indicaram possuir exclusivamente salas de leitura, não contando com bibliotecas, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 1: Quantitativo de bibliotecas e salas de leitura

Nº escolas Rede Municipal	Escolas com biblioteca e sala de leitura	Escolas com sala de leitura	Escolas sem sala de leitura e/ou biblioteca
81	29	24	28

Fonte: Elaborado pela autora.

Nesse contexto, verifica-se que, das 81 escolas municipais situadas na região, apenas 29 declararam possuir simultaneamente uma biblioteca e uma SL, ao passo que 24 escolas indicaram possuir exclusivamente salas de leitura, sem contar com uma biblioteca. Dessa forma, somente 53 escolas afirmaram possuir esses ambientes em suas instalações educacionais, o que implica que 28 escolas carecem até mesmo de uma SL para fomentar o estímulo à prática

da leitura entre os alunos.

A informação relativa às 28 escolas desprovidas de biblioteca destaca, por si só, um aspecto problemático, considerando a não observância, por parte do município, da Lei 12.244/2010, que estabelece a obrigatoriedade de cada instituição de ensino possuir uma biblioteca e um bibliotecário para atender aos seus alunos. Adicionalmente, uma inquietação suplementar pode surgir em relação às escolas que contam exclusivamente com salas de leitura, em detrimento da presença de bibliotecas, configurando uma situação igualmente irregular, segundo a legislação.

No entanto, ao examinar empiricamente a situação por meio da vivência das bibliotecárias, constata-se que nenhuma das escolas municipais possui, de fato, uma biblioteca escolar, limitando-se apenas a possuírem salas de leitura. É importante salientar que a PMCI efetua a contratação de um profissional bibliotecário, incumbido da administração de todas as salas de leitura existentes na rede educacional.

Conforme os dados do Censo Escolar, a Seme indica a presença de 53 escolas com salas de leitura; entretanto, esta informação não corresponde à realidade. Conforme reportado pelas bibliotecárias em seu Relatório, até o ano de 2021, a Rede contava com 31 salas de leitura. Essas salas foram criadas e padronizadas sob a supervisão da bibliotecária 1, responsável pela montagem e organização, seguindo as normas biblioteconômicas.

Observa-se uma notável disparidade de informações entre os relatos da Seme e os dados fornecidos pelos gestores no Censo Escolar. Essa discrepância pode ser atribuída à ausência de uma regulamentação específica para as salas de leitura, aliada à presença de diretrizes superficiais relacionadas às bibliotecas, ocasionando uma lacuna no entendimento sobre a natureza efetiva de bibliotecas e salas de leitura, bem como nas distinções entre ambas.

A falta de regulamentação para as salas de leitura emerge como uma questão problemática evidente na estrutura da Seme. Tornar-se fundamental, portanto, a implementação de políticas públicas que não apenas reconheçam a importância desses espaços, mas também os normatizem de forma clara e abrangente. Essa medida representa o primeiro passo crucial para promover a valorização e o pleno aproveitamento das salas de leitura no contexto escolar.

Além disso, é necessário investir em recursos e capacitação para os profissionais responsáveis por esses ambientes, garantindo que sejam espaços dinâmicos e estimulantes para a prática da leitura e da pesquisa. Dessa forma, poderemos assegurar que as salas de leitura desempenhem efetivamente seu papel como ferramentas essenciais no processo de educação e desenvolvimento dos estudantes.

6.3 O espaço físico da sala de leitura

As deficiências e diversidades encontradas nas salas de leitura da Rede Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES são notáveis. Algumas escolas consideram essas salas como essenciais, com reconhecimento por parte dos gestores, pedagogos e professores, contando com uma localização privilegiada e valorização do papel do agente de apoio, há também escolas onde a situação é precária, e a realização do trabalho enfrenta inúmeros desafios.

Enquanto a pesquisadora participou da gestão das salas de leitura, pode constatar que as estantes existentes nas salas estão em excelente estado de conservação e transmitem a impressão de recente aquisição. A bibliotecária 1 informou, como pode ser constatado no relatório em anexo, que foi realizada uma grande compra de estantes e demais mobiliários para as salas de leitura em 2008.

Cada SL dispõe de estantes em quantidade adequada, caracterizadas por prateleiras cinzas e laterais vermelhas. A disposição de estantes assegura, não só, uma atmosfera lúdica, mas também harmoniza maneira eficaz com o público predominantemente infantil atendido nas salas de leitura. Essa escolha estética, aliada ao bom estado de conservação dos móveis, contribui para criar um ambiente acolhedor e propício ao estímulo da leitura, fomentando o interesse das crianças por esses espaços educativos. Além disso, a durabilidade do mobiliário adquirido em 2014 reflete o cuidado e a eficiência na gestão do patrimônio, promovendo uma experiência positiva para os usuários dessas instalações.

Ainda no período em que geriu os espaços das salas de leitura, a pesquisadora pôde constatar as seguintes características definidas a seguir: aproximadamente 10, das 31 salas de leitura, estão equipadas com

computadores que possuem acesso à internet, entretanto, esses recursos são de uso exclusivo do agente de apoio educacional. Não é concedido acesso aos alunos e funcionários das escolas. Das 10 salas que dispõem de computadores, apenas 5 estão equipadas com software de controle bibliográfico, permitindo a realização de atividades como empréstimos, catalogação, devoluções e outras tarefas inerentes às rotinas de uma SL. Importante ressaltar que nenhuma das salas de leitura disponibiliza computadores para utilização pelos alunos e pela equipe escolar.

Quanto à disposição física, é evidente constatar que, em determinadas escolas, as salas de leitura ocupam posições privilegiadas, chegando a ser a primeira sala acessível, situada adjacente ao portão de entrada da instituição. Adicionalmente, alguns gestores demonstram preocupação com a acessibilidade dos alunos a esses ambientes, posicionando-os em locais estratégicos ou próximos a rampas de acesso, promovendo assim um ambiente inclusivo e acessível a todos os estudantes.

Em contrapartida, existem salas de leitura posicionadas em locais de difícil alcance. A situação mais desfavorável refere-se a uma das salas alocada nos fundos da quadra de esportes da escola, a fim de criar espaço para uma nova sala de aula. Para alcançar essa SL, é necessário atravessar toda a extensão da escola e a quadra de esportes, ingressar em um recinto reservado para professores e funcionários realizarem suas refeições e, somente a partir desse ponto, ter acesso à SL e seu acervo.

Por meio da experiência das bibliotecárias, que pode ser constatada por meio do relatório produzido pelas profissionais, e constante no Anexo desta pesquisa, torna-se evidente que a SL não é considerada uma prioridade no contexto escolar. Um desafio recorrente consiste nas frequentes alterações enfrentadas pelas salas de leitura, muitas vezes realocadas para dar lugar a novas salas de aula, quando há demanda na escola. Cada vez que essas mudanças ocorrem, a SL é alocada em espaços desestruturados, frequentemente reduzidos e, por vezes, inadequadamente ventilados, refletindo a negligência em relação a esse ambiente.

Outro exemplo pertinente a ser mencionado refere-se à SL localizada no centro do pátio destinado ao recreio das crianças. Embora seja um espaço de fácil acesso para a comunidade escolar, a sala possui uma área não superior a

6 m², delimitada por paredes divisórias de Eucatex (painéis constituídos por perfis metálicos e painéis de madeira). Nesse ambiente restrito, é necessário alocar seis estantes: quatro destinadas ao acervo regular e duas posicionadas nos fundos para armazenar livros didáticos fora da validade, os quais não podem ser facilmente descartados. A discussão referente ao acervo das salas de leitura será abordada no tópico subsequente.

A desconsideração pelo espaço mencionada anteriormente manifesta-se inicialmente na carência de políticas públicas dedicadas a tais ambientes, resultando, por conseguinte, na obscuridade destes no âmbito da Seme. Esta negligência institucional não apenas mina o reconhecimento e a importância atribuídos a esses espaços, além de comprometer a capacidade da administração educacional de abordar adequadamente as necessidades e potenciais inerentes a eles. A ausência de uma abordagem proativa por parte das políticas públicas contribui para a perpetuação da invisibilidade desses espaços, dificultando a implementação de estratégias efetivas para promover seu desenvolvimento e maximizar seu impacto no contexto educacional.

A Seme promove regularmente capacitações e reuniões com a equipe de gestores escolares, abordando uma diversidade de temas, que incluem desenvolvimento pessoal e profissional, capacitação para professores de educação especial, orientações para gestores de escolas em tempo integral, entre outros tópicos relevantes para o contexto educacional. Não obstante, é pertinente observar que, até o momento, não há um estímulo específico para a incorporação das salas de leitura como complemento às práticas de sala de aula durante esses encontros.

Esta ausência de ênfase em estratégias que promovam o aproveitamento efetivo das salas de leitura pode limitar o reconhecimento e a implementação desses espaços como recursos pedagógicos valiosos. A consideração e promoção ativa desses ambientes poderiam enriquecer significativamente as práticas educacionais, garantindo uma abordagem mais holística e integrada no contexto das capacitações oferecidas pela Seme.

No decorrer do período em que a pesquisadora exerceu suas funções enquanto gestora das salas de leitura na instituição, ela formalmente solicitou à gerência pedagógica da Seme a oportunidade de participar das capacitações destinadas à equipe gestora e aos professores. O propósito dessa solicitação

era oferecer uma contribuição substancial sobre a temática das salas de leitura, abordando estratégias eficazes para a sua integração no cotidiano escolar.

Todavia, tais requisições não encontraram atendimento, comprometendo assim a possibilidade de enriquecer as discussões educacionais com uma perspectiva especializada e fundamentada no contexto das salas de leitura. Este cenário de não atendimento das solicitações tem o potencial de limitar o pleno aproveitamento desses espaços no contexto educacional, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais receptiva e colaborativa por parte da gestão pedagógica da Seme.

6.4 O acervo

Verificou-se que, de maneira geral, as salas de leitura apresentam uma padronização eficiente em relação à organização de seus acervos. Tal êxito é atribuído ao empenho da Bibliotecária 1, que desempenhou papel ativo na criação e organização das salas de leitura em 2008. Essa eficaz padronização contribuiu significativamente para a coesão e eficiência dos ambientes. A expertise da profissional não apenas assegurou a uniformidade na disposição dos acervos, mas também promoveu a acessibilidade e a facilidade de navegação para os usuários, potencializando o papel desses espaços como instrumentos efetivos de estímulo à leitura e pesquisa.

Ao ingressar em uma das salas de leitura, é evidente que as diretrizes biblioteconômicas para a organização do acervo são observadas, porém, com ajustes necessários para atender ao público-alvo das instituições, composto por crianças em idade pré-escolar até o fundamental.

A categorização dos materiais nas instituições é conduzida por meio de classificações amplas, abrangendo desde categorias infantis e infantojuvenis até historiografia, todas organizadas conforme a Classificação Decimal de Dewey (CDD). No entanto, destaca-se que as classificações são simplificadas e objetivas, visando facilitar o acesso das crianças ao acervo e promover sua autonomia ao lidar com os materiais disponíveis.

O acervo é predominantemente composto por obras literárias direcionadas ao público infantil e infantojuvenil, além de materiais destinados a apoiar os professores na elaboração de aulas e estudos. A maioria desses

materiais provém do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE).

O PNBE pretende promover o acesso à cultura e incentivar a leitura entre alunos e professores. Isso é efetuado por meio do envio de materiais literários, denominado PNBE Literário, e materiais de apoio pedagógico, conhecido como PNBE Professor. Todos os livros de suporte pedagógico, direcionados aos professores, são provenientes do PNBE, não havendo registro de qualquer aquisição dessa natureza efetuada pela Seme.

Quanto aos livros literários, a obtenção de informações se apresenta desafiadora, uma vez que os dados disponibilizados pelo portal da transparência da PMCI não são suficientemente explícitos em relação à natureza específica dos materiais adquiridos. Embora, é possível constatar que a última aquisição de livros destinados às escolas municipais realizada pela Prefeitura ocorreu em 2016, por meio do Edital nº 060/2016, que requisitava a aquisição de 387 títulos de livros de literatura. Desde então, não houve registros de novas aquisições pela PMCI, sendo os livros recentemente incorporados às salas de leitura provenientes de programas do governo federal.

Algumas salas de leitura estão equipadas com um software que facilita a classificação de materiais bibliográficos, além de gerenciar empréstimos, devoluções, reservas e outros processos relacionados ao controle de materiais. No entanto, apenas cinco salas dispõem desse software. Uma sugestão foi apresentada por um dos agentes de apoio educacional, conforme relatado pela bibliotecária 1 responsável pelas salas de leitura, propondo a aquisição do software para todas as salas de leitura.

Entre as escolas desprovidas desse software, apenas cinco dispõem de computadores designados exclusivamente para uso do agente de apoio, os quais conduzem o controle de empréstimos por meio de planilhas simples armazenadas nesses dispositivos. Em caso de avaria desses computadores, há o risco de perda irreversível desses dados. Conseqüentemente, infere-se a ausência de um mecanismo centralizado para o gerenciamento das informações virtuais produzidas pelas salas, visto que não são efetuados *backups* desses dados.

As demais salas de leitura adotam um método manual para o controle de empréstimos, utilizando cadernos nos quais são registrados os nomes dos usuários, séries que cursam, títulos dos livros emprestados e as datas

correspondentes de empréstimo e devolução dos materiais.

Além disso, somente as cinco salas de leitura equipadas com o software conseguem quantificar o tamanho de seus acervos, tanto em termos do número de títulos quanto do total de livros que compõem suas coleções, devido à funcionalidade proporcionada pelo referido software. As outras escolas não dispõem de qualquer mecanismo de controle dessa informação, resultando na impossibilidade de determinar com precisão o tamanho real de seus acervos, conforme evidenciado no anexo desta pesquisa.

6.5 O caso dos livros didáticos

A problemática dos livros didáticos assume relevância significativa no contexto das salas de leitura. Os agentes de apoio manifestam, recorrentemente, preocupação em relação à ausência de uma infraestrutura adequada, a qual deveria ser providenciada pela Seme, para a gestão dos descartes de materiais didáticos obsoletos. Tais materiais, devido à sua obsolescência informativa, não podem mais ser empregados em ambientes de ensino.

Para solucionar esse problema, foi criada a Portaria nº 937/2018, que estabelece normas para doação e descarte de livros didáticos, e demais materiais bibliográficos, especificamente para materiais adquiridos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), por meio do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD) e do Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE).

Essa mencionada Portaria estipula que, para efetuar o processo de descarte de materiais ociosos ou defasados, é imperativo inicialmente buscar realizar a doação dos mesmos. Esta doação pode ser direcionada tanto aos membros da equipe escolar quanto aos alunos, pais, responsáveis ou instituições de cunho socioeducativo, abrangendo desde escolas comunitárias até estabelecimentos prisionais. Além disso, o decreto delinea os procedimentos burocráticos a serem observados para a efetivação dessas doações.

Caso persistam materiais ociosos e defasados, estes devem ser encaminhados para a etapa de descarte, momento em que surgem complexidades que demandam a observância de protocolos específicos. Inicialmente, é necessário estabelecer duas comissões de avaliação para o

material destinado ao descarte, uma na unidade de ensino municipal e outra na unidade central da Seme. Ambas as comissões devem realizar reuniões para avaliar os materiais a serem descartados, elaborar atas de reunião e termo de recolhimento contendo fotografias dos itens a serem descartados. Bem como, devem encaminhar os livros para descarte, alocando-os em locais apropriados, e supervisionar todo o processo de descarte em colaboração com a empresa selecionada.

Antes de proceder com o descarte, é imperativo realizar a divulgação do interesse na eliminação nos veículos oficiais de comunicação, tais como o Diário Oficial do município, jornais locais, emissoras de rádio ou televisão, bem como no site oficial da PMCI, durante um período de 60 dias. As secretarias municipais de Meio Ambiente e Serviços Urbanos devem ser devidamente informadas sobre a demanda, sendo responsáveis por elaborar atas referentes ao serviço. Todos os documentos assim produzidos devem ser submetidos a uma análise jurídica para obter a devida autorização para o descarte. Paralelamente, é necessário realizar a publicação de um edital de ciência de eliminação, efetivar a eliminação do material e divulgar um Edital de Eliminação.

Assim, torna-se evidente que o procedimento de descarte apresenta uma considerável carga burocrática, requerendo um significativo investimento de tempo, recursos humanos e financeiros para sua efetivação. Diante dessa complexidade, muitos gestores optam por desistir de iniciar tal processo, motivados pela escassez de tempo disponível para sua condução, optando por acumular os materiais ociosos nas instalações escolares. Nesse contexto, as salas de leitura são frequentemente escolhidas como depósito para armazenamento desses materiais.

Conseqüentemente, além de confrontar limitações como ambientes reduzidos, confinados e inadequadamente ventilados, juntamente com outras deficiências estruturais, as salas de leitura são designadas como depósitos escolares. Nessas salas, são armazenados materiais que não podem ser descartados, resultando na redução ainda maior do espaço disponível para o acervo da SL e para as atividades que poderiam ser conduzidas nesse ambiente. Ademais, o acúmulo de materiais nessas instalações propicia a ocorrência de sujeira e contribui para a poluição visual.

A partir das informações reunidas e apresentadas neste capítulo, torna-se evidente que a falta de uma regulamentação oficial para padronizar os espaços das salas de leitura resulta em prejuízos significativos para o desenvolvimento de um trabalho contínuo e eficaz nesses ambientes. Esta lacuna normativa não apenas dificulta a implementação de práticas consistentes de gestão e organização, mas também compromete a qualidade e a acessibilidade dos recursos disponíveis para os alunos.

Logo, como foi exposto no início deste capítulo, defende-se aqui a elaboração, pelos órgãos competentes de políticas públicas, e que, normatizem a existência das salas de leitura. É crucial serem estabelecidas diretrizes abrangentes para orientar a estruturação e o funcionamento das salas de leitura, garantindo assim que possam cumprir plenamente seu papel como espaços de aprendizado, pesquisa e promoção da leitura nas instituições educacionais. Essa regulamentação não apenas fornecerá um quadro de referência necessário para os educadores, mas também contribuirá para a criação de ambientes mais enriquecedores e inclusivos para toda a comunidade escolar.

7 PROJETOS SOCIOEDUCATIVOS E A PRÁXIS BIBLIOTECÁRIA

Quando se fala em projetos socioeducativos em bibliotecas ou salas de leitura, deve-se considerar um objetivo primordial, o de promover o acesso

igualitário ao conhecimento, fortalecendo a capacidade crítica e emancipatória da comunidade. Para o âmbito desta pesquisa, considera-se que a SL é um agente ativo na promoção da equidade e justiça social. Através desta, não se pode deixar de lado questões sociais e econômicas, principalmente quando se fala em escolas municipais, visto que estas são alocadas majoritariamente em comunidades mais carentes, e atendem a maioria das pessoas em idade escolar de um município, como mostrado previamente.

Sendo assim, é crucial abordar nestes espaços, as mais diversas discussões, ainda que tratem de temas sensíveis, como desigualdade social, direitos civis, diversidade e justiça. Estes espaços devem sempre fomentar a reflexão e o diálogo crítico sobre as questões que afetam as mais diferentes classes sociais, mas principalmente aquelas nas quais estão inseridas.

Para isso, a práxis bibliotecária emerge como um instrumento fundamental para a transformação social e o empoderamento das comunidades. Nessa abordagem, a SL deixaria de ser apenas um depósito de livros, para se tornar um espaço ativo de construção de conhecimento crítico e consciência de classe.

A práxis bibliotecária visa superar a visão tradicional da biblioteca como um local passivo de leitura e empréstimo de livros, entendendo-a como um agente ativo na promoção da equidade e justiça social. Os projetos socioeducativos devem ser concebidos para ir além do mero fornecimento de informação, engajando-se na formação crítica e na mobilização social.

Além disso, a práxis bibliotecária valoriza a acessibilidade e inclusão. Projetos que oferecem cursos gratuitos, atividades culturais e oportunidades de desenvolvimento pessoal podem ser implementados para garantir que a biblioteca seja um espaço acolhedor para todos, independentemente de sua classe econômica.

Em síntese, os programas socioeducativos em bibliotecas escolares, orientados pela práxis bibliotecária, transcendem o modelo convencional, adotando uma abordagem ativa e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e consciente de sua realidade social.

Em termos mais concretos, como abordado mais profundamente no capítulo 2, a práxis bibliotecária compreende a formulação e execução de estratégias por parte dos profissionais, voltadas para o progresso humano e sua

relevância no contexto social, fundamentando-se no entendimento de seu papel revolucionário. Ou seja, o trabalho do bibliotecário só é tido como uma práxis quando este é realizado conscientemente, tendo como foco o desenvolvimento crítico dos indivíduos a que este se volta.

Esta pesquisa não aborda meramente a concepção simplista de "leitura pela leitura", que se limita ao ensino do ato de ler. Ressalta-se que a leitura adquire significado quando realizada de maneira crítica, considerando, igualmente, a leitura prévia do universo circundante da criança/adolescente.

É crucial reconhecer que a leitura transcende a simples decodificação de palavras; ela deve ser compreendida como um processo de interpretação, análise e contextualização, integrando-se ao repertório individual de experiências e conhecimentos do leitor. Nesse contexto, a leitura permite uma compreensão mais profunda e reflexiva, enriquecendo a formação educacional e promovendo um desenvolvimento cognitivo mais abrangente. Mas não apenas o mero desenvolvimento crítico, mas um desenvolvimento voltado para a emancipação do indivíduo e da sociedade, tendo em vista a sua conscientização e como essa clareza de ideias pode levá-lo ao desenvolvimento da sociedade como um todo.

Destarte, este capítulo terá como foco principal, a resposta para um dos objetivos elaborados para esta pesquisa, sendo o de levantar o papel e ações realizadas pelos agentes de apoio educacional, no âmbito das escolas municipais de Cachoeiro de Itapemirim. Além disso, na parte final, focaremos em um projeto específico, que exemplifica bem como a práxis bibliotecária pode ser um diferencial para o entendimento do aluno enquanto indivíduo e pertencente a uma sociedade, e como sua realidade social pode ser alterada quando este entende e valoriza sua consciência de classe.

7.1 Projetos socioeducativos em Cachoeiro de Itapemirim-ES

Ao iniciar seu trabalho nas salas de leitura, a Bibliotecária 1 teve em vista incentivar a elaboração e implantação de projetos de leitura, por meio dos agentes de apoio educacionais. Como pode ser analisado no capítulo anterior, o agente de apoio possui em suas atribuições a função de colaborar na concepção e implementação de projetos que promovam o estímulo à leitura. Através do

desenvolvimento de programas, oficinas de leitura de histórias, teatro de fantoches, vídeos, entre outros recursos, para incentivar aos alunos o hábito da leitura.

Devido a esse trabalho inicial proposto e incentivado pela bibliotecária 1, mesmo após sua saída da Seme, os agentes de apoio que tiveram esse período de experiência com ela, permaneceram na tarefa de elaborar e executar projetos de incentivo à leitura. Vale salientar que essa atividade só foi possível graças a orientação inicial da bibliotecária 1, a qual possibilitou dar um norte para as ideias dos agentes.

Vale lembrar que apenas 13 agentes são oriundos do período em que a bibliotecária 1 esteve presente na gestão das salas, e apenas estes agentes ainda executam projetos socioeducativos nas salas de leitura, sendo os demais agentes de apoio de caráter temporário, permanecendo apenas 1 ano nas salas. Além disso, os agentes temporários não recebem nenhuma orientação quanto à elaboração e execução de projetos socioeducativos, o que impede ainda mais que esses trabalhos sejam desenvolvidos.

Em contrapartida, às problemáticas abordadas até o momento nesta pesquisa, que incluem a realidade de trabalho dos agentes de apoio e a desvalorização das salas de leitura, diversos projetos têm sido concebidos por esses profissionais, que se dedicam com afinco e determinação para proporcionar o melhor às crianças que assistem. A atenção e o zelo dedicados pelos agentes ao seu ambiente de trabalho e aos alunos das escolas que atendem são claramente perceptíveis e resultam em significativas transformações no panorama educacional dos estudantes. Esse comprometimento tem sido um catalisador de mudanças positivas, demonstrando o trabalho fulcral dos agentes de apoio na promoção de um ambiente educacional mais inclusivo e enriquecedor.

Por consequência, abordaremos agora alguns dos projetos sociopedagógicos que foram realizados no âmbito das salas de leitura das escolas municipais de Cachoeiro de Itapemirim. A fim de, mostrar como as salas de leitura podem sim ser um diferencial para a realidade educativa de crianças e adolescentes matriculados na Rede Municipal, sob a gerência de um profissional habilitado, o bibliotecário.

O projeto denominado *Maleta Viajante* foi implementado no contexto de diversas instituições de ensino municipais, sendo coordenado de forma sistemática pelos agentes de apoio educacional. Este projeto concebe a criteriosa seleção de uma obra literária pelo agente de apoio educacional, para possibilitar a cada aluno a oportunidade de transportar o livro escolhido para seu domicílio ao longo do período de fim de semana.

Esse projeto foi concebido após treinamento realizado pelo Projeto *Letras de Luz*, vinculado a Fundação Victor Civita e EDP. O treinamento foi realizado com educadores e agentes ligados às salas de leitura, e incentivou a criação de “sacolas de leitura”, onde as crianças poderiam ter acesso a livros selecionados pelos agentes.

Conforme a própria denominação sugere, foi produzida uma maleta personalizada para acomodação de um livro, acompanhada por uma atividade elaborada em colaboração com um docente da instituição escolar. Semanalmente, um discente é designado para levar a referida obra para casa, realizando a leitura em conjunto com seus genitores ou responsáveis, e posteriormente, respondendo à atividade proposta. A escolha de cada livro é criteriosamente efetuada conforme a série em foco, visando adequação à faixa etária dos alunos.

O propósito desta iniciativa é fomentar gradualmente o hábito da leitura nas crianças, proporcionando-lhes a oportunidade de participar em atividades conjuntas com seus pais, irmãos, avós ou qualquer outro responsável. Este projeto visa não apenas enraizar a prática da leitura, mas também cultivar este hábito no âmbito familiar, promovendo interações significativas entre as gerações e contribuindo para o desenvolvimento integral da criança. Ao encorajar a participação ativa dos familiares, a intenção é fortalecer os laços familiares por meio do compartilhamento de experiências literárias e da promoção de um ambiente propício ao crescimento e à aprendizagem.

A participação da família desempenha um papel fundamental no estímulo à leitura e no desenvolvimento de hábitos literários nas crianças. O apoio parental pode ser um fator determinante para despertar o interesse pela leitura desde os primeiros anos de vida. Além de influenciar positivamente os hábitos

de leitura, a participação ativa da família oferece benefícios significativos para o desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças. A continuidade desse apoio ao longo do tempo contribui para moldar uma atitude positiva em relação à aprendizagem e ao conhecimento.

7.1.2 Contação de histórias à fantasia

A narrativa oral sempre esteve presente no processo de socialização e compreensão da realidade, sendo por muito tempo a única maneira de transmitir informações, pois não havia a utilização da escrita. Este projeto é implementado em diversas salas de leitura, sob a supervisão do agente de apoio. Sua proposta envolve a narração de histórias diversas, tais como contos, crônicas e poesias, pelo referido agente de apoio. Neste contexto, as fantasias são habilmente empregadas como recursos visuais, visando aprimorar a experiência do relato e capturar a atenção e o encantamento das crianças. A utilização desses elementos busca não apenas enriquecer a narrativa, mas também estimular a imaginação e o envolvimento ativo dos pequenos ouvintes, contribuindo para o desenvolvimento cognitivo e a apreciação literária desde os primeiros anos de formação educacional.

Cunha (2011) afirma que os bibliotecários se inclinam a favor da tese de “desescolarização” da leitura, onde esta é baseada na formalidade de seu uso, na imposição e na cobrança de leituras que se desassocia da realidade do aluno. Isso vai ao encontro dos projetos de contação de história realizados nas salas de leitura. A qual o agente de apoio utiliza de outras ferramentas, como as fantasias, para conquistar os alunos e atraí-los para a leitura de maneira lúdica, sempre considerando a realidade em que estas crianças vivem.

As narrativas são cuidadosamente selecionadas, refletindo de maneira sensível à realidade social que permeia a comunidade. Essa seleção estratégica de histórias não apenas espelha a diversidade étnica, mas também se constitui como uma poderosa ferramenta de empoderamento para as crianças. Ao apresentar personagens protagonistas pertencentes a diferentes grupos étnicos, especialmente negros, as histórias não apenas proporcionam representatividade, mas também fomentam um senso de identidade e autoestima entre os jovens leitores. Esse enfoque intencional na inclusão e na

1
valorização da diversidade contribui significativamente para o fortalecimento do empoderamento social através da leitura. 83

7.1.3 Soletrando

O “Soletrando” foi um projeto criado por uma agente de apoio, e replicado em algumas escolas municipais, inspirado em um programa de televisão amplamente transmitido no país. É um campeonato realizado nas escolas, também coordenado pelo agente de apoio, onde as crianças são incentivadas a soletrar palavras selecionadas pelo próprio agente, que também fez as vezes de “apresentador” do projeto.

Durante a semana de preparação, pré-evento, o agente dava algumas dicas aos alunos interessados, sobre em quais livros ele iria retirar as palavras que utilizaria no evento. Assim, fazia com que o movimento na SL aumentasse, bem como a procura por esses livros, pois os alunos tinham interesse em se preparar para o campeonato. Com isso, houve um aumento significativo nos empréstimos de livros, principalmente nos que foram utilizados no campeonato, pois isso alimentou a curiosidade dos alunos acerca das obras literárias.

A introdução de um projeto de soletração nas bibliotecas pode representar uma iniciativa educacional e envolvente, oferecendo uma série de benefícios significativos aos usuários. Alguns aspectos que enfatizam a importância e os pontos positivos desse tipo de projeto incluem: desenvolvimento da alfabetização; fomento da interação social; estímulo à realização de uma atividade mais lúdica; estímulo à competição saudável.

Através disso, por meio da soletração, também pode desempenhar um papel crucial na construção de ambientes educativos que são representativos e acolhedores para uma ampla gama de participantes. Ao integrar práticas que promovem a inclusão e celebram a diversidade, como a seleção de palavras com diversidade étnica e cultural, ou criando categorias de participação que considerem os diferentes níveis de habilidade, faixa etárias e necessidades específicas. Com isso, as salas de leitura não apenas enriquecem a experiência de aprendizado, mas também contribuem para o desenvolvimento de sociedades mais equitativas.

Diversos outros projetos foram implementados, destacando-se iniciativas

como o *Meu Comportamento Vale Ouro*, que promovia e instruía os alunos a zelar e preservar o acervo da SL. Além disso, foram introduzidas rodas de leitura, proporcionando discussões aprofundadas sobre a trama de determinadas obras literárias. Outros projetos foram direcionados para celebrações de datas comemorativas associadas à literatura, como a Semana do Livro e da Biblioteca, bem como os aniversários de escritores consagrados nascidos em Cachoeiro de Itapemirim, a exemplo dos irmãos Rubem e Newton Braga. Estas iniciativas visam enriquecer a experiência de leitura dos alunos, incentivando a preservação do patrimônio literário e proporcionando um ambiente propício à discussão e celebração da cultura literária local e global.

Cabe ressaltar que todos os projetos foram concebidos e implementados pelos próprios agentes de apoio, em colaboração com a bibliotecária 1 como responsável, que desempenhou papel ativo durante a fase de instauração das salas de leitura. Mesmo após o término de seu vínculo, esses agentes perpetuaram os conhecimentos adquiridos, especialmente no que concerne aos projetos pedagógico-literários. Isso evidencia a relevância da presença e orientação do bibliotecário na gestão das salas de leitura, desempenhando um papel fundamental na concepção, execução e continuidade de iniciativas que promovem o enriquecimento cultural e educacional dos alunos.

7.2 Práxis bibliotecária nas salas de leitura

O conceito de práxis na Biblioteconomia foi amplamente abordado no segundo capítulo desta pesquisa. Neste ponto, concentrar-nos-emos em demonstrar como tal conceito pode ser efetivamente aplicado na rotina diária, utilizando como exemplo um projeto implementado em uma das escolas municipais de Cachoeiro de Itapemirim.

Essa análise prática evidenciará a integração do conceito de práxis no âmbito da Biblioteconomia, destacando a sua aplicabilidade no contexto específico de uma instituição educacional. A presente pesquisa servirá como ilustração concreta de como os princípios teóricos discutidos anteriormente podem ser traduzidos em ações tangíveis, resultando em benefícios práticos para a comunidade escolar. Ao abordar as ações implementadas e os resultados obtidos, foi possível viabilizar a compreensão aprofundada de como a práxis,

quando incorporada na prática bibliotecária, pode efetivamente transformar e aprimorar o ambiente educacional, alinhando-se aos objetivos maiores da Biblioteconomia.

Apesar de ter sido objeto de uma discussão mais detalhada no segundo capítulo, é pertinente apresentar sucintamente um resumo sobre o conceito de práxis como preâmbulo para esta etapa. Para tanto, é necessário compreender que a área de Biblioteconomia transcende a mera administração de livros e documentos, constituindo-se como um campo multidisciplinar que engloba aspectos tecnológicos, sociais, políticos, culturais e educacionais. Nesse sentido, exploramos a compreensão da práxis marxista enquanto uma práxis inerentemente bibliotecária, uma vez que um dos principais objetivos da Biblioteconomia consiste em assegurar a acessibilidade universal à informação, promovendo inclusão e igualdade no acesso à cultura, educação e conhecimento.

É pertinente destacar que, ao adotar uma práxis social consciente, os profissionais da Biblioteconomia desempenham um papel crucial na promoção da democracia, da diversidade cultural e na redução das disparidades no acesso à informação. A práxis, sob a perspectiva de Marx (1845), representa o dinamismo entre teoria e ação transformadora na busca pela mudança social.

Entretanto, ressalta-se que a mudança social não ocorre de forma espontânea, demandando ação consciente e organizada. É nesse contexto que a práxis desempenha um papel fundamental, exigindo a atuação alinhada à compreensão das leis e contradições da sociedade para promover a transformação revolucionária.

Assim, a práxis bibliotecária é compreendida como uma expressão da práxis, uma vez que o profissional da Biblioteconomia integra-se a um contexto social e detém a capacidade real de promover transformações sociais por meio de suas atividades. Ao abordarmos a biblioteca como uma "estrutura viva", referimo-nos à dinâmica, adaptabilidade e constante interação dos bibliotecários com os usuários, evidenciando o potencial transformador desse ambiente ao oferecer uma vasta gama de informações e conhecimento.

Dessa maneira, o bibliotecário, por meio de sua ação prática, revela sua função social de maneira essencial, contribuindo para o progresso da sociedade e o desenvolvimento do indivíduo dentro dela. Sem a devida ênfase no indivíduo,

o propósito do bibliotecário perderia sua relevância.

7.3 A criação de poesia e a práxis bibliotecária

O projeto de escrita foi concebido por uma agente de apoio educacional e implementado em uma das escolas integrantes da Rede Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. Seu propósito consistia em estimular os alunos a criar poesias, poemas, contos, que refletissem a realidade de suas vidas, incentivando-os a observar o entorno e utilizar essas observações como fonte de inspiração para a composição de escrita.

Durante sua atuação como bibliotecária na Seme, a pesquisadora teve a oportunidade de entrar em contato com o agente de apoio responsável por esse Projeto na referida escola. Cabe destacar que a escola em questão estava situada em uma comunidade carente na cidade de Cachoeiro de Itapemirim. A iniciativa representou uma valiosa oportunidade para os alunos expressassem suas vivências e percepções por meio da escrita poética, enriquecendo o processo educacional.

O projeto de escrita criativa, voltado para a expressão dos jovens acerca de sua realidade social e cultural, representa uma oportunidade única de empoderamento e conscientização. Ao proporcionar um espaço para os jovens possam articular suas experiências e reflexões por meio da escrita, o projeto não apenas fomenta a expressão artística, mas também serve como uma ferramenta para analisar e compreender criticamente a sociedade em que vivem.

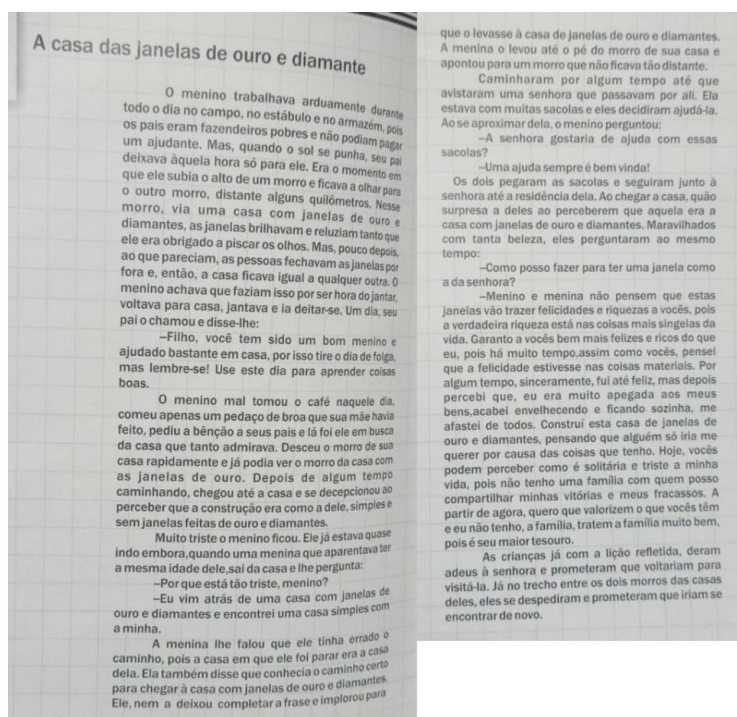
Nesse contexto, a práxis bibliotecária, voltada para a transformação social emerge como uma lente teórica relevante. A filosofia da práxis enfatiza a importância da análise crítica das estruturas sociais e econômicas, para promover mudanças significativas. Ao permitir que os jovens expressem suas vivências por meio da poesia, o Projeto funciona como um meio de conscientização, incentivando-os a examinar e questionar as dinâmicas sociais que permeiam suas vidas.

A poesia, nessa perspectiva, torna-se uma forma de resistência e crítica. Os versos revelam não apenas as experiências individuais dos jovens, mas também destacam as contradições presentes na sociedade. A práxis, que envolve a interconexão entre teoria e prática na transformação social, é

alimentada pela reflexão crítica e pela ação coletiva. Nesse sentido, o projeto de criação de poesias oferece não apenas um meio de expressão artística, mas também uma plataforma para a mobilização e a conscientização coletiva. Ao unir a voz dos jovens em torno de questões sociais, o projeto se torna um catalisador para a transformação, empoderando os participantes a se tornarem agentes ativos na construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

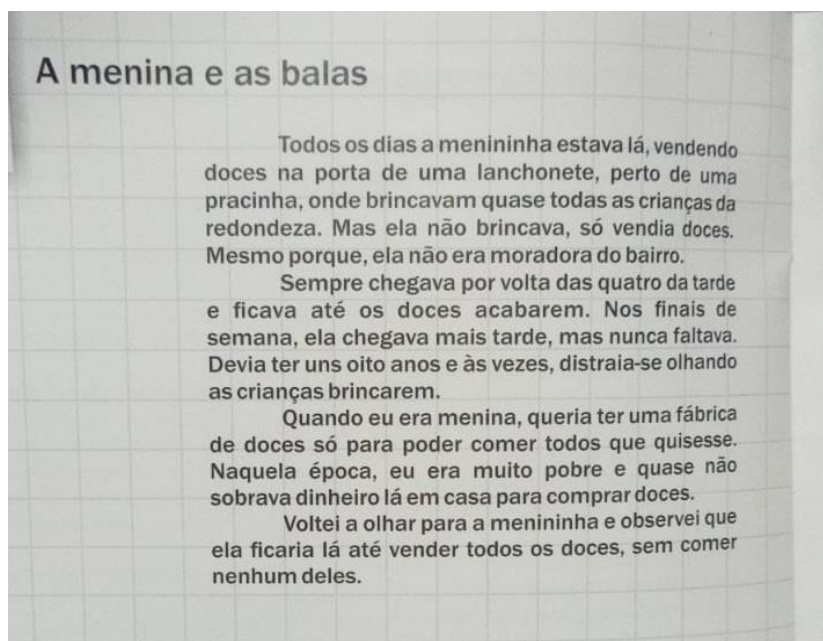
Vale ressaltar que o projeto foi tão exitoso, que o agente de apoio da escola conseguiu que alguns desses trabalhos fossem publicados em uma revista local, permitindo com que esse trabalho pudesse ser visto por mais pessoas. Além disso, essa ação permitiu a valorização do trabalho executado pelos alunos, além de uma forma de eternizar suas palavras. Seguem abaixo, alguns textos criados pelos alunos, que constam já publicados nessas revistas.

Imagem 3: Conto “A casa das janelas de ouro e diamante” criada por aluno, em projetorealizado na sala de leitura



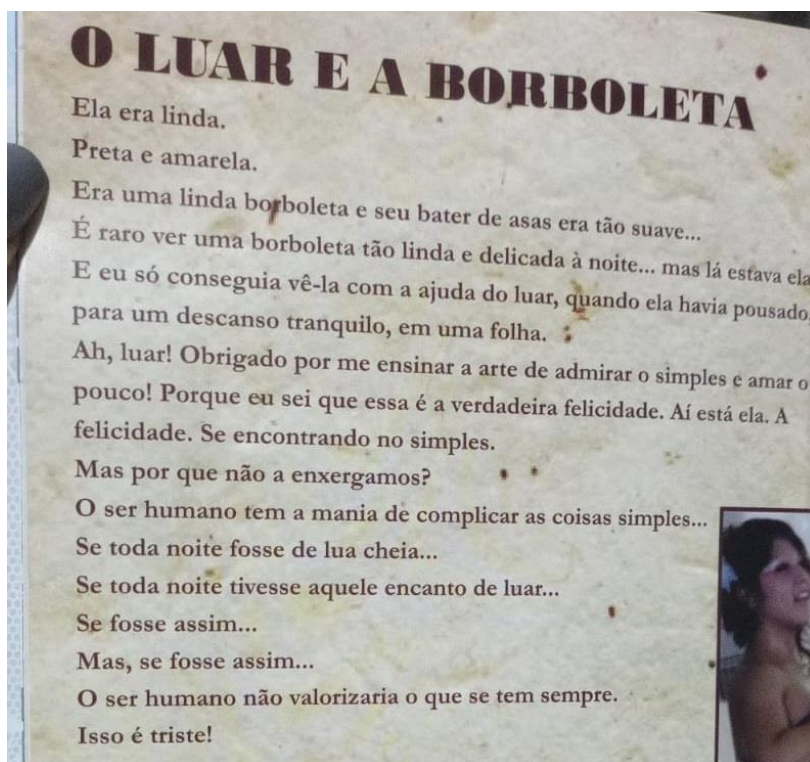
Fonte: Foto tirada pela autora, Revista “Cult”.

Imagem 4: Poesia “A menina e as balas” criada por aluno, em projeto realizado na sala de leitura



Fonte: Foto tirada pela autora, da Revista “Cult”

Imagem 5: Poesia “O luar e a borboleta” criada por aluno, em projeto realizado na sala de leitura



Fonte: Foto tirada pela autora, Revista “Cult”.

A presente pesquisa não se concentra na análise exaustiva dos textos dos

alunos, mas, sim, na compreensão do modo como este Projeto permitiu que os estudantes expressassem, por meio da escrita, as contradições que permeiam suas vidas. Um exemplo elucidativo disso é encontrado no texto intitulado "A Menina e as Balas", no qual o autor compartilha que seu sonho de infância era possuir uma fábrica de doces, imaginando-se capaz de desfrutar deles à vontade. Contudo, a realidade descrita na narrativa mostra uma criança que apenas vende seus doces, privando-se do prazer de consumi-los, evidenciando assim as discrepâncias entre a fantasia infantil e a dureza da realidade.

Essa reflexão dialoga com a teoria de Gadotti (2001) sobre a pedagogia da práxis, que ressalta a possibilidade de transformação ao confrontar as contradições sociais, pois essa práxis reconhece e enfrenta os conflitos da sociedade. Ao considerar que o homem se modifica à medida que transforma o mundo ao seu redor, o autor argumenta que a práxis efetiva requer a confrontação das contradições sociais, sendo este o caminho pelo qual as mudanças se concretizam.

Além disso, é fundamental destacar que a abordagem das contradições sociais na escrita dos alunos não apenas proporciona uma compreensão mais profunda de suas realidades, mas também pode servir como ponto de partida para a construção de soluções e intervenções pedagógicas mais eficazes. Ao permitir que os estudantes expressem suas vivências e conflitos por meio da escrita, o projeto não apenas os capacita a desenvolver habilidades literárias, mas também os capacita a refletir criticamente sobre suas próprias experiências e sobre a sociedade em que estão inseridos.

Ao reconhecer e enfrentar as contradições sociais presentes na vida dos alunos, o bibliotecário em conjunto com a equipe pedagógica, podem criar oportunidades para que estes se tornem agentes de transformação em suas comunidades. A partir da conscientização das disparidades entre seus sonhos e a realidade, os alunos podem ser incentivados a buscar formas de superar essas contradições, seja por meio do engajamento cívico, da defesa por mudanças sociais ou do desenvolvimento de habilidades práticas que lhes permitam criar novas oportunidades para si e para outros.

Dessa forma, a análise dos textos dos alunos não se limita a uma mera apreciação estética ou gramatical, mas se torna um ponto de partida para uma educação mais crítica e comprometida com a transformação social. Ao

reconhecer e confrontar as contradições que permeiam suas vidas, os estudantes podem se tornar agentes ativos na construção de um futuro mais justo e equitativo para si e para suas comunidades.

8 SALAS DE LEITURA NAS ESCOLAS: UM CAMPO POSSÍVEL

A importância das bibliotecas em escolas é um fato inegável, principalmente quando entendem que estas desempenham um papel fundamental no desenvolvimento educacional e cultural dos alunos. Entretanto, municípios enfrentam dificuldades em estabelecer e manter uma biblioteca em cada escola. Essas dificuldades podem ser atribuídas a uma série de fatores, incluindo limitações orçamentárias, falta de infraestrutura adequada, escassez de recursos humanos qualificados e até mesmo falta de priorização política.

Entre as justificativas que existem para o não cumprimento da Lei nº 12.244/10, que versa sobre a universalização das bibliotecas escolares, uma delas vale ter nossa atenção: a escassez de profissionais qualificados. Essa é uma realidade na qual é necessário voltar a atenção, pois pode desequilibrar a balança entre o cumprimento ou não da legislação.

A contratação de bibliotecários é crucial para o funcionamento eficiente de uma unidade de informação, visto que esses profissionais desempenham papéis multifacetados. Além de organizar o acervo e facilitar o acesso à informação, os bibliotecários desempenham um papel fundamental na promoção de atividades culturais, orientação aos usuários, desenvolvimento de programas de leitura, e integração das unidades de informação com a comunidade local. A falta de profissionais capacitados pode comprometer a qualidade do serviço oferecido por esses espaços, impactando diretamente a eficácia das iniciativas de promoção da leitura e do acesso à informação.

Segundo a pesquisa realizada pelo movimento *Todos pela Educação*, até o ano de 2010, o Brasil possuía apenas 21,6 mil bibliotecários formados e habilitados, aptos para exercerem suas funções. Essa pesquisa ainda afirmava que, até 2020, que era a data final para a efetivação e cumprimento da lei de universalização das bibliotecas escolares, o país precisaria possuir cerca de 178 mil bibliotecários para atender as demandas da referida legislação (Guia do Estudante, 2010). Em 2022, o CFB realizou a pesquisa *Censo da Biblioteconomia Brasileira*, averiguou que o país possui 40 mil bibliotecários registrados e, desses, 20 mil já estão alocados no mercado de trabalho (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2022).

Conforme evidenciado pelo Censo Escolar 2022, realizado pelo Inep, o

Brasil apresenta uma quantidade ligeiramente superior a 178 mil escolas públicas. Esta constatação, por si só, revela um déficit de mais de 130 mil bibliotecários, devidamente formados e registrados, necessários para integrarem as equipes de profissionais dessas instituições. Cabe ressaltar que esta análise não abrange o contingente de bibliotecários já empregados, seja no setor público ou privado, e tampouco contempla as escolas privadas do país, que também constituem um campo de atuação para esses profissionais. Dessa forma, é plausível inferir que o déficit mencionado pode ser ainda mais expressivo.

Essa escassez de especialistas, cria um desafio adicional na concretização efetiva da Lei nº 12.244/2010. A falta de profissionais formados e habilitados compromete não apenas a operacionalização adequada das bibliotecas, mas também prejudica a capacidade desses espaços de cumprir seu papel como agentes propulsores da leitura e do acesso ao conhecimento.

Estes dados demonstram haver um abismo entre o número de profissionais que o Brasil possui, em relação ao número de profissionais que serão necessários para que a Lei de bibliotecas escolares seja posta em prática efetivamente. É importante considerar esses dados, pois isso permite que os estados e municípios alegam não possuir bibliotecários em seu quadro de funcionários, uma vez que não encontraram profissionais adequados para ocupar tais posições.

Isso fica evidente quando se analisa a resposta dada pelo município de Cachoeiro de Itapemirim, ao ser questionado pelo CRB 6, após fiscalização, acerca da ausência de bibliotecário em suas instituições

O Município não tem medido esforços para manter as Bibliotecas Municipais funcionando de forma a atender ao interesse público de acesso à informação e cumprir todas as normas legais atinentes ao seu funcionamento. No entanto, não tem conseguido êxito em seus esforços, [...] “Inquestionável e inegável que o Município tem buscado suprir a necessidade de bibliotecários. No entanto, não obteve êxito em seus esforços, uma vez que a existência de profissionais habilitados e que possam/queiram ocupar a vaga extrapola o alcance do Município.” (Conselho Regional de Biblioteconomia, 2023)

Além disso, o referido Conselho ainda expôs que o município apresentou uma lista com o histórico de processos seletivos realizados, e não foram encontrados profissionais que se adequassem às obrigatoriedades da vaga, como o registro do Conselho. Tal afirmação pode ser confirmada em capítulo anterior desta pesquisa, onde foi exposto que nos anos de 2017, 2018,

¹
2020 e 2022 não houve contratações devido à ausência de profissionais formados e registrados para assumirem a vaga.

Diante do cenário exposto, torna-se evidente a urgência de enfrentar os desafios relacionados à escassez de profissionais bibliotecários no Brasil. A discrepância entre a demanda por esses profissionais, estipulada pela legislação, e a disponibilidade efetiva no mercado de trabalho revela a necessidade de estratégias para adequar a realidade existente hoje.

Assim sendo, a estratégia de implementar salas de leitura em escolas municipais se destaca como uma alternativa estratégica diante desses desafios. A Lei nº 12.244/2010, ao preconizar a universalização das bibliotecas escolares, assegurará o acesso à informação, à cultura e ao conhecimento, elementos fundamentais para o desenvolvimento educacional e cultural dos estudantes. A contratação de bibliotecários, profissionais capacitados para gerenciar e orientar o uso desses espaços, é uma medida alinhada aos ideais de aprimoramento educacional propostos pela legislação.

A proposta de salas de leitura em escolas municipais, geridas por equipes de bibliotecários, não tem em vista substituir a Lei nº 12.244/2010, mas, sim, complementar e adaptar suas diretrizes às realidades peculiares de determinados municípios. Essa perspectiva, ao ser considerada, permite um diálogo construtivo entre as necessidades específicas dos municípios e os princípios gerais da legislação vigente, visando sempre o aprimoramento contínuo da educação e da cultura no contexto escolar. O intuito é, portanto, encontrar soluções complementares e contextualmente apropriadas que promovam o acesso ao conhecimento, mesmo em situações desafiadoras.

Neste caso, propõe-se implementar as salas de leitura como uma solução viável e eficaz. Estas salas, gerenciadas por uma equipe de bibliotecários, visam suprir a ausência de bibliotecas nos referidos municípios. A colaboração entre bibliotecários e a administração escolar emerge como uma estratégia eficiente, aproveitando os recursos já disponíveis nas instituições educacionais.

Essa abordagem não apenas contorna o desafio aqui apresentado, mas também promove a oferta de uma educação de qualidade ao integrar a promoção do hábito de leitura diretamente ao ambiente educacional. As salas de leitura, ao serem administradas por uma equipe especializada, garantem a

gestão eficiente do espaço, a diversificação do acervo e a realização de atividades culturais que enriquecem o processo educativo.

A colaboração estreita com a gestão escolar estabelece uma sinergia entre os objetivos educacionais e culturais, maximizando o impacto positivo nas comunidades locais. Ao adotar essa perspectiva, busca-se otimizar os recursos existentes, possibilitando que municípios com limitações financeiras proporcionem uma educação enriquecedora, mesmo diante das restrições orçamentárias. Essa proposta almeja não apenas abordar a carência de recursos, mas também transformar desafios em oportunidades para o desenvolvimento educacional dessas comunidades.

Essas salas de leitura podem servir como centros dinâmicos de aprendizado, promovendo não apenas a leitura por si só, mas também a discussão, análise crítica e exploração de diversos temas. Além disso, ao estar localizada nas escolas, a SL pode se tornar um espaço inclusivo, envolvendo alunos, professores e pais na promoção do hábito de leitura.

Diante desse cenário, torna-se necessário avaliar estratégias alternativas que mitiguem os efeitos dessa carência de profissionais, sem desconsiderar os princípios estabelecidos pela legislação. A proposta de salas de leitura em escolas municipais, geridas por equipes de bibliotecários, emerge como uma solução viável para contornar a escassez de especialistas, garantindo, ao mesmo tempo, um ambiente propício à promoção da leitura e do conhecimento.

Essa abordagem não apenas se coaduna com as limitações observadas, mas também propõe uma adaptação pragmática às circunstâncias, visando assegurar a continuidade do estímulo à leitura nas escolas, mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelos estados e municípios para atender integralmente às disposições da legislação vigente.

Destarte, a criação de salas de leitura em escolas municipais não apenas supera os desafios logísticos associados à instalação de bibliotecas, mas também reforça a importância da leitura como uma prática fundamental para o crescimento intelectual e cultural da comunidade. Ao levar a leitura para o cerne do ambiente educacional, essa abordagem visa cultivar não apenas leitores ávidos, mas também cidadãos críticos e informados.

8.1 Implementação das salas de leitura

A viabilidade da implementação de salas de leitura, mantendo seu caráter educativo e emancipatório, demanda a formulação e observância de diretrizes específicas. Para tanto, é imperativo que as autoridades públicas compreendam a natureza essencial desse projeto e reconheçam seu potencial transformador na realidade de crianças e adolescentes, mediante a eficaz promoção da educação.

A elaboração de diretrizes consistentes é um passo crucial para garantir que as salas de leitura cumpram seu propósito educacional. Tais diretrizes devem abranger aspectos como a seleção criteriosa do acervo, a implementação de atividades pedagógicas alinhadas aos currículos escolares, a integração de recursos digitais, e a promoção de eventos culturais e literários. Dessa forma, busca-se assegurar não apenas a presença de livros, mas também a efetividade do ambiente como um instrumento educativo enriquecedor.

Além disso, a conscientização e o apoio por parte do poder público são fundamentais para o sucesso e a sustentabilidade do projeto. Ao compreender a essencialidade dessa iniciativa, as autoridades podem direcionar recursos de maneira estratégica, garantindo a manutenção adequada das salas de leitura, a capacitação contínua da equipe responsável e a integração efetiva com os objetivos educacionais estabelecidos.

Uma estratégia fundamental para viabilizar a implementação das salas de leitura nas escolas consiste na formação de uma equipe dedicada para esse fim. Esta equipe, liderada por bibliotecários, assumiria a responsabilidade pela estruturação e dinamização das salas de leitura, contando com auxiliares encarregados do atendimento direto aos alunos. No contexto específico do município de Cachoeiro de Itapemirim, observa-se uma implementação parcial dessa prática, visto que o suporte aos estudantes é conduzido por agentes de apoio educacional, porém, não há uma equipe dedicada exclusivamente à gestão das salas de leitura. Nessa realidade, encontra-se apenas um bibliotecário responsável por um excesso de salas de leitura, o que pode comprometer a qualidade e eficácia do serviço oferecido pelo profissional.

A situação descrita apresenta-se como uma barreira significativa para a efetiva administração das salas de leitura, uma vez que a atribuição de um único

profissional para gerir trinta instituições é impraticável. Esta configuração demanda um nível de dedicação temporal que ultrapassa as capacidades de um único indivíduo. A falta de recursos humanos adequados compromete não apenas a organização e dinamização das salas de leitura, mas também a qualidade do serviço prestado aos alunos. A distribuição equitativa de responsabilidades e a alocação de recursos humanos adequados são cruciais para garantir o pleno funcionamento e aproveitamento das salas de leitura como ferramentas eficazes de incentivo à leitura e desenvolvimento educacional.

Analogamente, a Seme de Cachoeiro de Itapemirim, até o ano de 2022, ilustra um modelo eficiente de distribuição de responsabilidades, particularmente na Gerência Pedagógica. Através disso, equipes compostas por pedagogos são designadas para assumir a gestão pedagógica das escolas municipais, atuando como suporte aos gestores dessas instituições. Cada equipe é estruturada com um número determinado de pedagogos, e a cada profissional cabia a responsabilidade de fornecer suporte a cinco escolas específicas. Essa estratégia demonstra uma abordagem eficaz na delegação de responsabilidades, permitindo um gerenciamento mais eficiente e individualizado das necessidades pedagógicas de cada instituição escolar.

A mesma estratégia poderia ser aplicada em relação às salas de leitura, não somente no âmbito do município de Cachoeiro, mas em qualquer localidade que adotasse o referido projeto. Cada bibliotecário poderia ser designado para supervisionar um número específico de salas de leitura, colaborando estreitamente com os auxiliares que atuam nesses espaços, além de trabalhar em conjunto com os gestores escolares e a equipe pedagógica das respectivas secretarias de educação.

O propósito seria estabelecer e desenvolver um programa coeso e abrangente para as salas de leitura, alinhado meticulosamente com as atividades pedagógicas realizadas neste contexto. Essa colaboração entre diferentes profissionais e órgãos administrativos visa assegurar a eficácia e pertinência das iniciativas empreendidas, promovendo uma experiência educacional enriquecedora e alinhada com os objetivos acadêmicos estabelecidos.

É crucial ressaltar que a implementação dessas salas de leitura transcende a mera oferta de livros; trata-se de uma oportunidade de proporcionar

às crianças e adolescentes o acesso ao conhecimento, estimulando o desenvolvimento de habilidades críticas e cognitivas. A educação, por meio das salas de leitura, não apenas abre portas para o aprendizado, mas também emancipa os indivíduos, contribuindo para a formação de cidadãos mais informados e participativos.

Conseqüentemente, é essencial que o poder público não apenas reconheça a essencialidade das salas de leitura, mas também assuma um compromisso efetivo com sua implementação, proporcionando um ambiente educativo que verdadeiramente influencie positivamente a realidade das novas gerações. A compreensão da dimensão transformadora da educação, por meio das salas de leitura, deve nortear as políticas públicas, visando um impacto duradouro na formação e no desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Além dos aspectos mencionados, é imprescindível haver uma destinação adequada de recursos financeiros para assegurar a manutenção e aprimoramento constante desses espaços de leitura. Isso inclui não apenas a aquisição de novos materiais bibliográficos, mas também a manutenção das instalações físicas, a atualização de tecnologias e equipamentos, e o suporte necessário para a capacitação contínua dos profissionais envolvidos.

A formação contínua dos bibliotecários e dos profissionais responsáveis pelas salas de leitura é um fator determinante para garantir a qualidade das atividades desenvolvidas e o efetivo engajamento dos estudantes. Treinamentos, workshops e cursos de atualização devem ser oferecidos regularmente, visando o aprimoramento das habilidades pedagógicas, a familiarização com novas tecnologias educacionais e a implementação de metodologias inovadoras de promoção da leitura.

No âmbito do município de Cachoeiro de Itapemirim, as bibliotecárias 1 e 2, responsáveis pela gestão das salas de leitura, realizaram treinamentos constantes com os agentes de apoio das escolas, visando a capacitação constante desses profissionais. Vale ressaltar que o maior impacto desses treinamentos pode ser averiguado com a presença da Bibliotecária 1, que, por ter a oportunidade de acompanhar por mais tempo essa equipe de agentes, pode organizar e oferecer uma gama de treinamentos a esses profissionais, que surtiu efeitos para além do período em que esta esteve presente na gestão.

Paralelamente, a integração de programas de incentivo à leitura, projetos

culturais e parcerias com a comunidade, ampliam o alcance e a diversidade das experiências proporcionadas aos estudantes. A realização de atividades extracurriculares, como clubes de leitura, concursos literários, encontros com autores e exposições temáticas, sob a gestão dos bibliotecários, enriquece o ambiente de aprendizado e fortalece os laços entre a escola e a comunidade local.

Além disso, o estabelecimento de parcerias com instituições culturais, como ocorreu com a participação no Projeto “*Letras de Luz*” em Cachoeiro de Itapemirim, editoras, empresas e organizações da sociedade civil também pode contribuir significativamente para a ampliação do acervo, a realização de eventos especiais e a oferta de recursos adicionais, treinamentos e capacitações para os profissionais, enriquecendo ainda mais as experiências de aprendizagem dos estudantes. Isso também ajuda a valorizar escritores locais, mediante parcerias com editoras e empresas da região.

Dessa forma, ao priorizar a destinação de recursos adequados, investir na formação dos profissionais envolvidos e promover a integração de programas e parcerias, é possível construir e manter um ambiente de leitura dinâmico, inclusivo e enriquecedor. A qual verdadeiramente contribua para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a promoção de uma cultura leitora sólida e duradoura.

Assim sendo, considerando as questões apresentadas, é sugerido que sejam elaboradas políticas públicas pelos órgãos competentes, para a criação e implantação de projetos de salas de leitura nas escolas. Essas seriam geridas por equipes de bibliotecários alocados nas secretarias de educação, cada um destes profissionais seriam responsáveis por um número determinado de salas de leitura. Essas equipes podem estar sob a coordenação de um bibliotecário principal seriam encarregados de gerenciar as atividades e recursos das salas de leitura sob sua responsabilidade.

Cada bibliotecário seria designado para cuidar de um conjunto específico de salas, garantindo assim uma atenção dedicada e eficaz a cada unidade educacional. Suas responsabilidades incluiriam o desenvolvimento e a manutenção das coleções de livros, a constante capacitação dos agentes responsáveis pelos atendimentos aos alunos, a promoção de atividades de leitura e pesquisa, e a colaboração com os professores em projetos

educacionais. Essa estrutura descentralizada permitiria uma gestão mais eficiente e adaptável às necessidades individuais de cada escola, garantindo que todas as instituições de ensino tenham acesso a um serviço bibliotecário de qualidade, mesmo diante das limitações de recursos humanos.

Diante de todas as evidências, descritas nos resultados da pesquisa, conclui-se que, discutir a relevância de salas de leitura foi um desafio, especialmente se esta for entendida como uma ameaça ou levar a diluição do conceito de bibliotecas. Além disso, há uma crença arraigada na ideia de que a biblioteca escolar é o único espaço adequado para promover a leitura e o acesso à informação na escola, fazendo com que as salas de leitura sejam percebidas como redundantes ou desnecessárias.

No entanto, é importante reconhecer o que foi analisado na pesquisa, e que as salas de leitura não são concebidas aqui como substitutas das bibliotecas escolares, mas sim como complementos, para que se possa driblar os percalços que envolvem o cumprimento da Lei nº 12.244/10. Elas também podem desempenhar um papel único e valioso ao oferecer espaços dedicados à leitura recreativa, à promoção da literatura e ao incentivo à paixão pelos livros.

Entretanto, conclui-se que, para superar essas resistências, é crucial promover um diálogo aberto e construtivo entre bibliotecários e outras partes interessadas. Isso pode envolver a educação sobre os benefícios das salas de leitura, a demonstração de como elas podem complementar e fortalecer os serviços das escolas e a colaboração na concepção e implementação desses espaços.

Bem como, é importante enfatizar que a defesa das salas de leitura não é uma questão de escolher entre uma ou outra, mas sim de reconhecer a diversidade de necessidades e contextos educacionais e de garantir que todos os alunos tenham acesso a ambientes ricos em leitura e aprendizado.

Porquanto, em um contexto, de escolas públicas, onde as desigualdades sociais são uma realidade, é fulcral que as salas de leitura sejam espaços acolhedores e acessíveis para todos os alunos, independentemente de sua origem socioeconômica, cultural ou étnica. Nesse sentido, conclui-se que, a práxis bibliotecária assume um papel crucial ao desenvolver e implementar programas e atividades que não apenas promovam a leitura e a alfabetização informacional, mas também abordem questões sociais relevantes e promovam a inclusão e a diversidade. Isso pode incluir a seleção cuidadosa de materiais

que representem uma variedade de perspectivas e experiências, a organização de eventos e workshops que abordem temas como diversidade cultural, inclusão e direitos humanos, e a criação de espaços seguros e acolhedores para discussões e trocas de ideias. Além disso, a práxis bibliotecária em salas de leitura pode envolver parcerias com outras instituições e organizações da comunidade para oferecer serviços e recursos adicionais que atendam às necessidades específicas dos alunos.

Ao adotar uma abordagem centrada no desenvolvimento social e na valorização das diversidades sociais, as salas de leitura se tornam não apenas locais de promoção da leitura, mas também espaços de empoderamento, reflexão e transformação. Elas se tornam pontos de encontro onde os alunos podem não apenas se conectar com os livros e com o conhecimento, mas também com suas próprias identidades e com as realidades ao seu redor.

Em última análise, conclusiva da pesquisa, a implantação das salas de leitura em conjunto com a práxis bibliotecária pode ser um divisor de águas para a promoção do desenvolvimento social e o enfrentamento das diversidades sociais nas escolas. Em um cenário em que não há bibliotecários em número suficiente para ocupar todas as bibliotecas escolares, as salas de leitura surgem como uma solução viável e estratégica para garantir que os alunos tenham acesso à leitura e à informação.

A práxis bibliotecária desempenha um papel fundamental ao capacitar outros profissionais da educação, como agentes, auxiliares, professores e/ou pedagogos, para atuarem como facilitadores do acesso à informação e promotores da leitura nas salas de leitura. Ao fornecer orientação, treinamento e recursos adequados, os bibliotecários podem capacitar esses profissionais a desempenharem um papel ativo na gestão das salas de leitura, garantindo que esses espaços sejam eficazes e enriquecedores para os alunos.

Assim, a combinação da implantação de salas de leitura, com a práxis bibliotecária, oferece uma abordagem abrangente e holística para promover a leitura, o acesso à informação e o desenvolvimento social nas escolas. Ao enfrentar os desafios de escassez de bibliotecários e as diversidades sociais, essa abordagem não apenas preenche uma lacuna, crescente, no sistema educacional, mas também fortalece os laços entre a escola e a comunidade, promovendo a inclusão, a igualdade e o empoderamento dos alunos.

Dentro dessa perspectiva e a partir da análise sobre a inserção das salas de leitura no âmbito das escolas municipais, e sobre como a práxis bibliotecária pode ser utilizada nesse contexto, conclui-se que o tema é desafiador e contundente, mas um fator diferenciador e potencializador de desenvolvimento desses espaços.

Entende-se que, a pesquisa trouxe contribuições para a Ciência da Informação e educação, áreas com as quais se pode criar um diálogo robusto e promissor, não esgotando a temática nessa pesquisa, mas provocando os resultados aqui exposto a novas pesquisas e seguindo com o diálogo nas áreas envolvidas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de. **Biblioteca pública: avaliação de serviços**. Londrina: EDUEL, 2003.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Estudo de caso em pesquisa e avaliação educacional**. Brasília, DF: Liber Livro, 2005.

BARBOSA, E. T.; PEREIRA, G. Redes de bibliotecas escolares brasileiras: contribuições no processo educativo. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas (Portugal)**, n. Especial, p. 34-45, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/140533>. Acesso em: 23 abr. 2024.

BITTENCOURT, Gabriel A. De M. **Notícias do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1989.

Brasil vai precisar de pelo menos 178 mil bibliotecários até 2020. **Guia do Estudante**, São Paulo, 16 mai. 2017. Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/brasil-vai-precisar-de-pelo-menos-178-mil-bibliotecarios-ate-2020>. Acesso em: 8 mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010**. Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do país. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12244.htm. Acesso em: 23 abr. 2024.

SILVA, Rovilson José; BORTOLIN, Sueli. Reflexões sobre a biblioteca escolar. *In*: SILVA, Rovilson José; BORTOLIN, Sueli. (org.). **Fazeres cotidianos na biblioteca escolar**. 2. ed. São Paulo: ABECIN Editora, 2018. p.35-43. Disponível em: <https://portal.abecin.org.br/editora/article/view/212/187>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (ES). **Edital de Processo Seletivo Simplificado – nº 001/2017**. [admissão de pessoal na rede municipal de ensino]. Disponível em: <https://www.cachoeiro.es.gov.br/site-pmci/wp-content/uploads/editais/2019/09/Edital-01-2017---Adm.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2024.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (ES). **Edital de Processo Seletivo Simplificado – nº 01/2018**. [admissão de pessoal na rede municipal de ensino]. Disponível em: <https://www.cachoeiro.es.gov.br/site-pmci/wp-content/uploads/editais/2019/09/Edital-Administrativo-2018-Para-Publicar.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2024.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (ES). **Edital de Processo Seletivo Simplificado Administrativo – nº 03/2020**. [admissão de pessoal na rede municipal de ensino]. Disponível em: <https://www.cachoeiro.es.gov.br/site->

[pmci/wp-content/uploads/editais/2020/11/edital-administrativo-1.pdf](https://www.cachoeiro.es.gov.br/site-pmci/wp-content/uploads/editais/2020/11/edital-administrativo-1.pdf). Acesso em: 08 mar. 2024.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (ES). **Edital de Processo Seletivo Simplificado Administrativo – nº 05/2022**. [admissão de pessoal na rede municipal de ensino]. Disponível em: <https://www.cachoeiro.es.gov.br/site-pmci/wp-content/uploads/editais/2022/09/edital-administrativo-2022-2023.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2024.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (ES). **Regimento Comum das unidades de ensino de Cachoeiro de Itapemirim**. 2014. Disponível em: <https://prefeitura.cachoeiro.es.gov.br/secretarias/semi/arq/Regimento%20Comum.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CALAZANS, Angélica T. S. Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa. In: MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Métodos para pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília: Thesaurus, 2007.

CAMILLO, E. S.; CASTRO FILHO, C. M. Formar crianças leitoras segundo bibliotecários escolares: uma análise de enunciações. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 17, p. 1-21, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/158412>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CONCURSO PÚBLICO 2024 - Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim - ES. Disponível em: <https://www.cachoeiro.es.gov.br/concursopublico2024/>. Acesso em: 22 abr. 2024.

CARMO, A. C. L. C do; LIMA, A. P.; FERREIRA, L. S. Sala de Leitura: sua importância na formação aluno-leitor. **III Congresso Nacional de Educação**, 2016. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2016/TRABALHO_EV056_MD4_SA5_ID1854_15082016221448.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

CHAVES, Alamo. **Levantamento do CFB mostra a quantidade de bibliotecários no Brasil**, Belo Horizonte, 16 ago. 2013. Disponível em: <https://crb6.org.br/materias/levantamento-do-cfb-mostra-a-quantidade-de-bibliotecarios-no-brasil/>. Acesso em: 8 mar. 2024.

COSTA, A. S.; *et al.* E. O uso do método estudo de caso na ciência da informação no brasil. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 4 n. 1, n. 1, p. 49-69, 2013. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v4i1p49-69. Acesso em: 28 set. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA (CFB). **Resolução nº 220, de 13 de maio de 2020**. Dispõe sobre os parâmetros a serem adotados para a estruturação e o funcionamento das bibliotecas escolares. Disponível em: <https://repositorio.cfb.org.br/handle/123456789/1349>. Acesso em: 23 abr. 2024.

CRESWELL, John W.; PLANO CLARK, Vicki L. **Pesquisa de métodos mistos**. 2. ed. Porto Alegre, RS: Penso, 2013.

CUNHA, V. A. Incentivo ao hábito de leitura como alicerce para o desenvolvimento. **Ponto de Acesso**, v. 5, n. 2, 2011.

CYSNE, Fatima Portela. **Biblioteconomia: dimensão social e educativa**. Fortaleza, CE: EUFC, 1993.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da praxis**. São Paulo: Cortez: IPF, 1995.

IFLA/UNESCO. **Manifesto ifla/unesco para biblioteca escolar a biblioteca escolar no ensino e aprendizagem para todos**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://archive.ifla.org/VII/s11/pubs/portuguese-brazil.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2024.

IFLA/UNESCO. **Diretrizes da Ifla para a biblioteca escolar**. 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/school-libraries-resource-centers/publications/iflaschool-library-guidelines-pt.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Caderno de conceitos e orientações do censo escolar 2020**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/caderno_de_instrucoes/Caderno_de_Conceitos_e_Orientacoes_do_Censo_Escolar_2020.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. **Censo Escolar 2022**. https://download.inep.gov.br/educacao_basica/portal_ideb/planilhas_para_download/2021/nota_informativa_ideb_2021.pdf. Acesso em: 23 abr. 2024.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da praxis: o pensamento de Marx no século XXI**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

LE COADIC, Yves-François. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LINDEMANN, C.; SPUDEIT, D. F. A. O.; CORREA, E. C. D. Por uma biblioteconomia mais social: interfaces e perspectivas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, v. 3, 2016.

MACEDO, S. M. S.; ORTEGA, C. D. Unidades de informação: termos e características para uma diversidade de ambientes de informação. **Em Questão**, v. 25, n. 2, p. 326-347, 2019.

MACIEL, Manoel Gonçalves. **Voltando ao Cachoeiro antigo**. Cachoeiro de Itapemirim, Gracal Editora, 1992.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARX, Karl. **Manuscritos economico-filosoficos e outros textos escolhidos**. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. 10. ed. -. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista: com todos os prefácios de Marx e Engels e os estatutos da Liga dos Comunistas**. 3. ed. São Paulo: Edipro, 2015.

Mesa redonda no CBBB debateu sobre o “Censo da Biblioteconomia Brasileira: resultados preliminares”. **Conselho Regional de Biblioteconomia**, Belo Horizonte, 10 nov. 2022. Disponível em: <https://cfb.org.br/noticias/mesa-redonda-no-cbbd-debateu-sobre-o-censo-da-biblioteconomia-brasileira-resultados-preliminares/>. Acesso em: 8 mar. 2024.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. ampl. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOTOYAMA, J. F. M.; SOUZA, R. J. Biblioteca escolar x sala de leitura: uma análise reflexiva da realidade de presidente prudente (sp). **Revista Bibliomar**, v. 19, n. 2, p. 238-264, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/150374>. Acesso em: 23 abr. 2024.

No Espírito Santo, CRB-6 fiscaliza instituições em Cachoeiro de Itapemirim e Anchieta. **Conselho Regional de Biblioteconomia**, Belo Horizonte, 01 nov. 2023. Disponível em: <https://crb6.org.br/materias/no-espírito-santo-crb-6-fiscaliza-instituicoes-em-cachoeiro-de-itapemirim-e-anchieta>. Acesso em: 8 mar. 2024.

PEREIRA, G.; CAMPELLO, B. D. S. A colaboração no contexto da função educativa do bibliotecário. **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, n. XVIII ENANCIB, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/104354>. Acesso em: 23 abr. 2024.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. **Nossas Escolas. 2021**. Disponível em: <https://www.cachoeiro.es.gov.br/site-pmci/wp-content/uploads/2021/02/nossas-escolas-2021.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2024.

VÁZQUEZ, Adolfo S. **Filosofia da práxis**. 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular: CLACSO, 2011.

SANTOS, Pedro de Souza. Biblioteca escolar e sala de leitura: um longo caminho para a universalização. **Biblioteca escolar em Revista**, v. 6, n. 2, p. 28- 47, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/berev/article/view/143688/149503>. Acesso em: 13 de abr. de 2024.

SHERA, Jesse Hauk. **Epistemologia social e semântica geral e biblioteconomia. Ciência da Informação**, v. 6, n. 1, p. 9-12, 1977.

SHULGIN, Viktor N. **Fundamentos da educação social**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

SILVA, Waldeck Carneiro de. **Miséria da biblioteca escolar**. São Paulo: Cortez, 2003.

STAKE, Robert E. **The art of case study research**. Thousand Oaks: Sage, 1995.

TARGINO, Maria das Graças. **Práxis bibliotecária**. Informação & Sociedade: Estudos , v. 7 n.1 1997, n. 1, 1997.

VARELA, Aida. **Informação e Construção da Cidadania**. Brasília: Thesaurus, 2007.

VIEIRA, Ronaldo. **Formação e desenvolvimento do leitor: os sujeitos envolvidos e suas responsabilidades**. São Paulo: FiloCzar, 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

ANEXO I

RELATÓRIO DE SITUAÇÃO DAS SALAS DE LEITURA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES

O presente documento representa um trabalho desenvolvido pelas bibliotecárias que foram vinculadas à Secretaria de Educação de Cachoeiro de Itapemirim, com o propósito de apresentar a criação das salas de leitura nas escolas municipais, bem como elucidar as atividades ali conduzidas. O Relatório constitui um relato da experiência das profissionais, estruturado em duas seções distintas. A primeira aborda a formação das bibliotecas escolares e a origem dos projetos socioeducativos implementados nas instituições, conforme a experiência da bibliotecária responsável à época. Na segunda parte, são delineadas as condições mais recentes das salas de leitura, até o ano de 2022, onde se verifica a presença de outro profissional bibliotecário.

É relevante ressaltar que, na primeira seção, os locais mencionados serão denominados "bibliotecas", dado que essa era a nomenclatura adotada tanto pelos colaboradores quanto pelos alunos e pela administração municipal da época. Na segunda seção, referir-nos-emos a esses mesmos ambientes como "salas de leitura", conforme a terminologia empregada pela administração atual para descrever tais espaços.

O Projeto iniciou-se no ano de 2008, mediante a realização de um concurso público municipal que resultou na contratação de um bibliotecário e aproximadamente 30 agentes de biblioteca. À época, alocou-se a bibliotecária na sede da secretaria de educação, e os referidos agentes em algumas escolas do município.

Ao assumir o cargo de bibliotecária, a profissional iniciou o trabalho com o propósito de identificar as escolas que possuíam espaço destinado ao funcionamento das bibliotecas. Aquelas que não tinham, iniciou-se um diálogo com as escolas para a sua implementação. Os dirigentes escolares assumiram a responsabilidade de identificar as salas destinadas à alocação das bibliotecas, buscando privilegiar locais de fácil acessibilidade para todos os alunos e ambientes bem arejados para preservação do acervo. Quando necessário, foram requisitadas intervenções pontuais, como a pintura de paredes e pequenos reparos, para adequar os espaços ao propósito pretendido, sendo prontamente

atendidas pela administração municipal.

A Secretaria de Educação efetuou uma significativa aquisição de estantes, carrinhos de livros e expositores, destinados ao envio às bibliotecas escolares, contribuindo para deixar os espaços dessas bibliotecas acolhedores. Juntamente a essas ações, procedeu-se à montagem e decoração desses espaços, visando transformá-los em ambientes lúdicos, nos quais as crianças pudessem sentir-se bem recebidas. Todo esse processo foi conduzido pela bibliotecária da época, em colaboração com os agentes de biblioteca.

A bibliotecária realizava visitas periódicas às escolas e promovia reuniões regulares com os agentes de biblioteca para organizar os espaços físicos das bibliotecas escolares e o desenvolvimento dos projetos de leitura. No tocante à organização dos acervos, foi implementada uma CDD simplificada, adequada ao público-alvo composto por crianças e adolescentes, bem como instruções sobre procedimentos de empréstimos e devoluções, e demais rotinas inerentes às bibliotecas.

Foi elaborado um manual que delineava as principais atribuições dos agentes de biblioteca e esclarecia as diretrizes a serem seguidas na rotina de organização das bibliotecas. O propósito visado era estabelecer uma padronização nos procedimentos dessas bibliotecas, promovendo uma operação mais uniforme, embora respeitando as singularidades inerentes a cada uma delas. As visitas periódicas da bibliotecária às bibliotecas das escolas proporcionavam o acompanhamento das atividades dos agentes, e a observação do progresso do trabalho e a identificação de possíveis necessidades emergentes.


Na biblioteca da Secretaria de Educação, havia um acervo volumoso de livros literários de renomados autores da literatura infantil e infantojuvenil. Cada título tinha em média de 30 a 40 exemplares, que eram emprestados às escolas. Nesse período, diretores ou professores iam à Secretaria de Educação e faziam o empréstimo dos livros, levando a quantidade relacionada ao número de alunos da turma no qual o livro seria trabalhado. Essa forma de empréstimo funcionou eficazmente por um longo período, resultando em uma considerável rotatividade de títulos nas escolas.

Contudo, essa abordagem foi interrompida e os exemplares literários foram subdivididos e distribuídos às escolas em forma de kits, visando viabilizar

a criação de suas respectivas bibliotecas de maneira permanente. Os agentes de biblioteca escolar assumiram papel central na realização desses projetos de leitura nas bibliotecas das escolas, conferindo maior visibilidade a esses espaços, atraindo cada vez mais alunos.

Ao longo dos anos, foram desenvolvidos diversos projetos, incluindo iniciativas como o "Livro Viajante" e a narração de histórias com a utilização de figurinos, entre outras atividades. Os projetos literários das escolas foram particularmente enriquecidos com as oficinas do Projeto "Letras de Luz" da Fundação Victor Civita e EDP. Esse projeto objetivava realizar oficinas de leitura para os multiplicadores dos municípios. Em Cachoeiro foram multiplicadores, alguns professores e os profissionais ligados às bibliotecas locais, que deveriam desenvolver iniciativas culturais que estimulassem a leitura, como contação de histórias, saraus, distribuição de sacolas de leitura, dentre outras atividades.

Sempre que necessário procedia-se à realização de capacitações para os novos agentes de biblioteca, uma vez que a rotatividade nessa função era grande. Isso comprometia o desenvolvimento do trabalho realizado nas bibliotecas escolares, uma vez que os agentes por vezes, mantinham-se por alguns meses nas escolas, impedindo a execução contínua do trabalho nessas instituições.

Documento assinado digitalmente
 JACQUELINE MACHADO SILVA
Data: 29/01/2024 07:22:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

A partir de 2016, a Secretaria de Educação ficou desprovida de um bibliotecário, permanecendo nessa condição até o ano de 2021, quando uma profissional foi contratada temporariamente. Em seu primeiro dia como bibliotecária na instituição, foi instruída a designar os espaços não mais como bibliotecas, mas sim como salas de leitura, pela então Gerência Pedagógica de Ensino, setor responsável pela gestão das salas. Não havia um controle, por parte da gerência pedagógica, sobre a quantidade e a distribuição dessas salas de leitura nas diferentes escolas. Portanto, a primeira tarefa da profissional foi realizar um levantamento desses locais.

Durante o levantamento, foi constatada a existência de 29 salas de leitura. Ao longo do ano de 2021, outras escolas expressaram interesse em estabelecer

esse espaço, totalizando assim 31 salas. Além de assumir a responsabilidade por essas salas, a bibliotecária também desempenhava a função de gestão da biblioteca do Polo UAB do município.

O Polo UAB, vinculado à Universidade Aberta do Brasil, abriga cursos a distância das instituições federais do estado do Espírito Santo, incluindo o Instituto Federal do Espírito Santo e a Universidade Federal do Espírito Santo. À época, o polo contava com aproximadamente cinco cursos em pleno funcionamento, além de uma biblioteca de pequeno porte destinada a atender às necessidades de seus alunos. Assim, a profissional não apenas coordenava 31 salas de leitura, alinhadas às práticas e padronizações de bibliotecas escolares, mas também desempenhava a função de bibliotecária responsável por uma biblioteca universitária.

Após a conclusão do levantamento, a bibliotecária deu início às visitas às salas de leitura das escolas, com o propósito de avaliar a situação atual desses espaços. De imediato, observou-se que as salas de leitura que contavam com a presença de agentes de apoio educacional efetivos apresentavam uma estrutura mais sólida, caracterizando-se por uma organização e rotina mais uniformes. Ademais, essas salas eram as únicas onde projetos de leitura e atividades culturais eram implementados.

Apenas 12 das salas de leitura contavam com a presença de agentes de apoio em caráter efetivo; as demais eram assistidas por agentes em Designação Temporária, cujos contratos de trabalho tinham duração de apenas 1 ano. Nessas salas, foi observada a ausência de padronização na organização do acervo, bem como a falta de familiaridade, por parte dos agentes, com as rotinas relacionadas a empréstimos, devoluções, manutenção do acervo e outras atividades pertinentes ao cargo.

A operação das salas de leitura necessitou de adaptações, uma vez que poucas instituições dispunham de computadores para serem utilizados pelos agentes de apoio desses espaços. Nesse contexto, os processos de empréstimo e devolução eram conduzidos manualmente, por meio de "livros de registro", que consistiam em cadernos nos quais eram registradas as transações de empréstimos e devoluções. A presença de computadores era limitada, sendo

identificadas apenas seis instituições que empregavam essa ferramenta.

Dessas, somente quatro recorriam a softwares destinados ao controle de devoluções, empréstimos e catalogação de acervo. Importante destacar que tais softwares operavam de maneira independente entre as instituições, instalados exclusivamente nos computadores em que foram configurados. Conseqüentemente, qualquer falha nas máquinas poderia acarretar a perda de todas as informações relacionadas ao acervo.

Foram promovidos encontros na sede da Secretaria, envolvendo todos os agentes, com o propósito de oferecer capacitações e proporcionar uma compreensão mais abrangente sobre as responsabilidades inerentes à função, bem como as expectativas associadas ao papel desempenhado pelos agentes nas salas de leitura.

Os encontros entre agentes temporários e efetivos revelaram-se produtivos, visto que os agentes mais experientes tiveram a oportunidade de compartilhar suas vivências e práticas nas salas, constituindo, assim, um estímulo adicional para os novos agentes implementassem mais atividades culturais e de leitura em seus respectivos espaços.

O estímulo promovido pelos próprios agentes para a implementação de projetos literários nas demais salas de leitura mostrou-se fundamental como apoio às atividades diárias da bibliotecária. Isso permitiu que a profissional direcionasse seus esforços para reestruturar as salas de leitura que apresentavam desafios específicos em seus espaços.

Esse trabalho foi conduzido de maneira colaborativa com os agentes, uma vez que, durante o processo de organização do ambiente, a bibliotecária fornecia capacitação ao agente local, possibilitando que este continuasse desempenhando suas funções mesmo nos dias em que a bibliotecária não estivesse presente.

Contudo, as possibilidades de intervenção por parte da profissional eram limitadas, uma vez que sua contratação também se deu de forma temporária, culminando no desligamento da instituição em janeiro de 2022. A profissional constatou ainda que muitas melhorias eram necessárias nos espaços das salas de leitura, especialmente no que diz respeito à estrutura física, abrangendo

aspectos como pintura, pequenos reparos e manutenção.


Outro aspecto destacado refere-se à presença excessiva de livros didáticos nas salas, que já se encontram fora do prazo de validade estabelecido pelo INEP. Esses materiais obsoletos necessitam de um descarte apropriado, visto que não mais se alinham ao conteúdo atualmente ministrado nas escolas. A abundância desses materiais ocupa considerável espaço em todas as salas de leitura, espaços que poderiam ser mais proveitosamente utilizados para acomodar livros literários adicionais ou outros materiais relevantes ao ambiente escolar.

Portanto, a análise deste relatório nos permite compreender que o projeto inicial das bibliotecas/salas de leitura teve um início promissor, respaldado por investimentos substanciais e pela atenção da gestão municipal. No entanto, ao longo do tempo, a continuidade desse trabalho não se manteve constante, resultando na perda significativa de importância desses ambientes no contexto do sistema de ensino municipal.

A evolução desses espaços sugere a necessidade de uma revisão estratégica e contínua por parte das autoridades educacionais. Visando reafirmar o propósito e a relevância das bibliotecas/salas de leitura no ambiente educacional, bem como implementar práticas que promovam sua sustentabilidade e contribuam efetivamente para o enriquecimento do processo educativo.

Cachoeiro de Itapemirim – ES

04 de fevereiro de 2024

 Documento assinado digitalmente
JACQUELINE MACHADO SILVA
Data: 29/01/2024 07:22:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

LAÍS LUPIM SANTOS GOMES
CIDADÃO
assinado em 04/02/2024 17:22:06 -03:00

Jaqueline Machado Silva

Laís Lupim Santos Gomes

CRB 6 ES 640/O

CRB 6 ES 900/O

ANEXO II

Página 1 de 1



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, Jaqueline Machado Silva, declaro ter sido informado(a) e compreendido os objetivos e procedimentos da pesquisa de dissertação intitulada "**Sala de leitura como espaço de resistência: Práxis bibliotecária em Cachoeiro de Itapemirim-ES**", conduzida por Laís Lupim Santos Gomes, sob orientação de Gleice Pereira, no âmbito do Programa de Pós Graduação em Ciência da Informação UFES.

Fui esclarecido(a) de que minha participação nesta pesquisa implica na análise de informações fornecidas por mim no contexto do relatório elaborado para a dissertação. Entendo que essas informações serão utilizadas exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, respeitando a privacidade e confidencialidade dos dados pessoais conforme estabelecido na legislação vigente, especialmente a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

Autorizo, voluntariamente e de livre e espontânea vontade, o uso das informações que foram cedidas por mim no relatório elaborado para a pesquisa de dissertação. Estou ciente de que minha participação é voluntária e que posso, a qualquer momento, retirar meu consentimento, sem que isso acarrete qualquer penalidade ou prejuízo para minha pessoa.

Declaro ainda que recebi uma cópia deste documento para me manter informado(a) sobre meus direitos como participante desta pesquisa.

Local e data: Cachoeiro de Itapemirim, 26 de junho de 2024.

Documento assinado digitalmente
gov.br JACQUELINE MACHADO SILVA
Data: 01/07/2024 18:37:20-0300
verifique em <https://validar.id.gov.br>

Assinatura: _____

Este termo foi lido e explicado pelo pesquisador responsável, estando todas as partes de acordo com seus termos.

Documento assinado digitalmente
gov.br LAÍS LUPIM SANTOS GOMES
Data: 25/06/2024 18:38:04-0300
verifique em <https://validar.id.gov.br>

Assinatura: _____

Este documento deve ser mantido em arquivo pelo pesquisador responsável pela pesquisa, sendo disponibilizado ao participante caso solicitado.